

Estoril Conferences

Conferências do Estoril



ÍNDICE

DESAFIOS GLOBAIS
RESPOSTAS LOCAIS



1. Prefácio	4	10. Palestra: Joseph Stiglitz	94
2. Introdução	6	10.1. Explicar a crise: 'tearing down the walls'	96
3. Programa da Conferência	8	10.2. Sobre a função do sistema financeiro	100
4. Sessão de Abertura	12	10.3. Sair da crise global	102
4.1. Biografia de António d'Orey Capucho	18	10.4. Biografia de Joseph Stiglitz	104
5. Palestra: Fernando Henrique Cardoso	20	11. Painel III: Recursos e sustentabilidade	106
5.1. O fenómeno da repetição das crises	22	11.1. Sumário executivo	106
5.2. O sistema mundial	24	11.2. Os recursos e a crise actual	112
5.3. O fim da História e os seus descontentes	28	11.3. Ambiente e desenvolvimento	120
5.4. Biografia de Fernando Henrique Cardoso	32	11.4. O contributo tecnológico para uma revolução no sector energético	124
6. Painel I: Arquitectura multilateral e desafios globais	34	11.5. Considerações finais	128
6.1. Sumário executivo	34	12. Palestra: Tony Blair	130
6.2. A reforma das instituições internacionais: a questão da representatividade	36	12.1. Biografia de Tony Blair	138
6.3. O «momento Obama» e o reviver do multilateralismo	46	13. Painel IV: Valores, identidades e mercados: a globalização é governável?	140
6.4. Considerações finais	54	13.1. Sumário executivo	140
7. Cerimónia de entrega de prémios	56	13.2. Os traços do actual modelo de globalização e os desafios da actual crise	142
7.1. Estoril Global Issues Distinguished Book Prize	58	13.3. Estratégias e consensos para uma governação ao nível global	146
7.2. Bolsa de Investigação	60	13.4. Identidades e valores num mundo global	150
8. Jantar de Gala	64	13.5. Considerações finais	158
8.1. Biografia de Daryl Hannah	66	13.6. Biografia de José María Aznar	162
9. Painel II: Negócio internacional e desafios locais	68	14. Desafios globais, respostas locais: síntese	164
9.1. Sumário executivo	68	15. Biografias	168
9.2. A crise actual e os seus desafios	70	Ficha técnica	176
9.3. Globalização e competitividade local e regional	74		
9.4. Valores e ética na globalização	82		
9.5. Considerações finais	90		
9.6. Biografia de Mary Robinson	92		

CONFERÊNCIAS DO ESTORIL ACTAS

DESAFIOS GLOBAIS
RESPOSTAS LOCAIS

PREFÁCIO

Há sensivelmente um ano, o concelho de Cascais recebia grandes nomes da cena nacional e internacional nas Conferências do Estoril, fórum de vocação mundial que então conheceu a sua primeira edição.

Não foi a primeira vez que Cascais surgiu como cenário privilegiado à realização deste tipo de Encontros: a atractividade e cosmopolitismo da região sempre favoreceram à partida a realização dessas iniciativas, concorrendo para consolidar a imagem do concelho como anfitrião do conhecimento. Mas é justo referir que com as Conferências do Estoril se alcançou um novo patamar, passando o Município de anfitrião a catalisador. Um passo consciente fortemente impulsionado pela Câmara Municipal de Cascais que, perante os enormes desafios trazidos pela crise mundial, ultrapassou as competências tradicionalmente reservadas aos governos locais para assumir maiores responsabilidades, num contexto em que as respostas locais são tidas como essenciais à difícil empreitada de reconstrução da economia mundial. Foi então definida e proposta uma agenda de trabalhos com enfoque nas relações entre o Local e o Global, de cujo cruzamento resulta, afinal, a evolução do nosso próprio quotidiano e dos desafios que sobre ele impendem.

A parceria interinstitucional responsável pela programação das Conferências beneficiou assim do impulso da Câmara Municipal de Cascais, apostada em consolidar o concelho de Cascais como ponto de encontro nas rotas internacionais da reflexão e pensamento estratégicos, mas também do mérito e labor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, parceiro de primeiríssima hora.

Em conjunto, a comissão organizadora logrou envolver uma rede de colaboradores e construir uma programação que acabou por ultrapassar as expectativas iniciais, transformando a iniciativa naquilo que as páginas seguintes ilustram e evidenciam: um extraordinário momento na vida política e cultural portuguesa, acompanhado diariamente por milhares de participantes e órgãos de comunicação social.

Esperamos em breve proporcionar uma nova edição deste Fórum.

António d'Orey Capucho

Presidente da Câmara Municipal de Cascais



DA GLOBALIZAÇÃO À GLOCALIZAÇÃO: PROBLEMAS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS.

Concordemos ou não, com ou sem crise, o mundo está definitivamente globalizado e o tema entrou no nosso quotidiano, influenciando e condicionando de forma crescente o desenvolvimento local, regional e mundial.

Vivemos confrontados e afectados por um ambiente económico e financeiro que não encontra paralelo na nossa memória colectiva. Nos últimos anos, a economia mundial tem sofrido uma das maiores mutações da história universal, não comparável com experiências anteriormente vividas pela humanidade, a que acresce a necessidade de encontrar novos paradigmas de desenvolvimento e um novo equilíbrio, assente quer em compromissos entre as forças do trabalho e as do capital, quer agora, pela sua escassez, na necessidade de uma maior racionalidade no consumo dos recursos naturais.

O mapa-mundo alterou-se significativamente, não nas suas fronteiras físicas, mas na capacidade das regiões promoverem o seu crescimento económico e de garantirem aos seus povos condições sociais que assegurem a dignidade humana.

Os valores e os princípios confrontam-se cada vez mais e de forma mais intensa, consoante a perspectiva civilizacional em que se fundamentam.

Esta nova “des”ordem mundial, encontrou a “nossa” Europa, envelhecida, cansada e exausta na sua capacidade de renovação, inovação e afirmação no novo tabuleiro geoestratégico mundial. A Europa vive hoje uma das suas maiores crises económicas e financeiras, se não mesmo a maior, mas também e acima de tudo, uma crise de futuro.

Portugal é apanhado neste turbilhão, com uma economia desestruturada, sem estratégia e com uma enorme escassez de recursos, ancorada num estilo de vida obsoleto e desenquadrado da nova realidade mundial.

É nestas situações que se revelam os povos e os seus líderes.

Superar estes desafios é a proposta de um conjunto de acções que encontramos sintetizado no conceito de GloCalização.

Assumirmo-nos como um povo GloCal, é apostar num novo modelo de desenvolvimento que potencie a nossa capacidade competitiva, promovendo os nossos factores diferenciadores e os nossos valores identitários.

Do mesmo modo que há mais de cinco séculos liderámos aquele que é considerado o primeiro passo rumo à globalização, cuja importância geopolítica é inquestionável, temos agora, na memória do nosso passado, que encontrar a vontade e a inteligência necessárias para conjugar os esforços que nos permitam reinventar esse novo modelo de desenvolvimento assentando-o na nossa capacidade criativa, tolerante e de grande adaptabilidade à adversidade, baseada nos princípios da “ecorresponsabilidade” e do “empowerment”.

Foi neste contexto que se inseriu a 1ª Edição das Conferências do Estoril, com a ambição de serem um contributo efectivo na promoção e reforço de relações entre os povos, as suas civilizações e as diferentes culturas, visando gerar novos modelos de desenvolvimento que sejam sustentáveis no respeito pelo Homem e pela Natureza.

Carlos Carreiras

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente da DNA Cascais

2 INTRODUÇÃO

CONFERÊNCIAS DO ESTORIL - ACTAS





As Conferências do Estoril têm entre os seus objectivos promover a reflexão e o debate em torno de ideias, não apenas pessoas, culturas ou ideologias. Por isso mesmo, se reuniram nesta edição um conjunto de personalidades de reconhecido mérito internacional, que se posicionaram em face de temas concretos mas abrangentes:

- Arquitectura Multilateral e Desafios Globais (Painel I);
- Negócio Internacional e Desafios Locais (Painel II);
- Recursos e Sustentabilidade (Painel III);
- Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável? (Painel IV).

Esta abrangência temática, em torno de um macro-tema, a Globalização, permitiu debater as linhas estruturantes dos desafios que se colocam quotidianamente às empresas, estruturas nacionais de governo, sociedade civil organizada, instituições internacionais de regulação política, económica e financeira e, em qualquer dos casos, ao cidadão do país e do mundo. Por isso mesmo, o desafio afigurou-se em como estruturar o conhecimento dos oradores exposto ao longo dos painéis e debate, este último sempre vivo, com uma plateia diversa mas de altíssimo nível. O objectivo destas actas é, assim, estruturar as intervenções dos oradores em torno dos temas, como forma de evitar um texto fragmentado e repetitivo, proporcionando ao leitor um panorama claro das ideias-chave debatidas.

Junte-se a isto uma dimensão suplementar, algo didáctica, cuja marca mais visível são as caixas informativas que encontrará ao longo de cada texto. Estas caixas procuram complementar o debate, por vezes muito técnico para quem não está familiarizado com cada tema, providenciando definições, explicações, descrições de conceitos, instituições, entre outros. A estrutura de conteúdos está organizada em torno dos eixos fundamentais do debate introduzidos por um sumário executivo, sem a preocupação de transcrições literais, mas mantendo a fidelidade ao que foi dito e debatido.

No final de cada capítulo referente aos quatro painéis principais da conferência, encontrará uma caixa designada *Para saber mais*, onde estão referenciados sítios da Internet, escolhidos pela sua particular relevância para o tema respectivo.

Como conclusão, elaborámos uma breve síntese analítica, na qual esquematizamos as principais ideias debatidas ao longo desta edição de 2009 das Conferências do Estoril. Deixamos, assim, algumas sementes para reflexão futura, no quadro destas conferências, ou, simplesmente, para o leitor interessado.



3 PROGRAMA DA CONFERÊNCIA





7 DE MAIO

10h00 – 11h00	Sessão de Abertura
Oradores	António d'Orey Capucho , Presidente da Câmara Municipal de Cascais Luís Pais Antunes , Director Executivo, IEEI Carlos Carreiras , Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente da DNA Cascais Danny Leipziger , Vice-Presidente e Responsável pelo programa para a Redução da Pobreza e a Gestão Económica do Banco Mundial David Held , Co-Director, Centre for the Study of Global Governance, London School of Economics and Political Science Jens Bigum , Presidente do Conselho de Administração, Universidade de Aarhus
11h30 – 13h00	Conferência - Desafios Globais, Respostas Locais
Moderador	António d'Orey Capucho , Presidente da Câmara Municipal de Cascais
Orador Principal	Fernando Henrique Cardoso , Antigo Presidente da República Federativa do Brasil
14h30 – 18h00	Painel I: Arquitectura Multilateral & Desafios Globais
Presidente	Álvaro de Vasconcelos , Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia
Moderador	Judite de Sousa , Directora-Adjunta de Informação da RTP
Oradores	Samir Amin , Director, Fórum do Terceiro Mundo Yegor Gaidar , Director, Instituto para a Economia em Transição, Moscovo; Presidente em exercício do Governo da Federação da Rússia entre Junho e Dezembro de 1992, político, escritor David Held , Co-Director do Centre for the Study of Global Governance, London School of Economics and Political Science Robert Hunter , Senior Advisor, RAND Corporation, Washington Radha Kumar , Director, Nelson Mandela Centre for Peace and Conflict Resolution, Índia Shi Yinhong , Director, Centre for American Studies, Renmin University, China
18h30 – 19h30	Cerimónia de Entrega de Prémios - Estoril Global Issues Distinguished Book Prize e Bolsa de Investigação
	António d'Orey Capucho , Presidente da Câmara Municipal de Cascais Luís Pais Antunes , Director Executivo, IEEI Carlos Carreiras , Presidente da DNA Cascais Luís Moita , Porta-voz do Júri da Bolsa de Investigação David Held , Presidente do Júri do Estoril Global Issues Distinguished Book Prize
20h30	Jantar de Gala e Show no Casino do Estoril
Convidado	Daryl Hannah , actriz

3 • PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

8 DE MAIO

09h00 – 12h00

Presidente

Moderador

Oradores

Painel 2: Negócio Internacional & Desafios Locais

Carlos Zorrinho, Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Nicolau Santos, Director Adjunto do Jornal *Expresso*

Isabel Aguilera, Presidente, General Electric, Espanha & Portugal

Belmiro de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração, Sonae SGPS

António Câmara, CEO, YDreams

António Carrapatoso, CEO, Vodafone Portugal

Basílio Horta, Presidente, AICEP

Mary Robinson, Presidente da Irlanda entre 1990 e 1997, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos entre 1997 e 2002

12h00 – 13h00

Moderador

Orador

Convidado

Conferência - **A Crise Económica Global**

Victor John Mallet, Jornalista, Director do escritório do *Financial Times* em Madrid

Joseph Stiglitz, Professor, Universidade de Columbia, Prémio Nobel das Ciências Económicas 2001

14h30 – 18h00

Presidente

Moderador

Oradores

Painel 3: Recursos & Sustentabilidade

Vítor Martins, Consultor para os Assuntos Europeus da Presidência da República

Judite de Sousa, Directora-Adjunta de Informação da RTP

Leopoldo Guimarães, Especialista em Energia, antigo Reitor da Universidade Nova de Lisboa

Carlos Pimenta, Director, Centro de Estudos para a Economia de Energia, Transportes e Ambiente

Manuel Aranda da Silva, Director Adjunto para as Relações Exteriores

e Conselheiro da Directora Executiva do Programa Alimentar Mundial

Chris Skrebowski, Consulting Editor, *Petroleum Review*

Alfredo Valladão, Professor, Sciences Po

Danny Leipziger, Vice-Presidente e Responsável pelo Programa para a Redução da Pobreza e a Gestão Económica do Banco Mundial

19h30 – 21h00

Moderador

Orador

Convidado

Conferência – **Questões sobre a Globalização**

Nuno Rogeiro, Analista, investigador, docente e autor

Tony Blair, Primeiro-Ministro Britânico entre 1997 e 2007; Representante do Quarteto para o Médio Oriente



9 DE MAIO

09h00 – 12h00

Painel 4: Valores, Identidades e Mercados: a Globalização é Governável?

Presidente

João de Deus Pinheiro, Deputado ao Parlamento Europeu

Moderador

José Manuel Fernandes, Director do jornal *Público*

Oradores

S. Hossein Adeli, Presidente e CEO, Ravand Institute for Economics and International Studies, Teerão, Irão

José María Aznar, Presidente do Governo Espanhol entre 1996 e 2004; Presidente Executivo da Fundação de Estudos e Análises Sociais

Carlos Lopes, Sub-Secretário Geral da ONU e Director-Executivo da UNITAR e do UN Staff College

Tariq Ramadan, Professor, Faculdade de Teologia, Universidade de Oxford

Maria João Rodrigues, Conselheira Especial para a Agenda de Lisboa

António Vitorino, Advogado, Presidente do European Policy Centre

13h00

Sessão de Encerramento e Lançamento das Conferências do Estoril 2010

Oradores

Organizadores da Conferência

António d'Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Luís Pais Antunes, Director Executivo, IEEI

Carlos Carreiras, Presidente, DNA Cascais

4

SESSÃO DE ABERTURA

CONFERÊNCIAS DO ESTORIL
DESAFIOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS



ANTÓNIO D'ÓREY CAPUCHO



Na sessão de abertura da primeira edição das Conferências do Estoril, a sala cheia deixava antever o sucesso da iniciativa. Foi uma sessão marcada pela expectativa e entusiasmo de reunir em Portugal um conjunto de personalidades da academia, política e meio empresarial que marcam fortemente o rumo da globalização.

Lançaram-se as sementes do debate através da exibição de um filme inaugural que reuniu algumas ideias para reflexão, relacionando o conhecimento e o desenvolvimento, o global e o local, a diversidade e a unidade, em suma, os desafios que se colocam pelo *momentum* que se vive da globalização.

Clara de Sousa abriu a sessão fazendo referência ao actual cenário de crise económica e financeira mas prosseguiu o seu discurso com uma tónica optimista, dizendo que é necessário responsabilidade e coragem para combater a actual crise e que a persistência é uma das fórmulas de sucesso. Salientou que as respostas locais a problemas globais podem ser uma gota no oceano, mas as grandes caminhadas são feitas de pequenos passos. No final, Clara de Sousa apresentou os membros da Comissão Organizadora e parceiros da primeira edição das Conferências do Estoril: António d'Orey Capucho, Luís Pais Antunes, Carlos Carreiras, Jens Bigum e David Held.

A primeira intervenção coube a António d'Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Conselheiro de Estado. Uma das principais mensagens do seu discurso foi que estando a globalização, as alterações climáticas e a sustentabilidade do planeta na ordem do dia, a verdade é que são conceitos que ainda não foram suficientemente interiorizados e repercutidos de forma adequada

nos processos de planeamento e de tomada de decisão. Foi neste contexto que a Câmara Municipal de Cascais e os seus parceiros organizaram este fórum de debate de nível internacional.

Por fim, António Capucho referiu algumas palavras sobre o local destas conferências: o Concelho de Cascais, o Estoril em particular, têm uma forte tradição histórica de acolhimento de congressos nacionais e internacionais nas mais variadas áreas, nomeadamente de partilha de experiências no domínio das políticas locais sustentáveis. Essa tradição, em moldes ainda mais profícuos e ambiciosos, tem agora um novo alento com as Conferências do Estoril.

Luís Pais Antunes, Director Executivo do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, começou por salientar que as Conferências resultaram de um encontro de vontades entre a Câmara Municipal de Cascais e o IEEI. As Conferências são ambiciosas pelo número, importância e pela relevância pública e política dos convidados, bem como pela duração e dimensão da iniciativa, sem paralelo em Portugal. Também os prémios, de grande relevo a nível internacional, entregues ao longo do evento, são uma marca de qualidade das Conferências.

Luís Pais Antunes terminou o seu discurso deixando pistas de reflexão para o debate: «vivemos num mundo de profundas contradições, onde convivem a abundância crescente e a desigualdade. É um mundo onde convivem, de uma forma cada vez mais agressiva, os direitos adquiridos de alguns e a ausência de direitos dos outros. É um mundo onde começa a ser chocante o emprego garantido para uns e o desemprego crescente para outros».

O CENTRO DE CONGRESSOS DO ESTORIL

Recebeu em 2008 a certificação da Green Globe International pelas suas práticas ecológicas e compromisso de negócio sustentável (<http://www.estorilcc.com>).

4 • SESSÃO DE ABERTURA



CARLOS CARREIRAS



4

Carlos Carreiras, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente da DNA Cascais, começou por referir que os portugueses estiveram presentes no primeiro grande movimento de globalização do mundo – a globalização faz parte do nosso ADN cultural.

Para Carlos Carreiras, os grandes desafios devem ser entendidos como grandes oportunidades e é nesse quadro que as Conferências do Estoril se situam: pretende-se acima de tudo encontrar respostas não para a globalização, mas para a globalização, ou seja, chamando à responsabilidade territórios, povos e cada um de nós, de forma a sermos contribuintes efectivos para as respostas a dar.

O desenvolvimento do concelho de Cascais passa pela capacidade de captar, fixar e desenvolver conhecimento, competências e criatividade num ambiente de talento e de tolerância. Diz a História que as sociedades que mais se desenvolveram tiveram a capacidade de reunir talento e tolerância como factores de desenvolvimento. É neste ambiente que as Conferências do Estoril são lançadas!

Jens Bigum, Presidente do Conselho de Administração da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, realçou a importância de encontrar locais onde todos os sectores da sociedade possam debater a globalização, quebrando fronteiras tradicionais. A experiência dinamarquesa tem a ver com estes locais de debate: em Abril de 2005, foi constituído o Danish Globalization Council (DGC) com representantes do Governo, sindicatos, empresários, comunidades do ensino e da investigação. O DGC tem como objectivo aconselhar o governo dinamarquês sobre as estratégias de desenvolvimento, nomeadamente as que estão relacionadas com o crescimento, o conhecimento e o empreendedorismo social daquele país. As recomendações do DGC têm sido as linhas orientadoras para as políticas de longo prazo e o consenso tem sido alcançado, dado que todas as partes têm tido oportunidade de se sentar à mesma mesa e de discutir as questões da globalização. Por exemplo, os sectores

da investigação e do ensino sofreram inúmeras alterações nos últimos anos, fruto das recomendações do DGC.

Seguiu-se a intervenção de David Held, Co-Director do Centre for Study of Global Governance, London School of Economics and Political Science. Held iniciou o seu discurso dizendo que não é suficiente analisar o mundo, é fundamental transformar essa análise em medidas concretas. Foi o primeiro a referir uma das ideias fortes dos debates e dos discursos em todos os painéis das Conferências do Estoril: o equilíbrio de poder no mundo está a mudar. Esta transformação da realidade geopolítica será pano de fundo e factor condicionante de um rumo alternativo para a globalização. Da reforma das instituições internacionais à prática corporativa das grandes empresas, passando pela procura de sustentabilidade energética ou pela redefinição de valores e identidades, são questões que em muito se definirão no jogo de poder internacional.

**DANNY LEIPZIGER**

4 • SESSÃO DE ABERTURA



JENS BIGUM



O tabuleiro tem agora uma multiplicidade de actores com espaço próprio, pelo menos igual ao dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia: os famosos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Mas não só de grandes pólos de poder regional e global se pautará este jogo; também os pequenos países, pobres ou emergentes, se organizam para, no seio de uma ordem internacional em ebulição, ganharem voz. Segundo David Held existem três testes críticos que iremos enfrentar nos próximos anos:

1. Podemos encontrar uma solução durável para as alterações climáticas?
2. Pode a arquitectura financeira internacional ser reformada e ter um regime regulatório global permanente?
3. O desafio da (não) proliferação nuclear.

Iremos nós estar à altura a cada um destes desafios? Poderemos restabelecer uma ordem estável nos próximos anos, nomeadamente através de um novo consenso entre o Oeste, Este, Norte e Sul? David Held concluiu que, se falharmos, a ordem multilateral vai dividir-se em blocos nacionais e regionais de poder e quem se preocupar com as questões globais vai ser visto como um romântico.

Por último, Danny Leipziger, Vice-Presidente do Banco Mundial e responsável pelo Programa para a Redução da Pobreza e a Gestão Económica, abordou as implicações da crise financeira nos países em desenvolvimento, onde vivem 5/6 da população mundial. A crise actual é única por três razões:

- 1) não teve origem nos países em desenvolvimento;
- 2) a confiança ainda não foi restaurada;
- 3) é uma recessão sincronizada, que requer acção coordenada de todos.

Danny Leipziger lançou também algumas das questões que marcaram os debates nos três dias da conferência: a questão da representatividade nas instituições e nos diversos

fora de negociação internacional; o aparecimento de tendências proteccionistas e a preocupação com as alterações radicais nos fluxos de capital, nomeadamente de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), criando dinâmicas de criação e destruição de emprego para as quais é necessário preparar as sociedades.

Leipziger finalizou esta sessão de abertura lembrando uma coisa simples: somos todos pessoas e há uma escala muito humana na actual crise. São as pessoas que devem estar no centro das preocupações, é a vida que consubstancia o fim último de todas as coisas.

Foram reflexões iniciais, que espelham bem as preocupações mas também as motivações, para a organização da edição de 2009 das Conferências do Estoril, subordinadas ao tema Desafios Globais, Respostas Locais.



TONY BLAIR e ROBERT HUNTER

4.1 • BIOGRAFIA



António d'Orey Capucho

Presidente da Câmara Municipal de Cascais
Moderador

António Capucho é Presidente da Câmara Municipal de Cascais desde 2001. Desempenhou diversos cargos governativos, entre os quais Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro e Ministro dos Assuntos Parlamentares.

António Capucho é militante do Partido Social Democrata, tendo exercido, desde 1974, diversos cargos partidários a nível concelhio e nacional, nomeadamente Secretário-Geral, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional e Presidente do Grupo Parlamentar.

Em 1989 encabeçou a lista do PSD e ganhou as eleições ao Parlamento Europeu, tendo sido reeleito em 1994.

Nestes dois mandatos foi eleito Vice-Presidente do Parlamento Europeu. Actualmente é membro do Conselho Nacional do PSD. Foi condecorado com a Grã-cruz da Ordem do Infante, Grã-Cruz de Mérito Civil (Espanha) e Medalha de Honra do Município de Cascais.



4.1



5

PALESTRA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



ANTÓNIO D'ÓREY CAPUCHO e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



Enovelando uma cuidada reflexão teórica com os ricos exemplos práticos da sua vasta experiência internacional, Fernando Henrique Cardoso traçou uma genealogia da arquitectura financeira internacional, incluindo não só os seus pressupostos e ambições, mas também os seus limites e equívocos evidenciados pela crise actual.



TRÊS IDEIAS-CHAVE:

- As crises capitalistas repetem-se e é necessária regulação para evitar o descolamento entre a especulação financeira e a realidade material. As actuais instituições internacionais falharam rotundamente;
- É necessário criar um banco central mundial com moeda própria que substitua o dólar como moeda de reserva e de referência internacional;
- A ideia ocidental do crescimento contínuo é uma ilusão: é necessária humildade para aceitar e dialogar com outros valores e modelos, abrindo e democratizando as instituições internacionais.

5.1 • O FENÓMENO DA REPETIÇÃO DAS CRISES



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e ANTÓNIO D'ÓREY CAPUCHO



5.1

Entre os analistas económicos é frequentemente repetida a ideia de que o sistema capitalista se move por crises, que partilham entre elas uma dinâmica similar: uma discrepância crescente entre os activos financeiros e os activos reais até se atingir um ponto de ruptura. Para o exemplificar, Fernando Henrique Cardoso utiliza um episódio histórico clássico num contexto capitalista ainda embrionário: a crise das tulipas na Holanda do século XVII.

As tulipas oriundas da Ásia Central, em particular uma rara tulipa cor-de-rosa *Semper Augustus*, tornaram-se rapidamente um símbolo de opulência entre os nobres europeus, fazendo disparar o valor a que eram transaccionadas na Primavera, quando floresciam. Com a pressão da inflação dos preços, os especuladores começaram a adquirir bolbos de tulipa no Inverno na expectativa de os vender a preços muitos superiores na Primavera seguinte. Em vez de se transaccionarem os bolbos propriamente ditos, passaram a transaccionar-se 'títulos' correspondentes a esses bolbos – o que hoje se chama de *derivados* – e ao rendimento que eles dariam quando fossem de facto vendidos. Ainda mais rapidamente, esses próprios títulos passaram a ser transaccionados: em vez de o investidor esperar meses pelo potencial rendimento, vendia a um outro investidor passado pouco tempo, com uma margem de lucro menor mas segura, e assim sucessivamente. Como os preços continuavam a subir, alguns investidores chegavam a pedir emprestado para investir, fazendo lucro sem ter dinheiro algum de origem – aquilo a que também hoje se chama de *alavancagem*. Como o mercado estava cheio de títulos e não de tulpas reais, o preço caiu e a bolha rebentou. Muitas famílias que tinham vendido as suas posses para entrar no jogo especulativo perderam tudo.

A semelhança com as crises que se seguiram (o colapso do crédito devido à especulação sobre a construção ferroviária em 1847-48, a bolha bolsista que originou a Grande Depressão, ou a actual crise dos *subprime*) é quase assustadora

– o mecanismo geral e os seus riscos mantiveram-se ao longo do tempo. Mas, obviamente, o sistema mundial e a arquitectura financeira internacional sofreram transformações radicais, com instrumentos progressivamente mais complexos e de abrangência mais global.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

5.2 • O SISTEMA MUNDIAL



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



Fernando Henrique Cardoso regressa aos fundamentos de investigação que pautaram o seu caminho nos anos 60 e 70, quando, juntamente com nomes como Florestan Fernandes, Octavio Ianni ou Roberto Schwarz, esteve na vanguarda intelectual brasileira. As afiliações com as correntes intelectuais das ciências sociais da época, com a predominância do marxismo e do estruturalismo francês, levaram à exploração dos temas da industrialização, modernização e desenvolvimento na América Latina, reflectindo sobre as transformações do poder e os seus efeitos socioeconómicos. Foram determinantes, em particular, os contributos de Fernando Henrique para o estudo da 'dependência': a economia capitalista é global e baseada na exploração laboral, leva a uma progressiva divisão internacional do trabalho e gera desigualdade sociais, em particular entre zonas do globo 'centrais' ou 'hegemónicas' (trabalho baseado no capital, que gera grandes mais valias) e zonas 'periféricas' ou 'dependentes' (trabalho baseado na mão-de-obra, que gera poucas mais valias).

Com este ponto de partida, Fernando Henrique Cardoso critica severamente a arquitectura do sistema internacional neoliberal, construída a seguir à II Guerra Mundial e centrada numa nova ordem comercial e financeira criada pelos Acordos de Bretton Woods, dos quais resultaram o GATT (General Agreement on Tariffs and

Trade ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que posteriormente deu lugar à OMC (Organização Mundial do Comércio), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (cuja principal agência era o BIRD, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento).

Na opinião de Fernando Henrique Cardoso, a própria configuração destas instituições, traduzindo uma concepção liberal do sistema monetário internacional, prenunciava os seus limites. O FMI seguiu o projecto de Harry Dexter White, de uma instituição que ajudasse a estabilizar o sistema internacional de pagamentos e as taxas de câmbio, constituindo uma espécie de reserva comum das moedas internacionais. Lord John Keynes, também envolvido nos Acordos, lutava por uma mudança mais radical, que não foi atendida: que fosse criada uma instituição supranacional que funcionasse como banco central mundial, emitindo uma moeda própria, o '*bancor*'. Desde os anos 60, e principalmente com a actual crise, tem-se constatado que existe um conflito por o dólar ser simultaneamente moeda dos EUA e moeda de reserva internacional, reflectindo o dilema entre a necessidade de ter uma política monetária nacional (ter dólares dentro do país) e a necessidade de uma política monetária global (ter dólares a circular pelo mundo). Hoje em dia, várias vozes, entre elas a de Fernando Henrique, reivindicam a visão original de Keynes para que seja criado um «banco central dos bancos centrais».

ACORDOS DE BRETTON WOODS

Celebrados em Julho de 1944 por 44 países, estes acordos instituíram, para além da criação do FMI e do Banco Mundial, um sistema monetário que se alicerçou na economia norte-americana, interligando o dólar às moedas dos restantes países, padronizando o seu valor dentro de uma oscilação de 1%. O dólar estava por sua vez ligado ao ouro, valendo cada lingote de ouro 35 dólares. Em 1971, com a degradação da economia norte-americana e a emissão excessiva de dólares para contrabalançar a economia, Nixon anunciaria a inconvertibilidade do dólar em ouro. Não obstante, o dólar continuaria a sedimentar a sua importância enquanto moeda de referência e reserva internacional.

5.2 • O SISTEMA MUNDIAL



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



5.2

O FMI, tal como o Banco Mundial – numa complementaridade habitualmente chamada *Consenso de Washington* – foi desenvolvendo um poder cada vez maior em política de fiscalização, mediando conflitos económicos internacionais e emprestando dinheiro a países em desenvolvimento sob certos condicionalismos – os chamados Programas de Ajustamento Estrutural – que habitualmente passam pela adopção de modelos económicos liberais que, afirmam muitos oponentes, acabam por agravar as condições económicas desses países a médio prazo e por prolongar a sua dependência. Na actual crise, porém, Fernando Henrique Cardoso avisa-nos que nenhuma das duas instituições possui dinheiro, mecanismos ou legitimidade suficiente para intervir à escala global. Ambas as instituições são fortemente dominadas pelos países desenvolvidos, em particular os Estados Unidos (no FMI possui 16% dos votos, que representa poder de veto) e os países europeus. O que a dimensão sem precedentes desta crise está a provar é que a actual arquitectura financeira do sistema mundial, assente numa suposta hegemonia de poder e no modelo cultural ocidental, fracassou e os seus fundamentos têm de ser repensados e renegociados.

«O FMI impõe condicionalidades porque não tem imaginação e não tem dinheiro.»

Fernando Henrique Cardoso



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

5.3 • O FIM DA HISTÓRIA E OS SEUS DESCONTENTES



ANTÓNIO D'ÓREY CAPUCHO e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



5.3

Nos anos 70, diz-nos Fernando Henrique, o capitalismo e a globalização económica sofreram uma aceleração significativa. O desenvolvimento das redes de transportes e das tecnologias de comunicação provocou uma compressão do espaço e do tempo, gerando uma maior mobilidade de bens e pessoas, mas também uma desmaterialização de bens transaccionáveis que fez crescer o sector dos serviços nas sociedades mais desenvolvidas, denominadas então por Daniel Bell como 'pós-industrializadas'. Com o GATT cumprindo o seu papel a negociar reduções das tarifas comerciais, o comércio mundial aumentou rapidamente, o que juntamente com a interconectividade gerou formas globalizadas das configurações empresariais – as multinacionais – dispersando tarefas do processo produtivo e relocando a manufactura nos países menos desenvolvidos. Finalmente, com as telecomunicações computadorizadas, a deslocação de capital de forma instantânea criou um verdadeiro mercado financeiro global.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do mundo soviético, que se tinha manifestado incapaz de acompanhar estas mudanças – centrara-se no desenvolvimento de uma indústria tecnológica e militar que se tornara pesada, rígida e com aplicação

limitada, enquanto que a tecnologia ocidental tinha sido explorada pela sociedade civil, levando a um progresso generalizado das populações – chegou-se ao ponto em que parecia que os regimes democráticos e liberais, o seu tipo de desenvolvimento e valores culturais seriam progressivamente adoptados pelo resto do mundo. Esta espécie de 'fim da História', argumento popularizado por Francis Fukuyama a partir da leitura de Hegel de Alexandre Kojève, teria desembocado num sentimento de superioridade ocidental. Um 'optimismo arrogante', no dizer de Fernando Henrique Cardoso, baseado na crença da acumulação incessante, do progresso científico crescente, na disseminação da matriz política liberal-democrática progressista e humanista e da cultura do consumo massificado, num fundamentalismo de mercado de auto-regulação que iria provocar um crescimento económico expansionista e contínuo, reduzindo a pobreza no mundo: «a ilusão que descobrimos o modo contínuo do progresso e da felicidade dos povos». Esta ilusão, à semelhança da ordem internacional tal como a conhecíamos, é hoje muito mais débil. Para dar resposta à crise é obviamente necessária a reconstrução da arquitectura financeira mas, acima de tudo, é necessário perceber as limitações do sistema e os mecanismos de deslocamento de poder.

CLUBE DE ROMA

O Clube de Roma nasceu em 1968 agregando empresários, cientistas e investigadores de várias áreas, que afirmaram que a industrialização acelerada, o crescimento demográfico, a escassez de alimentos e o esgotamento das energias não renováveis levariam à deterioração do meio ambiente, causando a diminuição drástica da população e da produção industrial. Teria então de se encontrar um novo modelo de desenvolvimento, que não prejudicasse o ambiente e continuasse a beneficiar as sociedades. Este relatório, e a sua proposta de origem malthusiana de um 'Crescimento Zero', foram largamente refutados, especialmente pelos países menos desenvolvidos que reclamavam para si a hipótese de se desenvolverem ao mesmo ritmo do Ocidente. O Clube de Roma continua a desenvolver programas que incluem a monitorização das alterações climáticas e dos ecossistemas, mas alargando as suas preocupações à segurança energética, à globalização, à justiça e à paz, mostrando que para a concretização de um desenvolvimento sustentável são necessárias as mais diversas componentes

5.3 • O FIM DA HISTÓRIA E OS SEUS DESCONTENTES



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



5.3

Por um lado, existem limitações ambientais. Se já desde o Clube de Roma se alertava para o facto de o crescimento económico estar a usar os recursos naturais de forma não sustentável, são hoje evidentes os efeitos negativos dessa exploração sem limites. Por outro lado, há que ter igualmente em conta as limitações da capacidade de imposições político-culturais. Os problemas no Médio Oriente, em particular, demonstram que as questões de ordem religiosa e cultural não são dissociadas do desenvolvimento do capitalismo – são, pelo contrário, questões intrinsecamente ligadas a processos de resistência à homogeneização da matriz do desenvolvimento, pensamento e valores ocidentais.

Deste modo, a hegemonia do poder americano e europeu está hoje inequivocamente posta em xeque e será necessária uma renegociação de poder no mundo, a qual passa por uma maior democratização dos órgãos multinacionais políticos e financeiros, reconhecendo o peso demográfico e económico dos países emergentes, pela exigência de maiores mecanismos regulatórios que limitem o capitalismo desenfreado, ou pela abertura do diálogo com aqueles que têm sistematicamente ficado de fora, como é o caso do mundo islâmico. Acima de tudo será necessário repensar os próprios valores ocidentais baseados no consumo, na propaganda e no endividamento, bem como a sua força impositiva globalizadora, reconhecendo e legitimando a dimensão local da pluralidade da experiência humana.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

5.4 • BIOGRAFIA



Fernando Henrique Cardoso

Presidente do Brasil entre 1995 e 2003

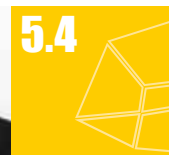
Sociólogo

Orador Principal

Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República do Brasil entre 1995 e 2003. É sociólogo, autor de vários livros sobre mudança social e os condicionalismos políticos do desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1953.

Tem sido professor convidado de várias academias na Europa e nos Estados Unidos, incluindo o Collège de Paris, a Universidade de Cambridge, a Universidade de Berkeley e a Universidade de Stanford. É doutor Honoris Causa de mais de 20 prestigiadas universidades e membro honorário estrangeiro da American Academy of Arts and Sciences. Em 2002, recebeu das Nações Unidas o prémio «Mahbub ul Haq por Notável Contribuição para o Desenvolvimento Humano».

Tem vários livros publicados no Brasil, com traduções em várias línguas (inglês, francês, castelhano, russo, mandarim e romeno, entre outras), incluindo *A Arte da política: a história que vivi* (2006) e *The Accidental President of Brazil* (2006).



6

PAINEL I

6.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO

ARQUITECTURA MULTILATERAL E DESAFIOS GLOBAIS





O painel *Arquitectura Multilateral e Desafios Globais* contou com um conjunto de oradores que representavam uma pluralidade de correntes de pensamento, o que deixava antever um debate vivo e participado. As intervenções permitiram, no entanto, encontrar um fio condutor em que se pode perspectivar a existência de duas grandes temáticas centrais:

- A reforma das instituições internacionais na nova arquitectura multilateral, nomeadamente a questão da representatividade de regiões e países;
- A oportunidade de promover um novo multilateralismo, como consequência da crise e do início de uma nova administração nos EUA.

A primeira grande temática referida foi particularmente abordada por oradores oriundos de países emergentes, deixando claro que esta preocupação está no topo da agenda política dos respectivos governos – que procuram aproveitar as oportunidades criadas pela presente crise para introduzir a sua agenda.

Para estes oradores, a representatividade nas instituições internacionais é o ponto central das reformas que têm de ser efectuadas. Trata-se de um passo essencial para a construção de uma nova arquitectura multilateral. O seu foco foi a eficácia funcional que as instituições reformadas teriam de ter. Não deixa de ser curioso, num debate sobre arquitectura multilateral e desafios globais, que o papel da Europa no mundo e o seu contributo para estas reformas tenha sido pouco sublinhado. Por outro lado, foi dado um grande destaque aos EUA, bem como aos países emergentes como a China, a Rússia, a Índia e o Brasil.

Além das questões relacionadas com a reforma das instituições internacionais de governação global, o chamado «momento Obama» e a sua relação com o aparecimento de uma nova era multilateral foram um elemento em destaque. A distinção entre a administração Obama, mais multilateralista, e a administração

de George W. Bush, mais unilateralista, foi consensual, mas existiram diferenças de opinião sobre o real alcance das prioridades e objectivos de Barack Obama.

É inegável a existência de um ambiente mais descomplexado no que diz respeito aos EUA, sendo claro que muitos depositam largas esperanças na capacidade de Obama assumir, sem tibiezas, uma agenda marcadamente multilateral. Foi notória uma grande preocupação com tudo aquilo que marcou o discurso político e a acção do Presidente norte-americano.

Como síntese, importa referir que existe um sentimento generalizado de que estamos a viver um tempo de mudança – mas de direcção ainda desconhecida. Um dado tido como certo por todos os intervenientes é que a actual realidade das instituições criadas no pós-guerra já não serve um sistema internacional com radicais diferenças no equilíbrio de poder entre os Estados. A actual crise económica e financeira é uma grande oportunidade para mudar de paradigma. Qualquer nova construção multilateral será, sem dúvida, extremamente complexa. Os desafios do novo milénio, como a regulação do mercados, as alterações climáticas e a representatividade nas instituições internacionais, abordando apenas algumas das questões que se destacaram nas Conferências do Estoril, têm de ser objecto de um consenso muito alargado. Colaboração e interdependência são as palavras de ordem.

Existe um sentimento generalizado de que estamos a viver um tempo de mudança – mas de direcção ainda desconhecida.

**6.2 • A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS:
A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE**



YEGOR GAIDAR (1956-2009)



6.2

Com o alastrar da actual crise económica e financeira, tornou-se clara a necessidade de um esforço conjunto para que esta fosse ultrapassada. Talvez esta crise tenha funcionado como catalisador de uma dormente mudança de paradigma. A reforma das instituições que regulam a actual ordem internacional é, desde há vários anos, palco privilegiado das alterações no equilíbrio de poder entre os Estados e trata-se, por isso, de uma das questões mais sensíveis das relações internacionais.

Algumas alterações, contudo, começaram a fazer-se notar, como a crescente afirmação dos países emergentes. Um exemplo foi a criação do G20, em particular no âmbito das negociações para a liberalização das barreiras alfandegárias, no âmbito da Ronda de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O debate sobre a representatividade nas instituições internacionais ganhou fôlego com o aprofundamento da crise económico-financeira, que atingiu um número significativo de países, tendo ajudado a demonstrar a incapacidade do actual sistema institucional para agir de forma eficaz e eficiente. Potências emergentes, como os designados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) têm sido particularmente críticas e têm mesmo conseguido angariar apoios importantes na sua luta por um lugar mais condizente com o seu actual e futuro papel numa ordem internacional mais multipolar, ou mesmo, como representantes de peso dos interesses das macro-regiões em que estão inseridos.

Embora com visões diferentes, os oradores deste painel concordaram que a principal questão que se coloca é a inadequação do quadro institucional de *Bretton Woods*, num mundo política, económica e socialmente muito distinto.

O Consenso de Washington «no essencial, significava um modelo de política económica defensor da privatização, da abertura ao investimento estrangeiro, da liberalização do comércio internacional e duma política monetária e orçamental orientada para a estabilidade de preços e o equilíbrio das finanças públicas.»

David Held

BRIC

É um acrónimo criado pelo banco de investimentos Goldman Sachs para se referir aos quatro maiores países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. A criação desse grupo ocorreu em virtude da necessidade de englobar e fazer um estudo sobre estes países, tendo em vista que, até 2050, as suas economias juntas superarão as economias dos actuais seis países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália).

6.2 • A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE



ÁLVARO DE VASCONCELOS



6.2

O presidente do painel, Álvaro de Vasconcelos, Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, introduziu o tema precisamente nestes termos: pela primeira vez em séculos o Ocidente sente objectivamente que já não pode viver sozinho. De igual forma, Álvaro de Vasconcelos mencionou que as novas potências em ascensão necessitam de representatividade nas diversas instituições do sistema internacional. Esta exigência de representatividade assenta no desajuste entre o papel que os países emergentes têm desempenhado nas instituições internacionais e o seu actual peso na arena política e económica internacional. Álvaro de Vasconcelos avançou ainda com uma das ideias-chave que pautaram o debate neste painel: a crise financeira que hoje vivemos, cuja génese foi precisamente nos EUA, trouxe uma oportunidade de reforma que não podemos perder. Ficou, assim, desde o início, estabelecida a relação entre a crise financeira e a oportunidade de reforma das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as Nações Unidas.

«Aquilo que há de novo, e que é fundamental para europeus e norte-americanos, em particular, é que o Ocidente já não pode sozinho resolver os problemas do mundo.»

Álvaro de Vasconcelos

Inevitavelmente, a crise financeira assumiu um papel central na discussão sobre o sistema internacional e o rumo que a sua reforma poderá seguir. As visões

distintas que a seguir se confrontaram sobre a origem, as causas e as consequências da crise, estabeleceram uma relação íntima com a organização institucional do sistema internacional. Por exemplo, Samir Amin, Director do Fórum do Terceiro Mundo, afirmou que a crise que vivemos é muito mais do que apenas financeira. Para ele, esta crise teve a sua génese nos anos 70 (e não apenas em erros de regulação do sistema financeiro actual), pois foi nessa década que o capitalismo se tornou num capitalismo oligopolista. Para Samir Amin, esta é uma crise muito mais estrutural e relacionada com deficiências profundas do modelo societal que subjaz às nossas economias. A excessiva dependência dos mercados em relação ao poder financeiro, a «financialização» da economia, gerou fenómenos de interdependência que levaram ao estado actual de crise prolongada. Esta opinião foi corroborada por Yegor Gaidar, antigo Primeiro-Ministro russo. Também David Held foi muito crítico em relação às políticas seguidas nestes últimos 20 anos, dizendo que se viveu o tempo do Consenso de Washington e das ideias liberais, e que esta crise veio provar que estas não são capazes de responder a critérios de segurança económica.

David Held foi peremptório em reafirmar a ideia de que esta crise criou oportunidades, que devem ser imediatamente aproveitadas, sendo prioritário o estabelecimento de uma nova arquitectura internacional, dotada de instrumentos mais eficazes, que seja mais representativa do que as instituições saídas da II Guerra Mundial. A globalização é real e vivemos uma era de interdependência e de grandes questões globais. As alterações climáticas ou os direitos de propriedade intelectual, para referir apenas duas, são exemplos de como o nível supranacional de regulação, e muitas vezes de decisão, é imprescindível para evitar que decisões internas se tornem questões difíceis de foro internacional. A reforma das instituições internacionais é urgente para que estas se adaptem para dar a melhor resposta aos desafios das actuais e futuras agendas políticas, económicas e sociais.

6.2 • A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE



RADHA KUMAR



6.2

Na mesma senda, Shi Yinhong, Director do Centro de Estudos Americanos da Universidade Renmin, afirmou que é necessário questionar se as instituições internacionais estão a funcionar bem e se servem para enfrentar os novos desafios, que esta crise tornou tão evidentes. Será a realidade das agências internacionais criadas no mundo pós-1945 ainda actual ou, pelo contrário, já não serve o actual contexto de um mundo em constante mutação e cada vez mais multicêntrico?

Com o alastrar dos efeitos nocivos desta crise, tornou-se evidente que o G7 já não tinha condições para mudar sozinho o rumo dos acontecimentos. Saíram assim reforçadas as ideias de colaboração, articulação e inclusividade. Nas palavras de Yegor Gaidar, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), estando em franca ascensão no mundo, não tinham ainda uma voz política correspondente ao seu peso económico.

Yegor Gaidar salientou, por isso, que a saída da crise e o futuro do sistema internacional está dependente da reforma das instituições internacionais e do papel dos países emergentes. O mundo não pode ficar dependente, como no passado, da posição de apenas um país ou de um grupo muito restrito de países que controlam os principais mecanismos institucionais do sistema internacional. Actualmente, ou estes mecanismos não funcionam por falta crónica de financiamento ou então são condicionados por um restrito grupo de países.

Para David Held, os recursos estão nas mãos das nações mais poderosas, que não financiam suficientemente as agências internacionais. Parece claro que com o actual contexto internacional, para além da reforma das instituições, tem de se pensar numa forma global de financiamento das novas instituições, porque se estas forem criadas sem recursos, não poderão desempenhar o seu papel na nova arquitectura internacional. Radha Kumar, Directora do Centro Nelson Mandela para a Paz e Resolução de Conflitos, fez uma interessante ponte entre a reforma das instituições internacionais e a necessidade de ter em consideração as reformas internas em cada Estado. O exemplo da Índia parece marcar uma tendência para a construção de estruturas de governação multi-nível, pelos processos simultâneos de descentralização sub e supra nacional de competências. Este fenómeno ocorre principalmente em grandes países democráticos e assemelha-se ao modelo de construção política da União Europeia. Qualquer reforma de uma instituição internacional como, por exemplo, as Nações Unidas, terá que considerar profundamente esta questão. A título de exemplo, Kumar referiu o caso indiano. Na actualidade, a Índia está organizada num conjunto de regiões, que fazem lembrar a construção europeia, a Europa das regiões e a subsequente aplicação do (ainda incipiente) princípio de subsidiariedade. A oradora lançou algumas questões para reflexão futura: terão as agências das Nações Unidas mais poder no futuro? Com que modelo de representatividade dos grandes Estados ou de regiões como a UE?

PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

Os sucessivos Tratados Europeus aumentaram progressivamente as competências comunitárias, o que alertou os Estados para a necessidade de introdução de um mecanismo institucional que os protegesse desta tendência de diminuição das suas áreas de intervenção. Este mecanismo consubstanciou-se na introdução do Princípio da Subsidiariedade no Tratado da União Europeia, segundo o qual a União só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local – excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva.

6.2 • A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE





6.2

Também para Álvaro de Vasconcelos a reforma das instituições é a questão mais importante que a comunidade internacional tem de enfrentar – e, mais especificamente, a da sua representatividade. Avançou a reforma do FMI, do Banco Mundial e do Conselho de Segurança como reformas importantes, sendo que agora urge aproveitar a janela de oportunidade aberta com uma nova administração norte-americana, mais aberta à construção de uma ordem internacional multilateral. Os Estados, bem como a União Europeia, devem aproveitar esta mudança, mostrando optimismo em relação ao impacto que Barack Obama terá nas políticas e na abordagem dos EUA face aos problemas mundiais.

Radha Kumar concordou com esta perspectiva, reforçando as expectativas sobre as possíveis contribuições da administração Obama para esta nova ordem multilateral. Kumar afirmou ainda que a partir de deste momento já não existem desculpas para os governantes mundiais. São boas notícias para o mundo que todos assumam as suas responsabilidades. Mas como é que irão funcionar as instituições quando a crise for ultrapassada? A questão da representatividade coloca-se em relação à reforma de todas as principais instituições internacionais, mas especial referência foi feita à do Conselho de Segurança da ONU. Kumar salientou que o Japão e a Índia deviam estar representados, mas será suficiente? A Europa devia continuar a estar representada pelo Reino Unido e pela França? A Ásia deveria ser representada pelas 3 grandes potências (China, Índia e Japão)

ou deveria haver lugar à representação de Estados mais pequenos? Para esta oradora, a crise deveria gerar uma nova lógica em que o padrão de cooperação deveria ultrapassar a questão do poder.

Num registo dissonante, Samir Amim referiu que são necessárias mudanças institucionais mas que elas não virão de Barack Obama, nem dos G8, G20 nem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Virão inevitavelmente das dinâmicas que surgirem das novas relações de poder entre as nações, mas assenta esta ideia num conceito de reforma *bottom-up*, ou seja, com origem nas dinâmicas populacionais internas, não na relação entre elites políticas e económicas. Refere ainda que esta crise irá aprofundar-se e gerará um maior conflito entre o Norte e o Sul, sobretudo porque a escassez do petróleo conjugado com as necessidades das sociedades opulentas do Ocidente irá gerar escassez nas populações do Sul. Esta questão deverá estar na ordem do dia durante os próximos anos e talvez décadas. Samir Amin afirma que as lideranças são importantes, mas a mudança vem de baixo, nunca virá dos políticos porque estes representam interesses estabelecidos e, assim, a verdadeira mudança nunca poderá aparecer.

Esta verdadeira mudança deve consistir numa gestão social democrática, que deve também combinar interesses privados mas com forte intervenção pública. Ainda segundo este orador, o erro manifesto do século XX foi acreditar-se

O G-20

É um fórum informal, criado em 1999, que promove um debate entre países industrializados e emergentes, sobre questões-chave relacionadas com a estabilidade económica mundial, ganhando maior relevo político devido à crise internacional que começou a assolar o mundo em 2008.

Países que constituem o G-20: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Japão, México, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido, EUA e a União Europeia.

6.2 • A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE



DAVID HELD



6.2

em soluções simples, quer fosse na planificação da economia quer fosse na sua liberalização. Por isso mesmo, Amin defende a existência duma combinação complexa das diversas visões.

David Held retomou a perspectiva notoriamente mais optimista de «crise como geradora de oportunidades». A crise económica e financeira é vista, nesta perspectiva, como a possível inspiração para soluções criativas de governação internacional, bem como uma mais ampla participação dos Estados. Held deu como exemplo disto, o rápido alargamento do G8 para G20.

As referidas alterações no equilíbrio de poder da arquitectura internacional que actualmente se redesenha, reflectem, deste modo, a incremental necessidade de articulação e cooperação entre os seus diversos actores, do Ocidente ao Oriente, do Norte ao Sul, entre Estados, ou entre estes e entidades privadas. Isto principalmente numa era em que se afirmam novas prioridades políticas, económicas e sociais e em que se reafirma uma nova perspectiva sobre a competitividade, cruzando-se este conceito com a sustentabilidade ambiental, a qualidade de vida e a (falta de) participação cívica e política.

Neste painel salientou-se que a reflexão sobre a reforma das instituições internacionais deverá ter presente a articulação entre distintos níveis de governo. Complementarmente, o papel de diferentes actores privados tem aumentado, seja pela actuação ao nível da defesa de princípios e causas, seja por uma crescente (ou não) consciencialização da sua responsabilidade social e ambiental. Uma relação mais próxima emerge entre a necessidade de regulação do sistema político, económico e financeiro internacional, a competitividade das empresas e a atractividade ou capacidade de desenvolvimento local (ver, sobre este assunto, o segundo painel das Conferências do Estoril, subordinado ao tema *Negócio Internacional e Desafios Locais*).

Por tudo isto, a redefinição de competências e organização institucional e territorial do Estado nacional foi também equacionada. Held, na sua intervenção, reafirmou a necessidade de existirem instituições globais mais fortes e representativas, com uma condição para o seu funcionamento adequado: Estados-nação mais fortes. Não obstante as severas críticas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, a ênfase na necessidade de reforma das instituições internacionais, nomeadamente no que concerne à questão da representatividade dos Estados nestas instituições, Radha Kumar deixou uma nota relativamente aos sectores de segurança e defesa: embora sejam áreas directamente relacionadas com a soberania dos Estados, têm sido aquelas em que mais progressos houve.

Em todas as intervenções esteve presente uma grande preocupação com a necessidade de novas ou reformadas instituições internacionais – mas parece claro que ainda não existe um consenso acerca do rumo a seguir.

«Uma verdadeira ordem multilateral precisa de três coisas: regras bem definidas; capacidade de as implementar; financiamento adequado para as instituições internacionais.»

David Held

6.3 • O «MOMENTO OBAMA» E O REVIVER DO MULTILATERALISMO



SHI YINHONG, ROBERT HUNTER e DAVID HELD



6.3

O novo fôlego ou oportunidade de mudança, no sentido da construção de uma ordem internacional multilateral, é acompanhado da necessidade de definir novas regras para que se estabeleça um equilíbrio na definição das agendas internacionais de segurança e defesa, economia e finanças. No centro das preocupações demonstradas pelos oradores do painel esteve a necessidade de evitar que a vontade de um país, por mais forte que seja, se sobreponha à vontade da comunidade internacional. As recentes experiências unilateralistas dos EUA marcaram uma era nas relações internacionais e os oradores foram unânimes em considerar que tanto no que diz respeito à defesa dos interesses dos EUA, como no que diz respeito aos interesses da comunidade internacional, esta experiência unipolar não teve resultados positivos e não é desejável que se repita. Isto, é claro, não retira peso aos EUA, à UE ou a outros países ou regiões. Pelo contrário, significa que têm uma responsabilidade acrescida e um papel central na construção de um novo sistema, mais equilibrado, assente em princípios universais e na regulação de instituições internacionais, como as Nações Unidas.

Robert Hunter, investigador da Rand Corporation, foi o orador deste painel que mais abordou o novo papel dos EUA no mundo. Para Hunter, muito se tem falado sobre a nova administração norte-americana, e do seu significado para a comunidade internacional. Mas questionam-se as credenciais multilaterais de Obama: será o presidente dos EUA verdadeiramente multilateralista ou apenas alguém que deseja uma mudança de atitude em relação à anterior administração?

Segundo Hunter, apesar de ser claro que esta administração será mais multilateralista que a anterior, de George W. Bush, quando se fala num país como os EUA não se pode retirar da equação o factor «poder». Durante alguns anos os EUA foram uma nação que viveu um momento de força sem paralelo na história mas, como se tem visto, dificilmente poderão impor a sua vontade aos outros países a seu bel-prazer. Para Hunter, a administração Obama reconhece a importância dos EUA no contexto internacional, mas também reconhece que o poder pode ser exercido de maneiras muito díspares – e que ultrapassa a dimensão militar. O poder meramente militar foi a marca de uma administração unilateralista, que não confiava em abordagens mais diplomáticas. Hunter frisou que é essencial para os EUA a utilização de outros instrumentos, menos letais, que não danifiquem tanto a imagem e o prestígio dos EUA no mundo, referindo o conceito de *smart power* ou poder inteligente, que faz a síntese entre o *soft* e o *hard power*.

Já Samir Amim, por seu lado, não teve dúvidas em afirmar que a eleição de Barack Obama foi um passo de gigante e uma mudança considerável nos EUA, mas alertou para o cuidado a ter com ilusões: sendo Presidente dos EUA, Obama defenderá sempre os interesses nacionais dos EUA e nada mais. Amim deu como exemplo o facto de Barack Obama reforçar o contingente militar no Afeganistão, em vez de o retirar. O objectivo de qualquer Presidente dos EUA, e Obama não seria excepção, é o de manter e consolidar a hegemonia norte-americana.

SMART POWER OU PODER INTELIGENTE

É um conceito elaborado por Joseph S. Nye Jr e adoptado pela actual secretária de estado dos EUA, Hillary Clinton, em que existe uma combinação entre o poder mais duro (militar) e um poder mais suave (diplomacia). Do equilíbrio dos termos da equação dependerá o sucesso dos EUA no mundo.

6.3 • O «MOMENTO OBAMA» E O REVIVER DO MULTILATERALISMO



ROBERT HUNTER



6.3

Um dos temas que teve mais relevo nas intervenções dos oradores, e também nas perguntas da audiência, foi o retorno a medidas proteccionistas por parte de muitos Estados, incluindo os EUA. Será que a introdução destas medidas por parte da administração Obama não é uma negação do multilateralismo que tem sido tão apregoado?

Para Robert Hunter isso não se verifica, porque os EUA são uma economia aberta, e dá como exemplo o que se está a passar na indústria automóvel. A administração criou incentivos para troca de carros velhos por novos modelos menos poluentes e, nesse contexto, comprar um Ford é como comprar Toyota, devido à integração dos mercados de produção de peças automóveis. Para Hunter, a globalização do comércio e a abertura comercial conseguida ao longo das últimas décadas não serão prejudicadas por medidas de incentivo nacionais desta natureza.

A questão comercial é, neste momento, uma das mais importantes para a China e isso mesmo se reflectiu na intervenção de Shi Yinhong, referindo que, para a China, a questão do acesso e da distribuição de recursos é da mais elevada importância. Para que estas prioridades sejam devidamente abordadas, é necessário que se ultrapassem algumas suspeitas ainda existentes entre a China e o Ocidente, em particular entre esta e os EUA. Foi recorrente o tema da suspeita e da desigualdade de tratamento dos EUA e do Ocidente em relação à China, demonstrando como a relação desta com os EUA, mas também com a UE, ainda carece de muita construção de confiança.

*«Não existe uma política coerente
EUA-China em Washington.»*

Robert Hunter

Radha Kumar voltou a colocar o foco na Índia, relembrando a heterogeneidade do sistema internacional. Ao concordar que Barack Obama trouxe bastante capital de esperança e renovação à comunidade internacional, também lembrou que a Índia foi um dos países com melhores relações com a anterior administração de G. W. Bush. Neste momento, com Barack Obama, vive-se um momento de apreensão muito grande na Índia, pois existe o receio que haja uma grande fuga de empregos, nomeadamente tecnológicos, de volta para os EUA, o que poderá ter um grande impacto económico e social na Índia.

Álvaro de Vasconcelos foi um dos intervenientes mais esperançados no papel que Barack Obama terá na construção de uma nova ordem internacional, chegando mesmo a dizer que uma administração Obama não irá impor a sua visão e a sua vontade ao mundo, considerando que, no actual contexto internacional, a hegemonia dos EUA simplesmente já não é possível. David Held, por seu turno, afirmou que Barack Obama deve ser julgado pelas suas acções e não por aquilo que diz ou pensa fazer. Este orador elaborou um paralelo com Tony Blair, ao referir que também este iniciou, muito novo, um mandato de esperança, posteriormente não concretizada. Um elemento de cautela nas elevadas expectativas sobre o que Obama poderá conseguir alcançar.

Danny Leipziger, numa reflexão prévia às perguntas aos oradores, disse que o zelo que todos agora sentem pela mudança pode fazer com que se queira mudar tudo, e não apenas o que está mal. A hegemonia pode ser boa ou má e os EUA, com a sua abertura comercial e o seu mercado interno nos últimos 30 anos, permitiram o crescimento de países como a Índia e a China. Em relação ao FMI, o mesmo interveniente disse que se deve pensar em acabar com o veto dos EUA, mas deve-se ser cauteloso na reforma e na escolha de novos critérios de voz e peso nas instituições internacionais para não perpetuar, piorar ou criar desequilíbrios semelhantes.

6.3 • O «MOMENTO OBAMA» E O REVIVER DO MULTILATERALISMO



DANNY LEIPZIGER



6.3

Danny Leipziger, num dos momentos altos do debate, perguntou a Shi Yinhong o que aconteceria às exportações e ao crescimento da China se se trocasse o regime comercial dos EUA, nos anos 70, 80 e 90 pelo da União Europeia. Leipziger continuou no mesmo registo de valorização do papel dominante dos EUA na expansão do modelo capitalista, referindo como segundo exemplo que o Vietname até 1989 era um regime socialista com um índice de pobreza de 60%, sendo que a partir dessa data fez um conjunto de reformas em direcção a uma economia capitalista. Em apenas 15 anos o rendimento *per capita* aumentou 5 vezes e o índice de pobreza passou para 20%, incomparavelmente melhor que o período anterior às reformas. Se estivesse em 1989, o que recomendaria Samir Amin aos governantes vietnamitas?

Shi Yinhong, embora não respondendo directamente à primeira questão de Leipziger, afirmou que a China reconhece a importância do comércio com os EUA, bem como o seu peso no crescimento económico do país, mas o mundo está a mudar muito depressa e agora colocam-se novas questões. Yinhong salientou a importância da redução do défice americano e a sua responsabilização fiscal como exemplo para o mundo. Com esta crise, existem forças nos EUA, e especialmente no Congresso, que querem um regime proteccionista e não reconhecem a importância da China e de outros países para o seu país. Qualquer que seja a solução para a crise, esta não pode ser alicerçada num levantar de barreiras comerciais e num isolamento político. Yinhong vai mais longe: com o actual equilíbrio de forças entre os EUA e a China, o governo chinês

já se sente com força suficiente para tentar impor aos EUA novas soluções para um novo paradigma de governação financeira a nível internacional.

Samir Amin respondeu a Danny Leipziger dizendo que os economistas falam de economia de mercado, mas tal é uma construção ideológica, porque na realidade não existe economia de mercado. Existem mercados. E se existem mercados, existe hierarquização, controlo e organização. Hoje os mercados financeiros são os dominantes e, como tal, devemos discutir não economia de mercado *versus* economia planificada, mas sim a existência de uma verdadeira economia de mercado sem ser dominada por mercados financeiros. A economia planificada, na realidade, atingiu algumas marcas importantes mas atingiu o seu pico muito rapidamente, desembocando em becos sem saída, não só no Vietname mas também na União Soviética, na China e em muitos outros países. Por seu turno, a economia de mercado teve bons resultados nalguns países emergentes, mas as conquistas do capitalismo têm também os seus limites. Com a introdução da economia de mercado em países que até agora tinham tido uma economia mais estatizada, também apareceram problemas sociais de crescente relevo, consequências do capitalismo e do funcionamento do mercado, sendo a China um exemplo disso. Desse modo, Amin considera que a resposta não seria «mais mercado», mas sim o seu controlo e o seu isolamento do domínio dos mercados financeiros mundiais. Sem consciência disso, alerta este orador, há um risco de se incorrer nos mesmos erros que já quase destruíram o mundo no passado, realçando o seu constante pessimismo acerca do futuro das economias liberais de mercado.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Instituição nascida em 1944 dos Acordos de Bretton Woods, tem como objectivos: promover a estabilidade monetária internacional; contribuir para a expansão do comércio internacional, concorrendo para instaurar e manter elevados níveis de emprego e de rendimento real; promover a estabilidade das taxas de câmbio e evitar as desvalorizações competitivas; prevenir e corrigir os desequilíbrios das balanças de pagamentos.

6.3 • O «MOMENTO OBAMA» E O REVIVER DO MULTILATERALISMO



SAMIR AMIN



6.3

No seguimento desta discussão, Robert Hunter afirmou que quem defende o multilateralismo tem uma de duas visões: ou uma visão ética e moral ou uma visão utilitarista e funcional. Nesta última hipótese, os países aceitam a visão multilateral porque é a única forma de conseguirem atingir os seus objectivos que, de outra forma, seriam impossíveis de alcançar. As mudanças fundamentais são sempre impostas, especialmente no que diz respeito aos países do Sul. Hunter reafirma a relação entre a construção de uma ordem multilateral e a capacidade de resposta a problemas locais, através de uma coordenação mais efectiva entre os Estados e os seus diversos níveis de governo. Na mesma senda, Shi Yinhong afirmou que mais trabalho conjunto terá de ser feito em instituições como o Banco Mundial, devendo existir uma orientação multilateral partilhada. Yinhong juntou-se às vozes de apoio ao multilateralismo, rejeitando liminarmente qualquer solução de governação internacional que assente no unilateralismo.

Das palavras de todos, emergiu umnexo causal positivo entre a introdução de um modelo multilateral e a afirmação da nova administração americana. Todos concordaram que os EUA já não tinham capacidade para impor, por si só, a sua vontade, mas que também qualquer solução internacional que exista e não tenha a concordância dos EUA não terá qualquer viabilidade. Aparentemente os EUA ainda são a nação imprescindível e o mundo está em suspenso relativamente à sua actuação futura e às consequências desta.

*«A resposta não é o mercado,
mas o controlo do mercado.»*

Samir Amin



SHI YINHONG

6.4 • CONSIDERAÇÕES FINAIS





6.4

Os intervenientes foram unânimes relativamente à necessidade de reforma das instituições existentes. Claramente, as instituições internacionais que temos já não estão adaptadas ao mundo em que vivemos e representam ainda um *status quo* construído no pós-guerra. A sua não-reforma em tempo útil fez com que os Estados vivessem esta crise com apreensões acrescidas.

A dimensão da crise acabou por abrir uma janela de oportunidade onde muitos parecem estar dispostos a mudar as instituições existentes e adaptá-las às novas realidades, aumentando assim a sua representatividade. Como tal, a reforma das instituições internacionais existentes e a nova abordagem que a administração Obama poderá trazer à comunidade internacional foram os temas que mais marcaram este painel.

Daqui, do Estoril, saiu uma poderosa mensagem sobre a qual nos cabe a todos reflectir: por mais oportunidades que a crise tenha aberto, se não existir um esforço combinado dos países para reformar as instituições existentes, então poderemos estar a preparar o cenário ideal para que a próxima crise seja ainda mais nociva do que a que estamos a vivenciar.



PARA SABER MAIS...

Instituições de Bretton Woods:

www.brettonwoodsproject.org/

BRIC's:

www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html

G20:

www.g20.org/

Subsidiariedade:

europa.eu/scadplus/glossary/subsidiarity_pt.htm

7 CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS

7.1 • ESTORIL GLOBAL ISSUES DISTINGUISHED BOOK PRIZE



ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO, PAUL COLLIER E CARLOS CARREIRAS



No âmbito da primeira edição das Conferências do Estoril, a organização atribuiu um prémio (70.000 euros) ao melhor livro recentemente publicado sobre a Globalização. Este prémio, que terá continuidade nas próximas edições das Conferências, pretende distinguir os livros que apresentem uma análise inovadora sobre desafios globais e cujas conclusões possam constituir um contributo positivo para a formulação de políticas. O júri teve igualmente em consideração livros escritos de forma clara, concisa e acessível ao grande público.

O júri do prémio é presidido pelo Professor Doutor David Held, Co-Director do Centre for the Study of Global Governance da London School of Economics and Political Science e inclui o Professor Doutor Carlos Lopes, Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Director Executivo da UNITAR e do UN Staff College, o Professor Doutor Michael Böss da Universidade de Aarhus e o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, Secretário do Júri e Investigador Sénior no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

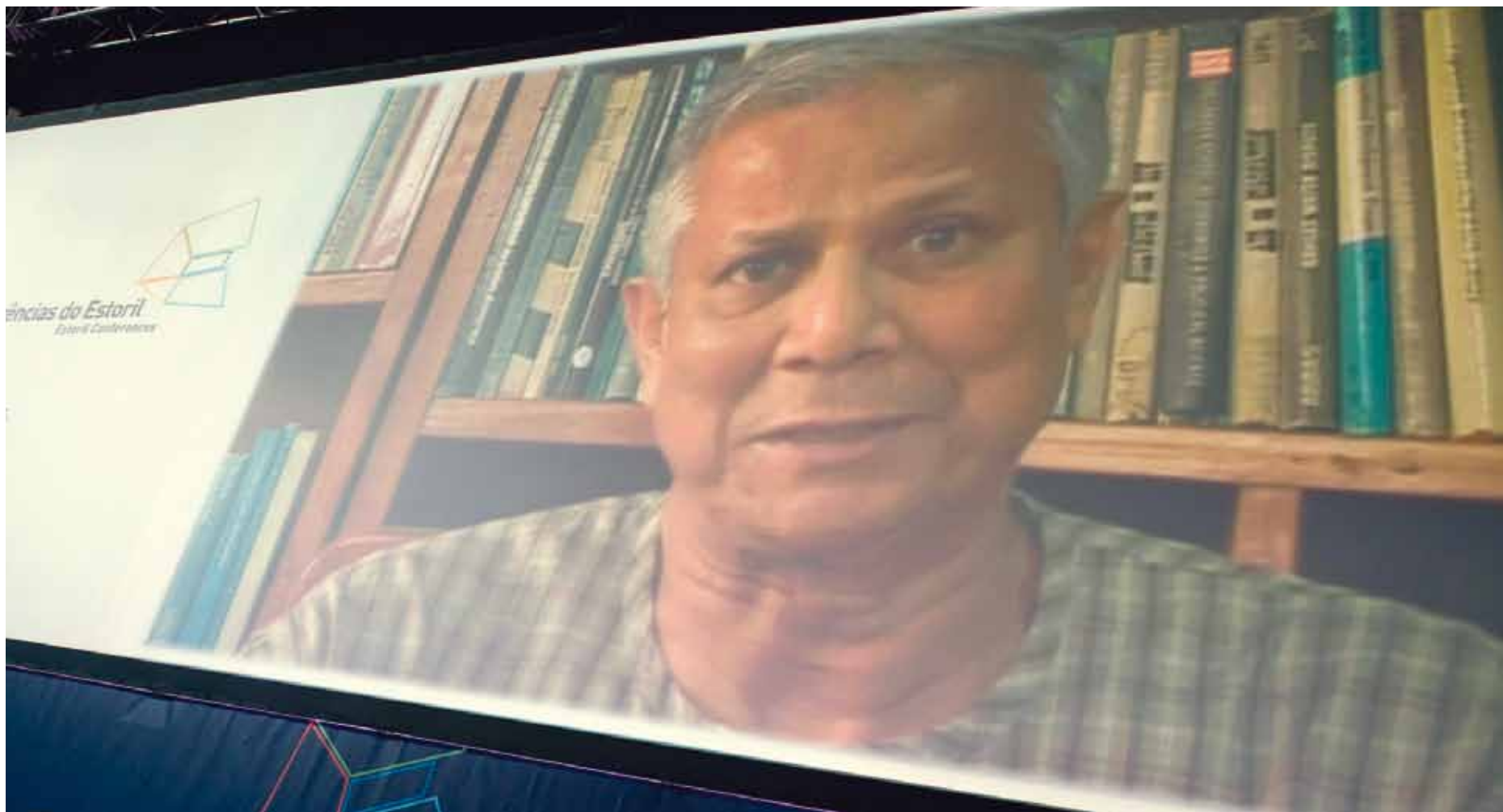


PAUL COLLIER

PAUL COLLIER, THE BOTTOM BILLION

Paul Collier é Professor de Economia e Director do Centro para o Estudo das Economias Africanas, da Universidade de Oxford. Em *The Bottom Billion*, «Paul Collier identifica um grupo de cerca de 50 Estados falhados que representam o principal desafio do século XXI nos países em desenvolvimento. O livro chama a atenção para este grupo de países, frequentemente ignorados pelo ocidente industrializado, e cujo nível de vida tem vindo a diminuir progressivamente em relação à maioria da população mundial». Paul Collier não só analisa, de forma bastante clara, as causas deste fracasso que põe em causa o desenvolvimento à escala mundial, como também apresenta soluções possíveis para o problema.

7.1 • ESTORIL GLOBAL ISSUES DISTINGUISHED BOOK PRIZE



MUHAMMAD YUNUS (por video-conferência)



7.1



Os cinco livros finalistas seleccionados foram:

- Kwame Appiah, *Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers*
- Nicholas Stern, *The Economics of Climate Change - The Stern Review*
- Muhammad Yunus, *Creating a World without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism*
- Paul Collier, *The Bottom Billion*
- Scott Barrett, *Why Cooperate? The Incentives to Supply Global Public Goods*

Por deliberação do júri, o prémio foi atribuído *ex-aequo* a Paul Collier pelo livro *The Bottom Billion* e a Muhammad Yunus pelo livro *Creating a World without Poverty*.



MUHAMMAD YUNUS, CREATING A WORLD WITHOUT POVERTY

Muhammad Yunus é mundialmente conhecido por ter criado e implementado o microcrédito como instrumento de combate à pobreza. Fundou e dirige o Banco Grameen, no Bangladesh, com o qual partilhou o Prémio Nobel da Paz, em 2006. Em *Creating a World without Poverty*, «Yunus expõe a sua visão para um novo modelo económico que concilie o poder do mercado livre com a necessidade de um mundo mais humano. O livro revela a próxima fase de uma desejada revolução económica e social já em movimento, e do esforço à escala mundial para eliminar a pobreza através do aproveitamento da produtividade de cada ser humano».

7.2 • BOLSA DE INVESTIGAÇÃO



ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO e DAVID AVELAR



7.2

As Conferências do Estoril atribuem anualmente uma Bolsa de Investigação (30 mil euros), à melhor proposta de investigação apresentada por jovens até aos 30 anos. A atribuição desta bolsa oferece a um jovem investigador a possibilidade de colaborar na edição das Conferências do Estoril.

Para a edição de 2009 foi definida a seguinte lista de temas:

1. Alterações climáticas e regimes internacionais;
2. Segurança energética, tensões internacionais e prevenção de conflitos;
3. A África Sub-Sahariana e o sistema internacional: desafios futuros;
4. Governação global, novo multilateralismo e o modelo europeu;
5. O comércio internacional e a segurança alimentar.

O Júri do prémio é composto por cinco académicos nomeados pelos organizadores das Conferências do Estoril:

- Professor Doutor Luís Moita, Universidade Autónoma de Lisboa;
- Professor Doutor José Manuel Pureza, Universidade de Coimbra;
- Professor Doutor Luís Lobo-Fernandes, Universidade do Minho;
- Professor Doutor Miguel Santos Neves, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais;
- Professor Doutor Viriato Soromenho Marques, Universidade de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

O prémio foi atribuído a Fernando Sousa com o projecto «Segurança alimentar e comércio mundial: o caso da monocultura de caju na Guiné-Bissau». Este projecto procura contribuir para a compreensão das complexas relações entre segurança alimentar e comércio mundial e tem inegável relevância e grande actualidade no actual contexto internacional em que os desafios globais relacionados com a alimentação e com a definição de um quadro mais equilibrado e justo do comércio mundial dos produtos agrícolas ganharam grande visibilidade

na sequência da crise alimentar de 2008 e do bloqueio da Ronda de Doha em redor do impasse sobre a agricultura. A originalidade do projecto reside na forma inovadora como articula as dimensões global e local, a partir da experiência de uma pequena comunidade rural da Guiné-Bissau e da análise das implicações da monocultura do caju, reflectindo de forma particularmente feliz uma das preocupações centrais das Conferências do Estoril. Fernando Sousa é licenciado em Biologia Ambiental pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e está a finalizar o mestrado em Biologia da Conservação.

A David Avelar e a Ana Inês Ferreira foram atribuídas menções honrosas pelos respectivos projectos – «Alterações climáticas: desafio global, respostas locais – uma estratégia de acção para Cascais» e «Refugiados ambientais da África Sub-Sahariana: desafios europeus».



**LUÍS PAIS ANTUNES, ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO,
e CARLOS CARREIRAS**

7.2 • BOLSA DE INVESTIGAÇÃO





7.2



**ANTÓNIO D'ÓREY CAPUCHO, LUÍS PAIS ANTUNES,
e ANA INÊS FERREIRA**



FERNANDO SOUSA

8

JANTAR DE GALA



DARYL HANNAH



O Jantar de Gala que finalizou o primeiro dia das Conferências teve lugar no salão Preto e Prata do Casino do Estoril, tendo contado com a presença especial da actriz norte-americana Daryl Hannah. Relatando, emocionada, vários episódios e experiências que presenciou enquanto activista, Daryl Hannah discursou sobre o Desenvolvimento Sustentável deixando à plateia alertas profundos sobre a devastação dos recursos do planeta.

Daryl Hannah tem utilizado a sua imagem e influência para defender causas humanitárias e ambientais, sendo também autora de artigos de opinião publicados em diversas revistas e oradora convidada em iniciativas como a UN Global Business Conference on the Environment, a National Biodiesel Board Conference, a Natural and Organic Products Expo e a Lifestyle of Health and Sustainability (LOHAS). É fundadora da Sustainable Biodiesel Alliance (www.sustainablebiodieselalliance.com) uma organização sem fins lucrativos que tem como objectivo promover a produção e a utilização sustentável dos biocombustíveis.

Daryl Hannah apelou à consciência individual, considerando que cada um de nós, com as nossas práticas quotidianas, pode contribuir para reduzir a dependência das energias não renováveis e mais poluentes. O apoio que podemos dar ao sector do biodiesel – desde a microprodução caseira até ao consumo efectivo destes combustíveis – proporciona, para além da preservação ambiental, grandes oportunidades para o desenvolvimento económico e social: estimula a economia local, leva à criação local de emprego e promove o desenvolvimento agrícola.

Mas as nossas responsabilidades individuais diárias estendem-se, obviamente, a muitos outros sectores: rejeitar a privatização da água e o consumo de água engarrafada, proteger fauna e flora ameaçadas cujo papel funcional é particularmente importante para o equilíbrio ambiental, pensar criticamente sobre

o consumo abusivo de carne e peixe no estilo de vida ocidental que está a levar ao limite a capacidade de reprodução e sobrevivência de certas espécies.

A actriz e activista deixou a mensagem: é preciso ajudar o ambiente de forma mais assertiva, determinada, ou mesmo radical. A exploração do ambiente não é diferente da exploração laboral ou sexual do ser humano contra a qual tanto nos insurgimos e que tanta atenção política tem levantado. É tempo agora também, todos nós, a cada dia, de nos revoltarmos e de participarmos nesta busca de novas soluções para salvar o ambiente, porque aí reside a salvação da espécie humana.



8.1 • BIOGRAFIA



Daryl Hannah

Actriz, fundadora da Sustainable Biodiesel Alliance
Convidada Especial
Jantar de Gala

Daryl Hannah, conhecida actriz norte-americana, tem-se destacado pelo seu empenho na protecção do ambiente.

Para além de produzir e participar em vários programas televisivos sobre esta temática, Daryl Hannah é também autora de artigos de opinião, publicados em diversas revistas e oradora convidada em iniciativas como a UN Global Business Conference on the Environment, a National Biodiesel Board Conference, a Natural and Organic Products Expo e a Lifestyle of Health and Sustainability (LOHAS), entre outras.

Daryl Hannah está entre os fundadores da Sustainable Biodiesel Alliance – uma organização sem fins lucrativos que tem como objectivo promover a produção e a utilização sustentável dos biocombustíveis – e integra também os órgãos de direcção da Environmental Media Association, da Eco America e da Action Sports Environmental Coalition.



8.1



9

PAINEL II

9.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO

NEGÓCIO INTERNACIONAL E DESAFIOS LOCAIS





O segundo painel das Conferências do Estoril, composto por empresários de grande experiência no mundo dos negócios e por influentes políticos nacionais e internacionais, centrou-se na análise da relação entre o grande motor da globalização – os mercados mundiais e os negócios que neles se desenvolvem – e os desafios de âmbito local que se levantam e resultam, muitas vezes, desses negócios.

As apresentações dos oradores e o debate subsequente desenvolveram-se em torno de três grandes temas:

- A crise global actual e os desafios que esta coloca aos vários níveis de acção;
- Os factores de competitividade local e regional face aos desafios da globalização e ao contexto de crise internacional;
- A necessidade de tornar a «globalização mais ética», nas palavras de Mary Robinson, apostando na responsabilidade social e empresarial e nos valores aplicados ao mundo dos negócios.

As transformações económicas, financeiras, políticas, sociais e culturais a que o mundo tem assistido nas últimas décadas, que constituem o aprofundamento de um modelo de globalização, têm vindo a traduzir-se num aumento da interdependência global: as distâncias são cada vez menores, o fluxo de bens, pessoas, capitais, serviços e informação intensifica-se continuamente, os desafios que emergem são complexos e difusos, as clivagens entre regiões não param de se agravar.

Aos enormes desafios colocados por este processo juntam-se os que decorrem do actual contexto de crise internacional, que começou como uma crise financeira, mas que rapidamente assumiu contornos económicos e sociais.

Perante estes desafios discutiram-se, neste painel, os factores de competitividade que permitem às empresas, países e regiões posicionarem-se no mercado global.

Neste ponto, os principais factores apontados prendem-se com a importância da inovação tecnológica e empresarial, o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) enquanto factor de produtividade e comunicabilidade, e a relevância dos recursos humanos para a competitividade das regiões e empresas e para os seus processos de internacionalização.

Por outro lado, foi salientada a absoluta necessidade de uma globalização mais ética e do papel que a responsabilidade corporativa ou empresarial deve desempenhar nesse processo, em articulação com as esferas cívica e política, ao nível global e local.

Aliás, a ideia central presente em todo o painel prende-se precisamente com a necessidade de coordenação e articulação, em todas as áreas, entre os níveis global, regional e local.



9.2 • A CRISE ACTUAL E OS SEUS DESAFIOS



ISABEL AGUILERA



9.2

A falta de regulação dos mercados financeiros tem sido apontada como a causa mais directa da actual crise económica e financeira internacional. De acordo com o Plano Global para a Recuperação e Reforma, que resultou da reunião de Abril de 2009 do G20, as principais razões para o falhanço no sector financeiro, e que estiveram na raiz do surgimento desta crise, devem-se, precisamente, às falhas existentes ao nível da supervisão e regulação do sistema financeiro global. Para que outras crises semelhantes sejam evitadas é, para António Carrapatoso, fundamental a existência de «mercados abertos, transparentes e bem regulados a nível internacional e local» defendendo a liberdade e responsabilidade da iniciativa privada, a qual deve ser, simultaneamente, estimulada e fiscalizada. No entanto, mais do que apontar as causas da crise que vivemos, o foco de reflexão do painel esteve orientado para a discussão dos desafios que esta coloca em diferentes níveis de acção. Foi unânime a constatação de que a actual crise económica e financeira está a afectar todas as regiões e actividades do globo e que, por isso mesmo, exige respostas que sejam, também elas, globais, ainda que coordenadas com dinâmicas e soluções locais. O Plano Global do G20, acima referido, transmite essas mesmas preocupações: para que o mundo recupere a prosperidade são necessárias soluções verdadeiramente globais, ou seja, decididas multilateralmente e que promovam um crescimento globalmente partilhado, de modo a que também as economias emergentes e os países em desenvolvimento possam beneficiar de uma globalização sustentável - mensagem que coincide com a do primeiro painel das Conferências do Estoril, «Arquitectura Multilateral e Desafios Globais». Ou seja, um novo modelo de regulação global, que rejeite o unilateralismo e assente em instituições internacionais mais representativas da actual balança de poder internacional.

A resolução dos desafios globais que o mundo enfrenta hoje passa, então, por uma maior cooperação e coordenação de agendas políticas e económicas entre Estados, bem como de esforços e recursos a todos os níveis de acção – globais, regionais e locais.

Esta ideia foi defendida não só por Isabel Aguilera, mas também por António Carrapatoso, que realçou a importância de colaborar na procura de soluções que são impossíveis de conseguir de forma isolada. Este orador realçou também a necessidade de se evoluir para um mundo verdadeiramente multipolar «abandonando o modelo de uma força dominante única». Um dos principais desafios que se colocam ao multilateralismo, particularmente no contexto desta crise, prende-se com a questão do aumento do protecçãoismo no âmbito do comércio mundial. Esta tendência de aumento tinha já sido referida por Pascal Lamy, Director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) num artigo publicado na revista *Newsweek*.

Segundo os oradores o protecçãoismo constitui um dos principais obstáculos à recuperação económica, pois traz grandes impedimentos ao comércio global e ao investimento, forças motrizes do desenvolvimento e do crescimento económicos. Uma vez que a crise financeira fez diminuir o consumo e a confiança nos mercados, Lamy reforça a ideia de que é importante não esquecer que sem as exportações e sem o comércio global o mundo estaria agora numa situação muito mais preocupante e que «o caminho para tempos melhores passa pelo envolvimento com a comunidade internacional e não pela construção de muros económicos».

O próprio G20 anunciou já a importância de se dar um novo impulso ao comércio e ao investimento mundiais, de modo a evitar que se entre numa nova era de protecçãoismo. No entanto, apesar de nas duas últimas cimeiras do G20, realizadas em Washington (15 de Novembro de 2008) e em Londres (02 de Abril de 2009), ter predominado uma retórica anti-protecçãoista e de ter ficado estabelecido que as barreiras ao comércio e ao investimento deveriam ser reduzidas, a tendência que actualmente se regista é a inversa: dos 20 Estados que compõem o Grupo dos Vinte, 17 já implementaram medidas protecçãoistas.

9.2 • A CRISE ACTUAL E OS SEUS DESAFIOS



ANTÓNIO CARRAPATOSO



9.2

Os perigos de estarmos a caminhar para uma fase de maior protecção a nível internacional foram também salientados pela antiga Presidente da Irlanda, Mary Robison, que acrescentou não haver, neste contexto, boas perspectivas para uma conclusão da Ronda do Desenvolvimento de Doha. Na mesma senda, Basílio Horta sublinhou ainda os perigos do «protecção mais subtil» e que corresponde aos «subsídios dirigidos, às desvalorizações em sistemas monetários não regulados e às imposições administrativas».

Associada ao protecção esteve uma outra preocupação trazida a debate: a crescente intervenção do Estado na economia e nos mercados. Ao referir-se àquilo que intitula por «aspectos políticos da reforma do actual sistema financeiro internacional», Basílio Horta salientou que não é do interesse de ninguém recuperar os ideais de «uma sociedade fechada, asfixiada, capturada por valores onde os cidadãos não participam», mas que também não é desejável que se institua uma sociedade em que o Estado é inexistente ou desrespeitado, «onde os interesses de parte se misturam com os interesses do todo». Para este orador é necessário, portanto, que se promova o papel regulador e dinamizador do Estado na economia, sem cair num excessivo intervencionismo, que se possa constituir como obstáculo à livre iniciativa e cidadania.

O protecção constitui um dos principais obstáculos à recuperação económica, pois traz grandes impedimentos ao comércio global e ao investimento.



MARY ROBISON

9.3 • GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE LOCAL E REGIONAL



BASÍLIO HORTA



9.3

As grandes tendências globais da actualidade – como a mudança de poder do Ocidente para o Oriente (nomeadamente para China e para a Índia), a alteração do panorama financeiro internacional, a maior intervenção estatal nos mercados, a inovação tecnológica acelerada ou a crescente incorporação de noções de responsabilidade empresarial nas agendas das empresas – exigem respostas que sejam, também elas, globais, ainda que coordenadas com dinâmicas e soluções ao nível regional e local.

Esta necessidade de coordenação de esforços e diversificação das soluções torna-se particularmente pertinente ao olharmos os desafios que se colocam, mesmo para um espaço integrado económica e politicamente, como a União Europeia, ao tentar elaborar respostas concretas para a crise internacional. Mesmo com um objectivo idêntico, aumentar o bem-estar através do aumento do nível de vida e prosperidade, as respostas são

contingentes a cada realidade nacional. É unânime, no entanto, que este objectivo só é conseguido através da valorização e promoção, em cada país ou região, de factores de competitividade económica, humana e territorial como: o grau de inovação, a tecnologia existente, a qualidade e talento dos recursos humanos, a presença de instituições eficientes e desburocratizadas e a própria participação dos cidadãos.

Um dos factores de competitividade reconhecidamente crucial para, a nível global e local, se enfrentar quer a crise quer os desafios da globalização é o grau de inovação de uma região ou país. Embora este conceito seja bastante mais abrangente, os oradores deste painel discutiram-no sobretudo ao nível corporativo e empresarial. Neste ponto, a (falta de) cultura de inovação foi uma das preocupações evidenciadas. O papel dos recursos humanos qualificados e especializados, enquanto pilares de uma elevada capacidade inovadora, foram unanimemente realçados.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY (MIT)

É um instituto cuja principal missão é formar estudantes de topo nos domínios da ciência e tecnologia. Compromete-se a gerar, disseminar e preservar conhecimento e a utilizá-lo para fazer frente aos grandes desafios globais. Desde 2006, o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia português mantém com o MIT um programa que visa reforçar as bases de conhecimento em Portugal, bem como a competitividade do país a nível internacional, através da aposta no conhecimento, nas ideias e nas pessoas.

AICEP CONHECIMENTO

Estrutura que presta serviços na área do conhecimento. Lançada pela AICEP em 2008, esta estrutura estabelece protocolos com universidades portuguesas e procura fornecer informações aos sectores público e privado sobre os diversos países do mundo. O objectivo central é apoiar e facilitar o processo de internacionalização das empresas portuguesas.

9.3 • GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE LOCAL E REGIONAL



ANTÓNIO CÂMARA



9.3

António Câmara veio introduzir uma outra questão: o papel da investigação e do desenvolvimento tecnológico na capacidade inovadora empresarial. Ao nível local, no caso português, esta relação estabelece-se, na prática, por uma relação ainda de costas voltadas entre empresas e universidades, entre centros de investigação e indústria, com poucas excepções para confirmar a regra. No entanto, o mesmo orador deixou um registo optimista, referindo alguns exemplos de como este nó da competitividade portuguesa está a ser desatado. Um destes exemplos passa pela colaboração entre «a Universidade Nova de Lisboa, a YDreams e alguns dos principais grupos industriais portugueses (desde a Sonae, à Portucel, à Barbosa & Almeida, ao Grupo CUF, entre outros)», que se uniram em projectos comuns, nomeadamente para a criação das chamadas «superfícies interactivas do futuro» (por exemplo, vidro ou plástico com informação interactiva). O CEO da YDreams justificou esta evolução positiva no relacionamento entre universidades e empresas com base na crescente abertura das primeiras e no aumento de interlocutores (grupos de investigação, essencialmente) ao dispor de cada indústria. Uma especial referência deve ser feita à criação de cada vez mais empresas no âmbito universitário (designadas por spinoffs académicos), uma prática iniciada no MIT (Massachusetts Institute of Technology) há já 50 anos atrás nos Estados Unidos da América, e que é um sinal de que «Portugal vai no caminho certo».

Também o avanço tecnológico (nomeadamente no domínio das TIC) foi apontado como um dos principais vectores de desenvolvimento e competitividade das empresas, indústria e territórios. Nas palavras de António Carrapatoso, as tecnologias são «o grande motor de mudança do mundo», ao aumentarem os níveis de produtividade e ao abrirem espaço para um maior e mais regular contacto entre as pessoas a nível global.

«As dificuldades de relacionamento entre inovação e investigação começam agora a ser superadas no nosso país.»

António Câmara

ESTRATÉGIA DE LISBOA

Adoptada pelo Conselho Europeu de Lisboa, no ano 2000, esta estratégia foi aprovada com o objectivo de transformar a Europa no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social. Objectivos travados por uma conjuntura económica externa desfavorável, mas igualmente pela inércia dos Estados Membros em adoptarem as directrizes definidas a nível europeu. A Comissão Europeia realizou, então, em 2004, uma avaliação intercalar, da qual resultou uma redefinição de metas e o relançamento da agora designada Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego.

9.3 • GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE LOCAL E REGIONAL



BELMIRO DE AZEVEDO



9.3

A importância das tecnologias de informação foi igualmente assinalada por António Câmara. O CEO da YDreams deu o exemplo do YouTube, um sítio de Internet que é «a exposição global que qualquer empresa ambicionaria ter desde sempre», pois permite colocar *online* imagens, vídeos e músicas, disponíveis para toda a comunidade cibernética, e divulgar produtos, informações, empresas, entre outros. Estas tecnologias foram apontadas por Isabel Aguilera como determinantes também para a redução da burocracia. A Presidente da GE destacou o processo de reorganização pelo qual as organizações e empresas estão a passar e que as está a tornar menos hierárquicas. Sublinhou igualmente o contributo das novas tecnologias para a desburocratização dos processos administrativos, ao agilizarem e facilitarem a partilha de informações e a tomada de decisão.

Outro dos factores apontados como determinantes para a competitividade dos países, bem como para o sucesso dos negócios e das estratégias empresariais dentro e fora do país de origem, foi o talento e a qualificação dos recursos humanos existentes. A aposta na formação deve, assim, ser uma prioridade, uma vez que cada vez mais as empresas procuram recursos humanos altamente qualificados, que funcionem como principais factores produtivos.

No entanto, a internacionalização dos negócios e empresas não deve, para Isabel Aguilera, passar exclusivamente pelo recurso à exportação de mão-de-obra qualificada proveniente do país de origem da empresa. Esta gestora afirma a importância de se recorrer a mão-de-obra local. Se a competitividade das empresas depende do nível de inovação que é produzido pela mão-de-obra, é fundamental uma maior aposta na transferência de conhecimento para que se possam incrementar os níveis de inovação.

**CARLOS ZORRINHO**

9.3 • GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE LOCAL E REGIONAL





9.3

Num «processo organizado de globalização» das empresas, a preparação prévia dos projectos de internacionalização de negócios é uma etapa crucial, na perspectiva de Belmiro de Azevedo. Para que esta etapa seja bem sucedida, é preciso ter trabalhadores de confiança, conhecedores dos negócios em causa, capazes de decidir e de executar sob pressão e que sejam fortes emocionalmente. Exemplos de como o conhecimento aliado à inovação podem desempenhar um papel muito importante na transformação da informação em conhecimento de novos mercados é, no caso português, o da AICEP Conhecimento e das BIU (Business Intelligence Units).

Aprofundando o exemplo português, e detalhando os desafios que se colocam face às especificidades locais e aos desafios suplementares colocados pela crise, Basílio Horta argumentou que esta não deve desviar o nosso país do caminho que estava a percorrer, continuando a mudar o seu modelo económico e a apostar na tecnologia e inovação. O presidente da AICEP referiu-se concretamente ao padrão das exportações portuguesas e à sua evolução de «produtos tradicionais» para «produtos de tradição», com alta incorporação tecnológica, como é o caso de maquinaria, aparelhos tecnológicos e componentes automóveis. Salientou ainda a importância de se conhecerem novos mercados para tornar mais sólido o processo de internacionalização das empresas portuguesas; mencionou os novos destinos das exportações portuguesas, antes centradas sobretudo no espaço europeu e agora muito voltadas para o espaço extra-Europa, nomeadamente para Angola e para Singapura, por exemplo; destacou ainda a abertura e prospecção de abertura

de novas agências da AICEP em países como a Líbia, a Venezuela, a Turquia e a Guiné-Equatorial, entre outros.

Corroborando o que foi dito por Basílio Horta, Carlos Zorrinho reafirmou a existência de «uma balança tecnológica de serviços muito favorável a Portugal», advertindo, porém, «para a importância do país se preparar para a saída da crise, devendo, para isso, continuar a apostar na qualificação das nossas indústrias». No entanto, António Carrapatoso alertou ainda para o facto de, em Portugal, continuarem por resolver problemas estruturais, tais como as divergências da Europa em matéria de crescimento, as debilidades do modelo social ou a fraca capacidade de gerar riqueza. Estas questões estruturais, se não forem resolvidas, poderão comprometer a capacidade do nosso país de iniciar uma verdadeira retoma.

BUSINESS INTELLIGENCE UNITS

Unidades que fornecem informação a respeito da indústria e do mundo empresarial, transformando-a em relevantes dados de mercado.

9.4 • VALORES E ÉTICA NA GLOBALIZAÇÃO



ANTÓNIO CARRAPATOSO e MARY ROBINSON



9.4

Mary Robinson, que actualmente preside à iniciativa Realizing Rights: the Ethical Globalization Initiative e integra o United Nations Global Compact Board, considera que «com a recente crise financeira é possível compreender melhor porque é que precisamos de uma globalização ética».

De acordo com o enunciado pela própria Ethical Globalization Initiative, uma globalização ética passa por um reconhecimento da existência de responsabilidades partilhadas na procura de respostas para os desafios globais actuais; pelo reconhecimento de que todos temos igual dignidade e de que é necessário prestar atenção aos diferentes impactos que as políticas económicas podem ter em homens e mulheres; e pela afirmação de que um mundo ligado pelo comércio e pelas novas tecnologias deve também partilhar valores, normas de comportamento e sistemas de responsabilização dos diferentes actores.

Assim, pretende-se, por um lado, que a comunidade internacional e os governos nacionais assumam uma maior responsabilidade na garantia dos direitos daqueles a quem estes têm sido negados, nomeadamente ao nível laboral. Mas, por outro lado, não se pode descurar a responsabilidade que as empresas devem assumir em matéria de direitos humanos e desenvolvimento local. É esta, aliás, a posição da Amnistia Internacional (AI), uma das principais organizações não-governamentais de direitos humanos a nível global, quando em causa está

a ligação entre globalização, direitos humanos e responsabilidade corporativa. Para esta ONG «a globalização tem vindo a mudar significativamente o mundo no qual vivemos, trazendo novos e complexos desafios para a protecção dos direitos humanos», pelo que «os actores económicos, em especial as empresas transnacionais, ganharam um poder e uma influência sem precedentes na economia mundial».

Mary Robinson apresentou uma série de iniciativas e organizações centradas fundamentalmente nessa consciencialização das empresas para as suas responsabilidades no desenvolvimento global e local e nos processos de articulação entre as várias esferas de acção.

De acordo com o documento *Corporate Citizenship in the World Economy*, produzido pelo United Nations Global Compact, nunca as comunidades internacional e empresarial haviam, como hoje, identificado um conjunto de objectivos que lhes permitisse alinhar posições e definir estratégias comuns. A protecção ambiental, a construção de mercados abertos e transparentes, a luta contra a corrupção ou a inclusão social são alguns destes objectivos que empresas, governos, sociedade civil e as próprias Nações Unidas encaram como fundamentais para que as práticas empresariais passem a ser mais responsáveis e socialmente sustentáveis.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT

É uma iniciativa estratégica de carácter político para os negócios que aceitam alinhar as suas políticas com os dez princípios estabelecidos no Compacto e universalmente aceites. As principais áreas abrangidas por esta iniciativa são os Direitos Humanos, o ambiente laboral e o combate à corrupção. O Global Compact conta já com cerca de 5200 membros, provenientes de 130 países.

9.4 • VALORES E ÉTICA NA GLOBALIZAÇÃO



CARLOS ZORRINHO e MARY ROBINSON



9.4

A Business Leaders Initiative on Human Rights, por seu turno, foi lançada com a intenção de «encontrar maneiras práticas de aplicar as aspirações da Declaração Universal dos Direitos do Homem no contexto empresarial, inspirando outras empresas a fazer o mesmo».

Esta iniciativa, que inclui grandes empresas multinacionais – como a GE, a Coca-Cola, a Novartis ou a ABB – pretende, assim, identificar a responsabilidade que as empresas devem assumir no mundo moderno, sobretudo quando vivemos um cenário de crise económica em que, mais do que nunca, é importante que os líderes empresariais aceitem compromissos que incluam um maior respeito pelos direitos humanos.

Mary Robinson referiu o trabalho de John Ruggie, Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para os Negócios e Direitos Humanos, sublinhando o seu contributo para a elaboração de um quadro de referência para os negócios e Direitos Humanos, assente em três grandes pilares, todos eles complementares entre si: i) «o dever do Estado de proteger os Direitos Humanos e de evitar que estes sejam violados por terceiros (incluindo por empresas)»; ii) «a responsabilidade dos empresários de respeitar os Direitos Humanos»; iii) «o maior acesso por parte das vítimas a soluções efectivas, judiciais e não-judiciais». A partir deste enquadramento, o que se pretende é identificar medidas

que permitam operacionalizar o que foi proposto, de modo a que possa funcionar como um guião orientador para Estados, empresas e outros actores sociais.

No fundo, trata-se de implementar medidas para um processo de globalização mais ético, através da adopção de um conjunto de valores e boas práticas aos vários níveis de acção. Uma dessas medidas, frequentemente referida ao longo destas conferências, passa por uma melhor regulação e moralização dos comportamentos nos mercados internacionais. Neste ponto, para Mary Robinson, o que é preciso é uma «regulação inteligente» (ou *smart regulation*), que evite a desregulação e a falta de responsabilização nos mercados.

Já Isabel Aguilera, questionada a respeito da possibilidade de se voltarem a cometer os mesmos erros que conduziram a esta crise por parte das pessoas que estão à frente das grandes empresas, respondeu dizendo que «é tudo uma questão de equilíbrio entre as decisões globais e uma implementação detalhada». Esta oradora frisou a necessidade de haver comportamentos íntegros em todas as áreas de actividade defendendo a importância de «tratar as decisões globais como procedimentos e de estabelecer objectivos claros».

Mas o caminho para a promoção de um modelo de globalização mais ético e sustentável está longe de se esgotar na implementação de medidas de regulação

BUSINESS LEADERS INITIATIVE ON HUMAN RIGHTS

Lançada em 2003, esta iniciativa pretende implementar ao nível empresarial a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Os objectivos primordiais são reduzir os abusos dos Direitos Humanos pelas companhias e empresas e desenvolver uma maneira de fazer com que os negócios sejam sustentáveis ao nível social. É uma organização direccionada para o mundo dos negócios e reúne 16 das maiores empresas e marcas mundiais.

9.4 • VALORES E ÉTICA NA GLOBALIZAÇÃO





9.4

dos mercados.

Uma dimensão absolutamente crucial neste processo passa pela articulação entre os níveis da acção, nomeadamente através de um equilíbrio entre decisões globais e desenvolvimento local.

Mary Robinson foi uma das vozes mais incisivas no desenvolvimento desta ideia através do argumento de que «a não ser que a globalização se ligue à localização, ela irá conduzir à alienação». Esta é uma dimensão fulcral apesar das dificuldades em «conseguir uma compatibilidade totalmente boa entre o local e a necessidade de existir uma globalização mais justa», a já descrita «globalização ética».

A antiga Presidente da Irlanda deu o exemplo das empresas chinesas que se encontram a investir em países africanos e do «ressentimento» que a presença chinesa começa a gerar junto das comunidades locais. Este «ressentimento» está sobretudo associado ao facto de os chineses, quando investem em África, privilegiarem os produtos e a mão-de-obra vindos da China, marginalizando a produção e os trabalhadores locais. Questionada igualmente acerca das práticas chinesas de *dumping* e de violação dos direitos humanos, no âmbito de uma suposta diferença de valores entre Ocidente e Oriente, nomeadamente ao nível de condições e práticas laborais, Mary Robinson frisou que as maiores empresas chinesas começam agora a reconhecer que, se quiserem comercializar a nível global, terão que seguir padrões internacionais de produção e comércio.

Abordando a questão do papel dos valores na articulação entre níveis de acção distintos, António Carrapatoso elaborou um esquema em que apresenta três espaços de interacção em que, para si, a estrutura mundial assenta: o espaço de intimidade – que é «o espaço de cada um consigo próprio e com as suas famílias e amigos» e em que cada um de nós espera encontrar o bem-estar e a auto-confiança de que precisa diariamente; o espaço de identidade – que corresponde à área de residência e ao país a que cada pessoa pertence, sendo por isso um espaço em que há valores partilhados e factores culturais comuns, onde o cidadão espera conseguir sentir-se protegido e seguro, ter oportunidade de realização pessoal e ter acesso «a serviços públicos alargados e de qualidade»; – o espaço indirecto – que é «um espaço mais global, mais abstracto, da região supranacional (...) mas que diz pouco ao cidadão comum» por se encontrar mais afastado do seu quotidiano. Deste espaço o cidadão espera a criação de condições para o funcionamento e desenvolvimento dos outros dois espaços.

«A não ser que a globalização se ligue à localização, ela irá conduzir à alienação.»

Mary Robinson

PRINCÍPIOS DO EQUADOR

São critérios mínimos para a concessão de crédito, que pretendem assegurar que os projectos financiados são desenvolvidos de forma social e ambientalmente responsável. O conjunto de dez princípios foi lançado em Washington, D.C. a 04 de Junho de 2003, tendo sido actualizados em 2006. Actualmente, são já mais de 40 as instituições financeiras que aceitaram reger-se por estes princípios.

9.4 • VALORES E ÉTICA NA GLOBALIZAÇÃO



BASÍLIO HORTA



9.4

António Carrapatoso referiu ainda que os valores são sobretudo uma questão de prática e de enquadramento, tendo sobretudo a ver com a existência de boa regulação, o estabelecimento de incentivos, a transparência e a simetria de informação. Para ele, a condição de países emergentes é apenas provisória, lembrando que também nós – ditos países desenvolvidos – já enfrentámos os mesmos problemas que aqueles que estão em patamares diferentes de desenvolvimento enfrentam actualmente. A coesão internacional apenas será possível se a comunidade internacional contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento dos países emergentes, momento em que será então possível que estes países adoptem «novos valores e novos princípios».

A participação dos cidadãos é, por seu lado, uma outra ferramenta crucial tanto para estes processos de desenvolvimento como para uma cultura de exigência ética sobre os diversos actores neles envolvidos. Para António Câmara esta questão da participação cívica assume particular importância na «discussão de assuntos globais e locais». Ela é «uma forma de influenciar e ajudar os políticos, os governantes e até os empresários» no processo de tomada de decisão, que acabará por determinar o destino dos cidadãos. Também Isabel Aguilera focou o aspecto da participação cívica, associando-o àquilo a que chama de «cidadania corporativa», isto é, às parcerias que se devem estabelecer entre uma empresa e as comunidades nas quais ela opera, no sentido de contribuir para o futuro sustentável dessas localidades e para a própria solução dos desafios globais através de respostas locais.

Uma possibilidade levantada no decurso do debate prende-se com a possibilidade do estabelecimento de uma «ISO de qualidade» para a globalização. Para Mary Robinson, a existência de padrões de governação, assim definidos, para a globalização, seria muito importante, sobretudo porque isso poderia tornar

as empresas mais responsáveis social e ambientalmente. A antiga Presidente da Irlanda referiu que muitos bancos estão já a aceitar padrões de comprometimento – os chamados «Princípios do Equador» – que funcionam como guiões de comportamento estabelecendo padrões para os projectos que as instituições bancárias devem apoiar. É uma forma já implementada de promover a ligação entre bancos, direitos humanos e questões ambientais. Sobre esta questão, foi igualmente salientado que, para se poderem efectivar princípios de justiça e equidade climáticas, é necessário dotar os países em desenvolvimento de maiores recursos financeiros e aumentar a transferência de tecnologias verdes para esses países. Esta última questão, relacionada com as possíveis estratégias de gestão de recursos e da sua relação com o desenvolvimento de países emergentes, foi também abordada ao longo do painel «Recursos e Sustentabilidade».

«Não interessa a ninguém recuperar os ideais de uma sociedade fechada, asfixiada, capturada por valores onde os cidadãos não participam.»

Basílio Horta

9.5 • CONSIDERAÇÕES FINAIS





9.5

Crise, factores de competitividade, valores: foram estes os eixos em torno dos quais se estruturou o debate do segundo painel das Conferências do Estoril. Os oradores convidados manifestaram a sua preocupação face às actuais tendências que indiciam um ressurgimento das práticas proteccionistas na economia mundial, sublinhando a importância de se restaurar a confiança dos consumidores e dos Estados nos mercados internacionais. Sem esta confiança ser restabelecida, dificilmente será possível atingir e ultrapassar os níveis de prosperidade característicos da fase que antecedeu o início da crise, em 2008. No entanto, as soluções para os múltiplos e complexos desafios que se colocam ao mundo devem ser obtidas multilateralmente e tendo em vista uma maior coesão internacional. Uma globalização mais sustentável tem de passar por uma maior harmonização dos níveis de desenvolvimento em termos globais, regionais e locais. A articulação entre estes três níveis em áreas como a política, os negócios e a intervenção cívica é assim de importância primordial para um novo e mais equilibrado modelo de globalização.

A aposta nos recursos humanos, na inovação e nas tecnologias é também uma das grandes recomendações saídas deste fórum de discussão. Sem uma aposta coerente nestes factores, será muito difícil aos países e regiões enfrentarem

a crise e tornarem-se competitivos nos mercados internacionais. A aplicação de medidas consistentes com estas recomendações ao nível local, nomeadamente em Portugal e nas empresas portuguesas, foi um foco de discussão importante no painel e a principal recomendação para o aumento da competitividade do país.

Um novo modelo de globalização deve implicar também uma nova postura em relação à ética empresarial. É certo que a percepção de muitas empresas sobre a sua responsabilidade corporativa tem aumentado a nível global. Há já um conjunto substancial de empresas inseridas em iniciativas de protecção e promoção dos direitos humanos e de uma «globalização ética», assente em práticas ambiental e socialmente responsáveis. No entanto, também nesta área as desigualdades na aplicação destes valores, a nível global, regional e local, são ainda evidentes. Há, assim, ainda um longo caminho a percorrer para uma aplicação mais extensiva e uniforme destes padrões de responsabilização ética das empresas.

PARA SABER MAIS...

Business & Human Rights Resource Centre:
www.business-humanrights.org

**Programa Operacional Temático
Factores de Competitividade 2007-2013:**
www.pofc.qren.pt/

The Ethical Globalization Initiative:
www.realizingrights.org/

United Nations Global Compact:
www.unglobalcompact.org/aboutTheGC/

9.6 • BIOGRAFIA



Mary Robinson

Presidente da Irlanda de 1990 a 1997,
Alta Comissária das Nações Unidas
para os Direitos Humanos entre 1997 e 2002
Orador

Mary Robinson foi a primeira mulher Presidente da Irlanda, de 1990 a 1997. Foi Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos entre 1997 e 2002. Actualmente preside ao Council of Women World Leaders e à iniciativa Realizing Rights: The Ethical Globalization Initiative, cujo objectivo é fomentar a incorporação das normas e padrões de direitos humanos no processo de globalização e apoiar as estruturas de governação nos países em desenvolvimento.

Mary Robinson foi recentemente nomeada como membro do UN Global Compact Board, um grupo de vinte líderes económicos e sociais que tem por objectivo promover dez princípios universais nas áreas dos direitos humanos, do emprego, do ambiente e do combate à corrupção.



9.6



10

PALESTRA

JOSEPH STIGLITZ

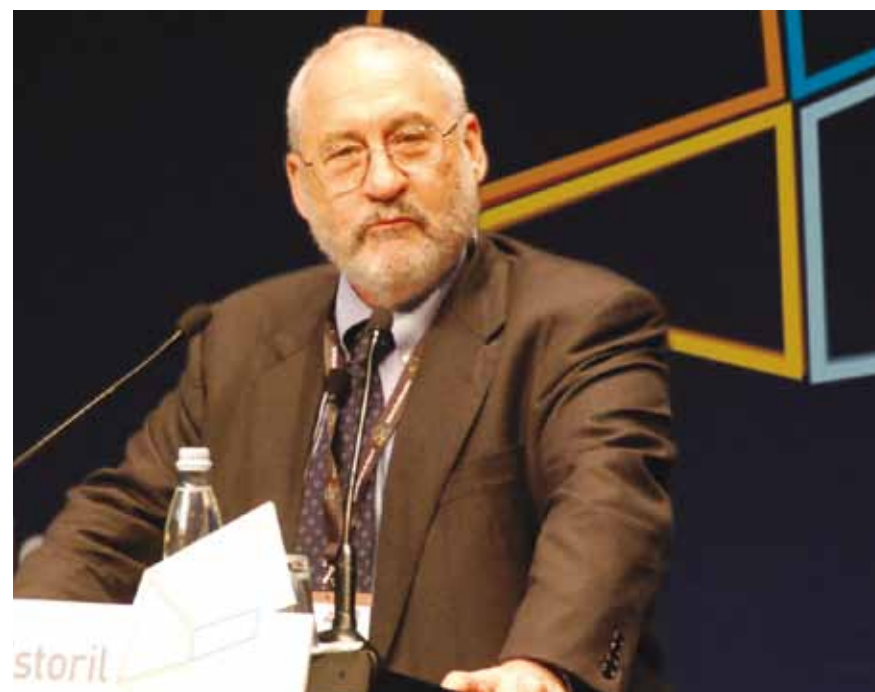


JOSEPH STIGLITZ



10

Contrariando o *laissez-faire* desregulado da economia norte-americana, Joseph Stiglitz destacou-se por contestar a política dominada por *lobbies* que beneficia as instituições financeiras e deixa de lado o cidadão comum. Stiglitz trouxe às Conferencias do Estoril uma análise crua dos factos que levaram à crise, à sua disseminação global, as suas causas e os seus efeitos, apontando ainda algumas soluções a desenvolver a longo prazo.

**JOSEPH STIGLITZ**

TRÊS IDEIAS-CHAVE:

- A actual crise económica global está directamente ligada à forte desregulação dos últimos anos do sistema financeiro americano;
- A desregulação abre caminho a práticas fraudulentas que protegem os administradores e prejudicam os pequenos investidores que detêm menos informação sobre o sistema;
- A resposta à crise tem sido desapontante: foi dado ainda mais poder às pessoas e às instituições que estiveram na sua origem.

10.1 • EXPLICAR A CRISE:

'TEARING DOWN THE WALLS'



JOSEPH STIGLITZ



10.1

Se é verdade que não existem respostas fáceis para explicar uma crise como a actual, Joseph Stiglitz tem-se dedicado a explorar exaustivamente uma dimensão que considera absolutamente central: a progressiva desregulamentação do sistema financeiro norte-americano. Este processo de desregulamentação teve na sua base, desde logo, o *lobbying* das instituições financeiras em Washington e a sua influência nas decisões do governo. Muitos dos grandes grupos financeiros são contribuintes fiéis das campanhas eleitorais, quer para o Senado, quer para a Presidência. Apoiam democratas e republicanos, não tendo preferências ideológicas, apostando outrossim no retorno do seu investimento e garantindo a ausência de intervenção governamental sobre os mercados financeiros. Foi através da ideia – dir-se-ia quase ideologia – da capacidade de auto-regulação dos mercados e da falta de fiscalização sobre os mesmos, permitida e incentivada reiteradamente pelo presidente da Reserva Federal e pelo Secretário do Tesouro norte-americanos, que a «bolha» económica foi crescendo.

Este processo sofre um desenvolvimento determinante em Novembro de 1999, com a revogação do Glass-Steagall Act, leis criadas no pós *crash* de 1929 que originou a Grande Depressão e que visavam um maior controlo sobre a emissão e distribuição do dólar, mas também a reforma do sistema bancário então colapsado, passando a haver distinção entre *bancos comerciais* e *bancos de investimento*. Desde finais dos anos 80 que o governo norte-americano era pressionado a revogar este

conjunto de leis. Stiglitz era opositor da fusão entre bancos comerciais e bancos de investimento, antecipando vários problemas.

Por um lado, eram evidentes os *conflitos de interesse* decorrentes da sobreposição da cultura dos bancos comerciais (que emprestam dinheiro e gerem depósitos de forma segura) com a dos bancos de investimento (que gerem a venda de títulos e aplicam grandes quantias em produtos de risco elevado na perspectiva de rendimentos muito elevados). A mesma instituição que emite títulos de uma empresa e que os recomenda, sentir-se-á pressionada, por exemplo, a emprestar dinheiro a essa empresa mesmo que tenha dúvidas sobre a sua saúde financeira. Da mesma forma, a instituição que empresta dinheiro para a compra de casas, por exemplo, vai depois vender títulos correspondentes às hipotecas dessas casas – um exemplo de *derivado* financeiro, denominado de *mortgage-backed security* –, onde a necessidade de vender e valorizar esses títulos leva a esconder ou a disfarçar o risco de algumas dessas hipotecas.

Por outro lado, a fusão de entidades, com a justificação de supostos benefícios retirados da criação de ‘economias de escala’, levaria à criação de gigantes financeiros que se tornariam *‘too big to fail’* – a sua influência económica seria tão elevada que, no caso de algo correr mal, as perdas teriam de ser resgatadas pelo Governo, um incentivo perverso para se tomarem ainda mais riscos.

GRANDE DEPRESSÃO

Historicamente marcada pelo *crash* da bolsa a 29 de Outubro de 1929, foi a maior depressão económica do séc. XX, abalando a estrutura económica – sobretudo no emprego do primeiro e segundo sectores – em muitos países do mundo até ao dealbar da II Guerra Mundial. Ficaram famosas as críticas de John Keynes, criticando o paradigma clássico da economia livre de mercado, lançando pressupostos de política macroeconómica que defendem uma maior intervenção governamental.

10.1 • EXPLICAR A CRISE:

'TEARING DOWN THE WALLS'



JOSEPH STIGLITZ



10.1

O tempo dar-lhe-ia razão. A complexidade e a falta de transparência do sistema conduziram, segundo a investigação que valeu o Nobel a Stiglitz em 2001, a um problema de *'informação assimétrica'* – e, portanto, de poder assimétrico – entre os directores e os investidores accionistas, contrariando a capacidade de auto-regulação dos mercados pela racionalidade e igualdade de acesso à informação por parte de todos os agentes. Este problema tornou-se evidente logo na viragem do século com o escândalo da Enron, no sector da energia, e da Worldcom, no sector das telecomunicações, justamente duas das áreas mais fortemente desregulamentadas durante os anos 90.

Ao deitar abaixo certas 'muralhas', certas formas de regulação e prevenção de excessos, o sistema financeiro foi impregnado de um conjunto de *incentivos perversos* que o levaram a exponenciar o risco em troca de lucro fácil e de curto prazo, com a multiplicação de técnicas e instrumentos financeiros complexos e pouco regulamentados. As baixas taxas de juro do governo de George W. Bush incentivaram o endividamento para reinvestir, aumentando a relação entre a dívida e os capitais próprios, ou seja, aumentando o risco da capacidade de uma empresa pagar o que deve. A técnica, chamada de *alavancagem*, produzia potencialmente elevados lucros, mas constituía igualmente elevados riscos, pelo que estava regulamentada. No entanto, em Abril de 2004, a *Securities and Exchange Commission* deixou cair o limite que estabelecia o rácio entre dívida e capital de 12:1 para permitir um rácio de 30:1, ou até superior. Um dos instrumentos mais usados para reinvestimento, nessa altura, seriam precisamente os *mortgage-backed securities*. Estava dado o incentivo final para inflacionar a 'bolha' do imobiliário. Mais recentemente, a crise actual revelaria

ainda escândalos como o do Citigroup que investia fortemente os depósitos dos seus clientes, sem o seu conhecimento, em produtos financeiros de risco. Por outro lado, o risco sistémico que representava a falência de empresas gigantes, líderes de sectores da economia, como a Freddie Mac e Fannie Mae no imobiliário ou a AIG nos seguros, era de tal magnitude que obrigou o governo dos Estados Unidos a intervir, recaindo o ónus, ainda de custos e duração indeterminados, sobre o contribuinte americano.

Curiosamente, avisa-nos Stiglitz, o que temos assistido actualmente é que o sector financeiro, depois de ter investido tanto dinheiro, tempo e trabalho a influenciar o poder político para obter maior margem de manobra, vem acusar essas mesmas instituições políticas de falta de zelo sobre os mercados.

«É como o ladrão pagar ao polícia para não vigiar, fazer o assalto, e vir depois dizer que o problema é que o polícia não estava lá para o deter.»

Joseph Stiglitz

OS ESCÂNDALOS DA ENRON E DA WORLDCOM

Entre 2001 e 2003 foram expostas várias práticas contabilísticas fraudulentas destes dois gigantes empresariais. Os seus directores enriqueceram, escondendo e manipulando informações vitais sobre a contabilidade das empresas, inflacionando o preço das acções e prejudicando os accionistas. No caso da Enron, o escândalo arrastou também uma das mais prestigiadas empresas de contabilidade, a Arthur Andersen, por irregularidades nas auditorias e obstrução à justiça.

10.2 • SOBRE A FUNÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO



JOSEPH STIGLITZ e VÍCTOR JOHN MALLET



10.2

Com todos estes incentivos perversos decorrentes da desregulamentação, o sector financeiro tem-se distanciado cada vez mais do seu propósito. Stiglitz afirma que o sector financeiro deve ser um meio para obter algo e não um objectivo em si, um bem final. Deve ser, antes de mais, um intermediário, e se está a ser bem sucedido na sua função deve levar a uma produção mais eficiente, não gerar grandes receitas por si próprio. Seria suposto o sector financeiro gerir o risco e distribuir capital a baixos custos. No entanto, o sistema financeiro norte-americano contrariou todas estas funções: exponenciou o risco, fez uma má distribuição de capital, e tudo isto a custos muito elevados. Nos últimos anos, este sector lucrava 30% de todos os ganhos empresariais.

Ao contrário do que usualmente se diz sobre a capacidade de inovação dos sistemas financeiros, a verdade é que não apenas a inovação era direccionada para fugir à regulação existente e para novas formas de manipulação contabilística, como o sistema financeiro revelava, de uma forma geral, ser muito resistente à inovação. As novas tecnologias permitiram uma eficiência maior nas transacções bancárias, mas o sistema americano resistiu à mudança, mantendo um funcionamento arcaico, cobrando comissões de 1% a 2% de todas as transacções e fazendo dinheiro à custa do sistema produtivo. Outro exemplo foi a dificuldade em aprovar a criação de fundos seguros para investir, como títulos indexados à inflação, protegendo a longo prazo as poupanças dos americanos. Houve, naturalmente, grande oposição nas grandes companhias financeiras que argumentavam que se houvesse investimentos seguros a longo prazo, deixaria de haver transacções de capital, e a sua facturação, dependente das comissões sobre essas transacções, seria muito menor.

No entanto, a miopia sobre os efeitos de longo prazo e a depravação moral do sistema financeiro, segundo Stiglitz, conseguiria piorar. Através do recurso ao crédito barato, as instituições empenharam-se em conseguir o capital que

existia na base da pirâmide, nas classes menos favorecidas, que literalmente ‘pediram emprestada’ a sua ascensão social por intermédio da compra de casa. Os bancos concederam hipotecas mesmo em situações de risco limite, às pessoas habitualmente chamadas NINJA (*no income, no job, no assets* – pessoas sem rendimentos, sem emprego e sem património), criando produtos financeiros de elevado, mas escondido, risco, que durou apenas enquanto o preço das casas continuava a subir, embora o rendimento médio americano se mantivesse igual. Com a actual crise, a queda dos preços no sector imobiliário e a exposição do risco destes produtos, milhões de americanos perderam as suas casas e as suas poupanças. Isto representa mais que um problema financeiro; é uma verdadeira crise social nos EUA.



10.3 • SAIR DA CRISE GLOBAL



JOSEPH STIGLITZ



Para Stiglitz, a maneira como se tem lidado com esta crise tem sido desapontante, já que se deu mais poder às instituições e às pessoas que originaram a crise em primeiro lugar, mantendo assim a mesma concepção financeira pré-crise e os mesmos interesses que levaram ao problema que estamos agora a viver. Neste momento, estas mesmas pessoas proclamam já, num excessivo optimismo, que o pior da crise já passou. Para Stiglitz, o problema reside mais no que vai acontecer ao sairmos de uma crise fundada em problemas estruturais tão profundos e com repercussões tão globais.

Seria obviamente inconcebível haver problemas na maior economia mundial sem ter implicações directas na economia global, até porque tanto o Fundo Monetário Internacional como o Tesouro dos EUA tinham tornado bastante fácil a disseminação dos problemas, já que permitiram a desregulamentação na venda dos títulos das hipotecas a investidores internacionais, ajudando assim a espalhar as perdas em todos os mercados. A prova é que sensivelmente metade desses títulos foi transaccionado para a Europa. Isto causa dificuldades adicionais, quando comparamos, por exemplo, com o caso da crise asiática de 1997-98. Países como a Coreia, a Indonésia e a Tailândia conseguiram sair mais facilmente da crise porque o resto do mundo não estava em recessão, podendo assim manter o seu nível de exportações e recuperar a economia.

A crise actual, pelo contrário, está imersa num contexto económico de uma diminuição acentuada na procura agregada (como o consumo, o investimento, as exportações – toda a procura de bens e serviços numa dada economia) ao nível global, que não é apenas resultante da contracção do crédito disponível. Acontece porque houve fortes desigualdades de crescimento económico dentro de cada país, ocorrendo uma má distribuição de capital entre os pobres (que consumiam de facto) e os ricos (que não o gastavam todo); porque os preços do petróleo aumentaram e o capital ficou concentrado em países que consumiam pouco; e ainda porque para evitar intervenções do FMI com graves consequências nas soberanias económicas nacionais, como no caso da referida crise asiática, os países em desenvolvimento estiveram a acumular grandes reservas de capital, diminuindo o consumo.

Não podemos afirmar qual será o resultado da crise, como afirma Stiglitz, porque estamos perante um problema estrutural com reflexos a longo prazo. O consumo americano sustentava uma economia viciada e esse modelo está definitivamente arruinado. Todos esquecemos, claramente, as lições aprendidas com a Grande Depressão e o desafio hoje é se tentaremos recriar o sistema falhado do passado ou se aproveitaremos esta oportunidade para criar uma melhor sociedade e uma melhor economia que reflecta a nossa realidade. A esperança de Stiglitz é que isto aconteça, o seu medo é que não.

CRISE ASIÁTICA

A década de 80 e 90 lançou os países do sudeste asiático numa rápida liberalização económica assente no investimento externo, inflacionando diversos mercados como o imobiliário, sujeito a uma crescente especulação. O então chamado 'milagre económico asiático' ruiu em 1997, com a pressão especulativa sobre várias divisas como o baht tailandês, então anexado ao dólar, a derrocada dos preços do imobiliário e a inevitável fuga de capitais que lançaram o caos na região, obrigando à intervenção do FMI.

10.4 • BIOGRAFIA



Joseph Stiglitz

Economista, prémio Nobel da Economia em 2001
Orador Convidado

Joseph Stiglitz é professor de Economia e Finanças na Universidade de Columbia. Entre 1993 e 1997, Stiglitz foi membro do Conselho de Assessores Económicos da administração Clinton, tendo assumido a presidência deste órgão em 1995.

De 1997 a 2000, foi economista chefe e vice-presidente sénior do Banco Mundial. Entre os cargos que ocupa actualmente incluem-se: co-fundador e presidente do Initiative for Policy Dialogue, presidente eleito da Associação Económica Internacional e presidente da Comissão de Especialistas do Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre a Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional. Joseph Stiglitz é reconhecido como um dos principais economistas mundiais e o seu trabalho tem contribuído para explicar de que forma a intervenção estatal selectiva pode melhorar o funcionamento dos mercados. Algumas das suas principais obras, traduzidas em diversas línguas, são o bestseller *Globalization and Its Discontents* (2001), *The Roaring Nineties* (2003), *Fair Trade for All* (2005) e *Making Globalization Work* (2006). Em 2001 Joseph Stiglitz recebeu o Prémio Nobel em Ciências Económicas.



10.4



11. PAINEL III

11.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO

RECURSOS E SUSTENTABILIDADE





O terceiro painel das Conferências do Estoril teve como tema «Recursos e Sustentabilidade», um tema absolutamente incontornável quando se pretende reflectir sobre o desafio que a globalização representa, num plano de acção global e local.

O tema deste painel está claramente relacionado com uma expressão que é comum no discurso dos diversos actores sociais da actualidade: desenvolvimento sustentável. A expressão «desenvolvimento sustentável» é o resultado da disseminação de um conceito que se tornou popular, em 1987, após a publicação do Relatório Brundtland da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, das Nações Unidas. Foi definido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades. O destaque aqui dado à palavra «necessidades» é reflexo da preocupação com a erradicação da pobreza e a satisfação das necessidades humanas básicas.

O conceito de desenvolvimento sustentável focou a sua atenção na procura de estratégias de promoção do desenvolvimento económico e social, de forma a evitar a degradação ambiental, o excesso de exploração dos recursos naturais e a poluição, nas suas diversas formas. A ligação com a «sustentabilidade» foi do agrado dos grupos ambientalistas. A ênfase no «desenvolvimento»

foi particularmente saudada pelos representantes dos países mais pobres, por agências governamentais para o desenvolvimento e por organizações da sociedade civil actuantes na luta contra a pobreza e a desigualdade social

Nesta perspectiva, o desenvolvimento envolve uma transformação progressiva da economia e da sociedade. Teoricamente é possível percorrer esse caminho, mesmo em cenários políticos e sociais de alguma rigidez. Mas a sustentabilidade física não pode ser assegurada sem que as políticas de desenvolvimento tenham em atenção o acesso aos recursos e a distribuição de custos e benefícios. Mesmo a noção restrita de sustentabilidade física implica uma preocupação com a equidade social entre gerações, uma preocupação que deve, logicamente, ser alargada à equidade dentro de cada geração.

Se as necessidades devem estar assentes numa base de sustentabilidade, os recursos naturais devem ser preservados e otimizados. Torna-se imperativa a existência de mudanças substanciais nas políticas de desenvolvimento e crescimento, para enfrentar os altos níveis de consumo da actual sociedade industrial, o aumento do consumo necessário para alcançar as necessidades mínimas nos países do hemisfério sul e o anunciado crescimento da população ao nível mundial. No entanto, a conservação dos recursos naturais não deve estar apenas assente numa óptica de objectivos de desenvolvimento: é nossa obrigação moral para com todos os seres vivos e com as gerações futuras.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO

Foi criada pelas Nações Unidas, no Outono de 1983. É frequentemente conhecida como a Comissão Brundtland, devido a ter sido presidida por Gro Harlem Brundtland, líder nesta altura do Arbeiderpartiet (Partido Trabalhista Norueguês). O relatório dos trabalhos desta comissão foi aprovado no Outono de 1987.

11.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO



JUDITE DE SOUSA



11.1

O crescimento da população mundial tem vindo a gerar uma pressão amplamente considerada como insustentável sobre os recursos naturais disponíveis. O modelo de produção dominante, e que se tem vindo a replicar de uma forma global, tem-se traduzido numa lógica caracterizada por extracção – fabrico – resíduo, pelo que a realidade exige uma mudança de paradigma.

Foi consciente da necessidade de alterar este paradigma, ou no mínimo ajustá-lo de forma a ser viável, bem como enquadrar-se no conceito de desenvolvimento sustentável, que as Conferências do Estoril debateram o tema «Recursos e Sustentabilidade», com um conjunto de oradores de notável pertinência nesta área.

O conceito operativo das Conferências do Estoril foi definido como de «resolução de problemas», sendo estes perspectivados como globais, e cuja resolução passa necessariamente por respostas que são simultaneamente globais e locais.

Que caminhos deveremos percorrer para nos desenvolvermos de uma forma sustentável? Que estratégias devemos adoptar simultaneamente, à escala global e local, para assegurarmos às gerações vindouras um futuro com os mesmos recursos que recebemos e gerimos de uma forma sustentável?

Foi no sentido de encontrar respostas para estas questões que, presidido por Vítor Martins, e moderado posteriormente por Judite de Sousa, o terceiro painel das Conferências contou com o precioso contributo de Leopoldo Guimarães, Carlos Pimenta, Danny Leipziger, Manuel Aranda da Silva, Chris Skrebowski e Alfredo Valladão.

As diversas perspectivas de análise, influenciadas pelas bases académicas, profissionais e vivências de cada um dos oradores, foram expressas em três grandes áreas de debate.



CARLOS PIMENTA

11.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO



VITOR MARTINS



11.1

- **Os recursos e a crise actual**

A ênfase na boa gestão dos recursos foi uma constante ao longo do terceiro painel. Dada a elevada dependência em relação aos recursos energéticos não renováveis, o painel discutiu a necessidade de promover uma utilização racional e sustentável dos mesmos. A adopção de uma visão integrada em relação às energias renováveis permitirá uma maior eficácia destas na resolução de questões energéticas futuras.

Foi evidenciada a necessidade de assegurar não só a boa gestão dos recursos energéticos, mas também daqueles que são essenciais à vida humana, como a água e os bens alimentares, que devem ser de livre acesso a todos, já que são pilares do desenvolvimento.

- **Ambiente e desenvolvimento**

Todos os oradores foram unânimes em considerar que a preservação do ambiente está directamente relacionada com os índices de desenvolvimento.

Reflectindo uma visão de curto prazo, algumas economias tendem a dar maior prioridade ao crescimento económico, sacrificando boas práticas ambientais.

Este género de orientação estratégica é extremamente negativa, e, pelo elevado prejuízo que comporta, inibe o desenvolvimento de uma economia.

As intervenções dos oradores deste painel foram coincidentes em relação à estratégia a adoptar ao nível global, pois embora algumas más práticas ambientais tenham origem local, os seus efeitos perniciosos acabam por ter impacto global.

- **O contributo tecnológico para uma revolução no sector energético**

A tecnologia pode, e deve, ser utilizada para alcançar soluções que permitam a diminuição do uso de combustíveis fósseis, influenciando o nível de emissões de CO₂ para a atmosfera.

Essas soluções passam por uma maior eficiência energética, mas também pela adopção de sistemas integrados e de novos modelos, uma vez que os existentes estão desactualizados e assentam em contextos económicos, políticos e tecnológicos completamente ultrapassados.

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



CHRIS SKREBOWSKI



11.2

A energia é absolutamente necessária para a nossa sobrevivência diária. No paradigma actual, o desenvolvimento futuro depende crucialmente de aumentar a longo prazo, a disponibilidade de quantidades que sejam confiáveis, seguras e ambientalmente sustentáveis. Considera-se que, actualmente, nenhuma fonte ou mistura de fontes atinge este objectivo.

O compromisso civilizacional que temos com os recursos energéticos é algo que todos nós compreendemos, sentimos e percebemos, e cuja dimensão resulta numa multiplicidade de questões ambientais, económicas, políticas, tecnológicas e científicas. Esta foi uma ideia base na intervenção de Leopoldo Guimarães sobre os recursos energéticos. A dimensão política em torno dos recursos energéticos leva a que muitas vezes, motivada pela procura de soluções rápidas e duradouras, se atribua às energias renováveis um papel preponderante sem questionar se efectivamente estas são a melhor solução para determinado problema. Na opinião do antigo reitor da Universidade Nova de Lisboa, as energias renováveis não são um contributo decisivo para o equilíbrio geoestratégico mundial nas próximas décadas. No entanto, as energias renováveis devem receber todo o apoio científico, tecnológico, económico e político, de forma a fazerem parte da equação energética com uma preponderância crescente. Este apoio deve ser feito em rede, ao nível global. Países isolados ou o investimento em apenas uma tecnologia não irá resultar na satisfação integral dos compromissos para com a energia.

«Nem há planeta, nem há recursos que permitam estender à humanidade toda o nível de consumo que nós temos em Portugal, sem falar nos Estados Unidos.»

Carlos Pimenta

«Esgotámos todo o petróleo barato no mundo.»

Chris Skrebowski

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

As Nações Unidas definiram o dia 22 de Março como o Dia Mundial da Água. Este dia tem sido marcado por iniciativas com o intuito de sensibilizar o público em geral para a necessidade de conservar e utilizar os recursos hídricos de forma sustentável.

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



DANNY LEIPZIGER



11.2

Um dos recursos energéticos mais escasso é o petróleo. As Conferências do Estoril tiveram um orador que é unanimemente considerado uma autoridade neste assunto: Chris Skrebowski. A sua intervenção foi extremamente pragmática e iniciou-se com uma frase que pode resumir todo o seu discurso: «O desafio global de que eu quero falar é aquele que acredito ser o mais eminente que enfrentamos: esgotámos todo o petróleo barato no mundo».

A resposta para este problema é simples, segundo o editor da *Petroleum Review*, a revista do Instituto de Energia do Reino Unido: «temos que pensar como podemos usar menos petróleo. Temos que usar este recurso de uma forma menos extravagante». Os padrões de consumo e as verbas financeiras envolvidas tornaram-se incompontáveis. Vivem-se tempos em que se acredita que mais petróleo permite mais crescimento, menos petróleo permite menos crescimento. Construimos uma sociedade baseada no petróleo. No passado era uma sociedade baseada no carvão. Há pouca relação entre o preço e o efeito no fornecimento. Temos que modificar o nosso uso, arranjar outras maneiras de fazer as coisas.

A questão do petróleo também foi abordada por Alfredo Valladão, numa perspectiva geopolítica. Se os Estados Unidos da América estiverem seriamente a pensar acabar com a dependência do petróleo proveniente do Médio Oriente, isto significa que este passará a ser vendido quase em exclusivo para as economias emergentes no continente asiático. Estarão estes países preparados para assegurar a estabilidade e segurança desta zona do globo?

A boa gestão dos recursos assume especial importância nos países em desenvolvimento. Danny Leipziger, Vice-Presidente do Banco Mundial, referiu que a preocupação com os recursos é a volatilidade dos preços que lhe é associada. Existem diversos métodos que permitem evitar grandes discrepâncias neste campo. Por exemplo, ao nível dos exportadores de mercadorias, deu o exemplo

do Chile, que optou por definir os preços das suas mercadorias a longo prazo, sem se basear nos ciclos económicos do momento, o que lhe permite atravessar períodos mais conturbados, de uma forma suave. Existem ainda outros métodos, que envolvem o FMI, mas que não têm tido a mesma taxa de sucesso. A grande preocupação são os países que são ricos em recursos naturais, nomeadamente aqueles que possuem indústrias extractivas, pois o volume de capital envolvido pode levar a situações de uso indevido, nomeadamente à corrupção. Este é um combate que deve ser travado a jusante, nos países mais desenvolvidos. Estes países têm que ter atenção a quem tem acesso aos recursos – a água, por exemplo, é um recurso essencial para o sector da agricultura e um factor fundamental para assegurar a saúde das famílias.

«Deve ser dada uma atenção especial à distribuição da água e da terra»

Danny Leipziger

Manuel Aranda da Silva realçou durante a sua intervenção a importância da água, como recurso escasso, afirmando que a agricultura consome 70 por cento da água fresca do mundo. Esta representa 2,5 por cento do total de água existente, e só uma pequena parte está disponível. O resto é água subterrânea e congelada.

«O acesso à água é muito desequilibrado, assim como o seu preço», afirmou Danny Leipziger. Deve ser dada uma atenção especial à distribuição de água, mas também à de terra. A terra é em muitos países em vias de desenvolvimento a maior riqueza que as populações têm. O Banco Mundial, num esforço de *empowerment*,

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



ALFREDO VALLADÃO



11.2

em estreita relação com as questões de género que marcam a desigualdade social de países emergentes, efectuou diversos programas para registar como co-proprietários das terras, não só o homem, como é culturalmente habitual, mas também a mulher, para que esta possa aceder a crédito e, no caso do marido morrer, ter alguma fonte de riqueza.

«Nos últimos meses o mundo assistiu a um conjunto de desafios que começaram com uma crise dos preços da alimentação e uma crise energética, e se ligaram a uma crise financeira e uma crise económica, e as consequências dessas crises, ainda não são totalmente conhecidas» afirmou Manuel Aranda da Silva. De facto, em 12 meses, desde Janeiro de 2008, mais de 30 países no mundo tiveram distúrbios significativos, em termos de segurança, provocados pelo acesso à alimentação, e o nível de subnutridos no mundo aumentou de 850 milhões para um nível acima dos mil milhões, uma regressão face aos progressos alcançados nas últimas décadas no combate contra a fome.

O ciclo começou por uma crise energética associada a uma crise dos preços dos produtos alimentares, cujas causas são conhecidas: uso intensivo de culturas alimentares para a produção de etanol para combustível, devido ao aumento dos preços deste enquanto fonte energética alternativa; aumento contínuo na procura de alimentos devido à mudança de hábitos provocada pelas melhorias dos níveis de vida em alguns países, como a China, o Brasil e a Índia, entre outros; aumento da população; e de uma forma menos evidente, devido à estagnação da produtividade agrícola, com os rendimentos por hectare, que atingiram médias de 3 por cento, até aos anos 70, com o culminar da revolução verde na Europa, na Ásia e na América Latina, a descenderem para níveis de 0,5 por cento. Estes factores, associados a um fenómeno de impacto determinante, como as alterações climáticas, consubstanciadas em secas e cheias, levaram a uma baixa súbita das reservas alimentares no mundo.



LEOPOLDO GUIMARÃES

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



MANUEL ARANDA DA SILVA



11.2

Manuel Aranda da Silva lançou, neste contexto, uma das questões fortes sobre o assunto: «como é que é possível que haja uma crise alimentar quando há políticas para impedir que se produza através de subsídios?». A resposta foi imediatamente dada: «é um falso problema de dimensão». Espera-se o aumento da procura de alimentos, inevitável, pelo crescimento previsível da população mundial, que passará em 2030, dos 6 mil milhões actuais para 8 mil milhões e, em 2050, para 9,2 mil milhões. É de esperar também a melhoria progressiva das condições de vida e alterações nos hábitos de consumo. Pondo de parte todos os subsídios que se pagam para não se produzir em algumas zonas do mundo, isto pode potenciar um aumento de produção de 7 por cento. Actualmente é utilizada 10 por cento de terra para uso agrícola, 20 por cento para pastagens, 50 por cento são montanhas, desertos ou partes congeladas e 20 por cento são floresta. Replicar as revoluções verdes do passado significaria um aumento brutal no consumo de água – que não existe –, um aumento de fertilizantes inorgânicos com impactos ambientais dramáticos e, por outro lado, as alterações climáticas em curso vão reduzir ainda mais, em algumas áreas, o potencial uso dessas terras, tornando-as inférteis. Só seria possível através de desflorestação, e por isso, é preciso pensar em soluções alternativas. Estudos recentes apontam para a possibilidade de fazer agricultura de maneira diferente.

Ao longo dos tempos, o homem sempre foi capaz de obter respostas às necessidades alimentares. Embora exista conhecimento técnico para desenvolver

soluções de futuro, será necessário adaptá-lo às realidades locais, de forma a evitar efeitos negativos de maior dimensão.

«O grande desafio será transformar a produção agrícola nos países que o podem fazer, utilizando pequenos produtores, mas utilizando processos agrícolas mais ecológicos, que criem riqueza, e que se integrem nos mercados de uma forma muito vantajosa.»

Manuel Aranda da Silva

REVOLUÇÃO VERDE

Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo baseia-se na utilização intensiva de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), adubos inorgânicos, mecanização, irrigação e diminuição dos custos de manuseamento.

11.3 • AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO



DANNY LEIPZIGER



11.3

Segundo Leopoldo Guimarães, projectando um cenário para o ano de 2050, a ausência de políticas energéticas e desenvolvimentos tecnológicos pontuais, um pouco à semelhança do que se vive actualmente, levaria o mundo a uma situação preocupante. Com o irreversível aumento do consumo de energia, cerca de 1,8 por cento ao ano, de acordo com a Agência Internacional de Energia, o uso da energia duplicaria, o uso do carvão triplicaria, o uso do gás aumentava 138 por cento, o uso do petróleo aumentava 65 por cento e a emissão de CO2 passava de 24,5 gigatoneladas em 2003 para 58, ou seja, um aumento de 137 por cento.

«Não se deve separar a agenda do ambiente da agenda do crescimento. Têm que ser vistas como uma única decisão política.»

Danny Leipziger

Danny Leipziger considera que existe uma relação entre ambiente e desenvolvimento, que pode ou não ser positiva. Na sua opinião não se deve separar a agenda do ambiente da agenda do crescimento. Ambos têm que ser vistos como uma única decisão política. Não é possível desenvolver-se agora e lidar com os estragos ambientais depois. O exemplo da China é sintomático: o estudo atempado de uma solução integrada teria permitido ao governo chinês poupar grandes verbas, se a decisão estratégica de crescimento tivesse sido acompanhada de algumas preocupações ambientais. No que diz respeito às alterações climáticas, o Vice-Presidente do Banco Mundial faz alusão ao *Growth Report*, publicado em Maio de 2009.



11.3 • AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO



ALFREDO VALLADÃO



11.3

Os factos são bastante claros: se continuar o actual nível de emissões, prevê-se um aumento na temperatura de 1 a 3 graus, o que pode causar efeitos que vão desde o desagradável ao catastrófico. A China ultrapassou os EUA no nível de emissões, embora *per capita* ainda seja menor. O aumento de emissões, que nos coloca em níveis considerados perigosos, será provocado sobretudo pelas economias emergentes.

Isto cria um dilema económico: eficiência *versus* eficácia – tenta-se atenuar o nível de emissões de uma forma eficiente ou de uma forma precisa? O *Growth Report* afirma que deve ser feita uma separação entre quem produz e onde é necessário reduzir as emissões poluentes e quem irá pagar por isso. Através desta separação irá conseguir-se reduzir eficientemente estas emissões, e depois terá que ser estudada em comum uma forma de pagar. Por exemplo, na China constrói-se uma central eléctrica todas as semanas. Se é mais barato para o governo chinês construir uma central eléctrica que não tenha atenção aos impactos ambientais do que uma que os tenha, a resposta económica que deve ser dada é criar mecanismos financeiros que permitam diminuir a disparidade entre os custos das duas opções. Se é do interesse global não ter poluição, a comunidade internacional deve poder subsidiar a central eléctrica mais vantajosa em termos ambientais. A resposta errada é dizer à China, à Índia e ao Brasil que devem abrandar o seu crescimento económico para atingir certos objectivos, que já foram atingidos pelos países ricos, uma vez que esses países emergentes precisam de um grande

consumo de energia para atingirem o mesmo nível de crescimento. A solução é separar a redução de emissões da responsabilidade de as pagar.

Alfredo Valladão perguntou à plateia das Conferências do Estoril, salientando que o problema central é a energia, como seria possível continuar a enriquecer com um sistema mais sustentável. Na sua opinião, a solução passa por um modelo económico mais ecológico. A presente crise permite a adopção desse modelo ecológico, através da mudança da matriz energética que é o epicentro do problema.

COMMISSION ON GROWTH AND DEVELOPMENT

Surgida em Abril de 2006, juntou 22 personalidades, na sua maioria provenientes dos países em desenvolvimento. A Comissão é presidida por Michael Spence, Prémio Nobel de Economia, e o Vice-Presidente é Danny Leipziger. Os objectivos da Comissão são procurar respostas para o desenvolvimento económico sustentável e a redução da pobreza, tendo as conclusões sido publicadas no *Growth Report*.

11.4 • O CONTRIBUTO TECNOLÓGICO PARA UMA REVOLUÇÃO NO SECTOR ENERGÉTICO



LEOPOLDO GUIMARÃES



11.4

O uso intensivo de tecnologias permite alcançar algumas soluções, embora não permita a diminuição substancial do uso de combustíveis fósseis. Durante o terceiro painel, diversos oradores apontaram a necessidade de orientar os desenvolvimentos tecnológicos para a procura de eficiência energética. A aplicação tecnológica nos transportes, na indústria e nos edifícios poderia levar a uma redução de entre 30 a 50 por cento nos níveis de emissão de CO₂.

Foi também apontada a necessidade de descarbonizar a electricidade. Uma possível solução seria a utilização de energia nuclear que permitiria reduções nas emissões de CO₂, entre 2 a 10 por cento, ou através da utilização de energias renováveis, com reduções de entre 5 a 16 por cento.

A analogia entre a necessidade de fazer uma revolução nas políticas ambientais, em especial no sector energético, igual à que ocorreu no sector da informação, com a Internet, foi evidenciada com grande firmeza, em especial por Carlos Pimenta, na sua intervenção inicial.

Esta necessidade fundamenta-se no impacto em termos de investimento e no impacto que irá ter no nosso quotidiano, e assenta no seguinte pressuposto: o planeta não aguenta o modelo de energia e de consumo do passado. Não se pode falar em desenvolvimento sustentável, quando a tendência de consumo energético global tende a ser padronizada com níveis elevados. O planeta não possui recursos que permitam estender a toda a humanidade o nível de consumo dos países mais desenvolvidos. Não existe capacidade de reciclar o nível de emissões gasosas para a atmosfera, em termos dos ciclos planetários globais, dos padrões de emissão que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do antigo bloco soviético tiveram nos últimos 40 anos. Este modelo era baseado em padrões de consumo adoptados por apenas 20 por cento da população mundial, sendo que os restantes 80 por cento estavam excluídos de um consumo *per capita* de energia equivalente.

A situação alterou-se substancialmente porque centenas de milhões de cidadãos, principalmente da China, da Índia e de outras economias asiáticas, que não faziam parte da equação em que o modelo citado se baseava, começaram a ter acesso a bens com elevado consumo energético, ocorrendo pela primeira vez rupturas no lado da oferta energética, porque a procura clássica dos bens de consumo dos combustíveis fósseis explodiu. Carlos Pimenta considerou que terão que necessariamente ocorrer mudanças em todo o sistema, seja do lado da oferta, do lado da procura ou nas próprias redes. Ao nível da procura, deverá existir uma procura activa e inteligente onde, por exemplo, cada edifício poderia dispor de mecanismos para regular o seu consumo energético, de acordo com a procura da rede, o que se reflectiria num valor variável da electricidade a cada minuto. O facto de não ser necessário sempre o mesmo nível de consumo de energia, independentemente da rede se encontrar num período com pequeno ou grande consumo, faria com que Portugal poupasse «biliões em termos de unidades de produção e de transporte que funcionam meia dúzia de horas por ano», afirma Carlos Pimenta. No sistema energético tradicional é comum pensar-se que a procura tem de responder sempre a uma oferta. No futuro a procura vai ter que se modelar à própria oferta. E sem dúvida que há que descarbonizar a energia, ideia que já antes tinha sido defendida por Leopoldo Guimarães.

«Devem as energias renováveis receber todo o apoio científico, tecnológico, económico e político, de forma a intervirem na equação energética cada vez com maior importância? A resposta é sim.»

Leopoldo Guimarães

11.4 • O CONTRIBUTO TECNOLÓGICO PARA UMA REVOLUÇÃO NO SECTOR ENERGÉTICO



CARLOS PIMENTA



11.4

A revolução semelhante à Internet irá ocorrer ao nível das redes e dos sistemas. O sistema que teremos que adoptar, para assegurarmos um desenvolvimento sustentável ao nível energético, passará por cada indivíduo ser simultaneamente consumidor, produtor, armazenador e distribuidor. Esta mudança global no sistema permitirá a obtenção de ganhos energéticos significativos. Irá ocorrer uma mudança radical no lado do consumo e na oferta da energia. Tal como na Internet, cada cidadão tem o poder de consumir, produzir, armazenar e distribuir informação em suportes digitais variados, o mesmo vai acontecer com o sector energético. É óbvio que a adopção deste modelo coloca completamente em causa o sistema energético. Vai terminar com a separação verticalizada que existe no sector dos combustíveis e no sector da electricidade, com as respectivas empresas. Os sistemas vão convergir e ter pontos de encontro. Carlos Pimenta sustentou desta forma a necessidade de fazer uma revolução nas políticas ambientais afirmando que «o planeta não aguenta de outra maneira, e quem pensa que a crise económica vai ter como efeito, porque o petróleo baixou, atrasar esta mudança radical, engana-se».

Deixou ainda um alerta sobre a inversão do ciclo da crise, afirmando que «assim que houver um mínimo de retoma, vamos ter uma subida dos preços das matérias-primas energéticas ainda mais brutal e súbita, porque, entretanto, houve atraso em toda a cadeia de procura, armazenamento e transformação dos combustíveis fósseis».

Alfredo Valladão, como já foi anteriormente citado, afirma que a solução para um sistema mais sustentável passa por um novo modelo ecológico, por alterar a matriz energética, assente também em desenvolvimentos tecnológicos. Estas devem actuar ao nível da conservação, desenvolvimento de novas fontes energéticas, melhor uso das velhas fontes, e ainda diversificação geográfica. Isto só é possível com muita pesquisa, desenvolvimento e investimento. Dá como exemplo positivo desta orientação, o grande impulso que, por exemplo, o sector da construção iria ter. Por outro lado, a introdução de um novo sistema pode possibilitar o aumento do fosso entre os países mais ricos e os países mais

pobres. Os primeiros encontram-se numa posição privilegiada, porque conseguem atrair mais capitais, através de crédito e financiamento, num mercado financeiro que neste momento é bastante restritivo. Esta nova matriz também pode ser devastadora para o comércio mundial, caso se introduzam barreiras aos produtos que são fabricados de uma forma poluente e pouco ecológica, o que pode afectar profundamente as trocas comerciais com países pobres e com economias emergentes.

Carlos Pimenta considerou que as tecnologias existentes, em número suficiente e crescente, mostram que a questão de letargia é política. O problema é sistémico e político. Os recursos existem, têm é que estar mais acessíveis. Há uma revolução científica muito grande, em especial na nanotecnologia, na biotecnologia e na capacidade de informação. É possível criar sistemas muito mais eficientes ao nível dos recursos. As energias renováveis são uma solução evidente e óbvia para resolver esses problemas e, desde que usadas de uma forma maciça, descentralizada e acompanhadas de eficiência energética, são respostas imediatas e simples de implementar.

«Ainda não interiorizámos que a revolução que é necessário fazer nas políticas ambientais, nomeadamente no subsector da energia, é total e é de uma dimensão maior do que a que ocorreu nas telecomunicações.»

Carlos Pimenta

11.5 • CONSIDERAÇÕES FINAIS



JOÃO DE DEUS PINHEIRO, JOSÉ MANUEL FERNANDES, SEYED HOSSEIN ADELI, MARIA JOÃO RODRIGUES e JOSÉ MARÍA AZNAR



11.5

A escolha do tema «Recursos e Sustentabilidade» para o terceiro painel, num contexto de globalização, foi um grande desafio. Se, por um lado, a pertinência de se abordar questões como o desenvolvimento sustentável, a utilização racional dos recursos e o ambiente tornavam este tema extremamente apelativo, a verdade é que a sua abrangência e complementaridade a diversos níveis poderiam impedir uma síntese reflectiva de todos aqueles que tiveram a oportunidade de assistir a este painel.

Todos os oradores, porém, deram um contributo de grande relevância não só para criar o debate e para lançar reflexões mas, mais importante, para apresentarem soluções, fazendo com que cada participante nas Conferências do Estoril perspectivasse um caminho, tivesse uma visão mais clara sobre este tema.

Se o tema era em si mesmo um grande desafio, teremos que concluir que este foi plenamente atingido: no Estoril debateu-se a sustentabilidade dos recursos ao mais alto nível, diagnosticou-se o que está mal na lógica de produção e consumo de recursos energéticos e apresentaram-se alternativas, identificaram-

-se tendências actuais e perspectivou-se o futuro das redes energéticas e das transformações que, inevitavelmente, ocorrerão no *modus vivendi* de todos os cidadãos. Foi um debate que em muito contribuiu para renovar a energia com que se constrói um futuro mais sustentável.

PARA SABER MAIS...

Centro Regional de Informação das Nações Unidas:

www.unric.org

Agência Internacional da Energia:

www.iea.org

Commission on Growth and Development:

www.growthcommission.org

Instituto de Energia do Reino Unido:

www.energyinst.org.uk

Globe International:

www.globeinternational.org

Oil Depletion Analysis Centre:

www.odac-info.org

12 PALESTRA

TONY BLAIR



TONY BLAIR



Revestindo a sua apresentação de um marcante pragmatismo e optimismo, Tony Blair trouxe às Conferências do Estoril sete lições sobre os desafios e as oportunidades do processo de globalização, analisando e repensando algumas das concepções fundamentais das democracias liberais.

A visão de Tony Blair sobre o processo de globalização reflecte as suas experiências enquanto primeiro-ministro britânico, mas também – e sobretudo – a sua sensibilidade liberal ocidental. Esta sensibilidade liberal manifesta-se na caracterização do mundo contemporâneo globalizado, no seu entendimento dos desafios globais que se perfilam no horizonte político das democracias ocidentais e nas soluções por ele apontadas para resolver problemas locais e globais. Inspirado pela sua mais recente função de enviado especial do Quarteto para o Médio Oriente, Tony Blair veio ao Estoril transmitir sete lições sobre o mundo globalizado, as suas visões e as suas expectativas.

Na sua primeira lição, Blair descreve o processo de globalização essencialmente em termos de uma compressão temporal e espacial, ou seja, a ideia que a globalização «encolheu»

o Mundo, aproximando assim as pessoas, tendo menos em conta nacionalidades ou etnias. Como tal, vivemos inevitavelmente numa era de interdependência, em que os desafios que as pessoas e os países enfrentam são forçosamente partilhados – não apenas a nível económico, mas também a nível social e cultural. Se a globalização se caracteriza por um aprofundamento e/ou aceleração da interconectividade entre sítios, populações e acontecimentos, daqui advêm necessariamente profundas reconfigurações em termos de escala, entre o global e o local. Para ilustrar esta interconexão acrescida, Blair focou-se na falência do banco Lehman Brothers, um dos mais fortes elementos despoletadores da crise bancária que vivemos. A notícia desse acontecimento rapidamente extravasou os confins de Wall Street e, apesar de muitos desconhecerem a própria instituição, teve repercussões económicas quase imediatas a nível mundial. O processo de globalização está portanto ancorado em, e é reforçado por, uma crescente mobilidade no mundo contemporâneo.

Na sua segunda lição, o político britânico enquadra a globalização na ideologia centrada da Terceira Via, de onde decorrem duas ideias fundamentais.

TRÊS IDEIAS-CHAVE

- A clivagem política do séc. XXI não será entre esquerda e direita, mas entre abertura e fecho ao processo de globalização;
- A religião e a cultura irão assumir um papel mais preponderante nas relações multilaterais;
- Para lidar com os desafios globais é necessário alargar as alianças na cooperação internacional, desde que se partilhem os mesmos valores humanistas universais.

QUARTETO PARA O MÉDIO ORIENTE

No seguimento de tentativas de resolução do conflito israelo-palestiniano, como os Acordos de Oslo em 1993 e a Cimeira de Camp David em 2000, foi criada em Madrid, em 2002, esta nova iniciativa internacional que combina os esforços das Nações Unidas, da União Europeia, da Federação da Rússia e dos Estados Unidos da América para apaziguar as tensões no Médio Oriente.

12 • PALESTRA

TONY BLAIR



TONY BLAIR



Por um lado, a globalização apresenta-se como um complexo processo sociológico – e não só este processo é imparável como não deve ser enfrentado como uma ameaça mas, outrossim, encarado como uma oportunidade a todos os níveis. Por outro lado, esta concepção apoia-se na ideia de que a clivagem política central do mundo globalizado já não é a clássica distinção entre esquerda e a direita, mas sim a distinção entre políticas de abertura ou de fechamento face à globalização, às suas promessas e consequências. Lembrando que o costumavam criticar por não se encaixar nem à direita nem à esquerda, Blair salientou que se o séc. XX foi o século das ideologias e que o séc. XXI será pautado pela distinção entre «aberto» ou «fechado» – ou seja, ou se acredita que a globalização é uma força benigna ou se acredita que a globalização é um fenómeno que ameaça a nacionalidade e o sentido de comunidade de cada um.

Defendendo a sua visão desta Terceira Via, Blair menoriza alguns críticos da globalização que apontam a actual crise económica como responsável por uma nova polarização política, originando um movimento de regresso ao Estado e à extensão das suas funções redistributivas e de protecção social. Ao invés, Blair prefere sublinhar que a crise trará não só mudanças óbvias ao sector financeiro, mas também trará mudanças ao sector público, que a seu ver precisa de uma reestruturação para se adaptar melhor às actuais necessidades dos cidadãos. Deste modo, o futuro da relação do Estado com os seus cidadãos passa pela quebra de barreiras entre os sectores público e privado, uma maior abertura económica

e comercial, em detrimento de velhos proteccionismos, e pela mobilização da sociedade civil – em cujo enorme potencial como motor social e económico Blair acredita firmemente. Deste modo, estamos a assistir a um processo denominado globalização, mas este processo ultrapassa em muito o rótulo, tendo consequências profundas para o futuro, em particular a nível político: «*É literalmente uma mudança no Mundo, de uma maneira fundamental e elementar, que tem implicações para a política, para os políticos, para os partidos e para os governos.*»

Esta crescente interconexão e interdependência é particularmente visível na nova geração que hoje cresce neste contexto global, uma vez que muitos jovens já não limitam a sua identidade à sua nacionalidade, mas são verdadeiros cidadãos do Mundo – uma tendência que encontra expressão e reforço na Internet, nos *media* globais e na facilidade de viajar, por exemplo. Nesta visão da globalização, o mundo está cada vez mais ‘pequeno’ e este facto implica uma aproximação de culturas e religiões – um facto que, apesar do seu potencial positivo, pode também ser gerador de profundas tensões e complexos conflitos.

De facto, e apoiando-se numa temática que lhe é particularmente cara, na sua terceira lição, Blair prognostica que as questões relacionadas com a fé e com a cultura ocuparão um papel cada vez mais estratégico nas relações multilaterais, oferecendo como exemplo disso mesmo a situação actual no Médio Oriente.

TERCEIRA VIA

Termo cunhado pelo sociólogo britânico A. Giddens em 1998, denota uma posição centrista que transcende a dicotomia tradicional entre ideologias de esquerda e direita. Pretendia dar resposta a três fenómenos estruturantes da década de 80: (1) a quebra de consenso sobre o Estado social, dominante até aos anos 70; (2) o descrédito do modelo marxista; e (3) os problemas sociais causados pelo neoliberalismo desenfreado, exemplificado pelos governos de R. Reagan e M. Thatcher. Em alternativa, propõe uma renovação da democracia social, temperando o dinamismo e eficácia do mercado livre com políticas públicas que visam a justiça e a coesão social.

12 • PALESTRA

TONY BLAIR



TONY BLAIR



Fazendo referência ao quadro teórico de Samuel Huntington, Blair sugere que há apenas fundamentalmente um conflito religioso – não um choque *entre* civilizações, mas um choque *dentro* de uma civilização: o Islão. Segundo o político britânico, há dentro do Islão movimentos de modernização das tradições e adaptação à nova configuração mundial (uma posição de abertura à modernidade liberal) que geram conflito face a uma ala mais tradicional (que continua a defender o fechamento). Esta batalha dentro de cada religião é também uma batalha centrada nos modos de recepção do processo de globalização, ou seja, é uma reacção ao fenómeno e à procura de uma identidade - seja esta religiosa, nacional, ou étnica: «*Não é possível compreender o Mundo sem compreender as diferenças religiosas, o seu papel e a sua importância para as pessoas, permitindo que num Mundo onde a globalização aproxima as pessoas, a religião seja algo que as mantenha afastadas*».

A primeira solução apontada por Blair surge na sua quarta lição. Para que os políticos ocidentais saiam bem sucedidos destes conflitos, têm de seguir uma via decididamente pragmática: por um lado, estar prontos a empregar instrumentos de *hard power* – como a utilização da opção militar (como de resto aconteceu, no caso do Iraque) – mas também estar dispostos a fazer esforços diplomáticos, utilizando o *soft power*. O instrumento mais forte de resposta aos problemas globais do futuro será, então, o reforço da cooperação internacional, visto que apenas parcerias globais podem ser eficazes contra desafios igualmente globais.

Esta visão da política internacional assenta em algumas ideias fundamentais. Em primeiro lugar, a resposta aos desafios levantados pela globalização deve passar pela manutenção e reforço cuidadoso das alianças clássicas – em particular a relação transatlântica entre a Europa e os EUA (mas lembrando também a quase milenar aliança luso-britânica, enunciando-a como exemplo raro entre

países europeus). Neste registo, Blair aproveita para justificar novamente a sua relação com o Presidente George W. Bush e a sua controversa política externa, mantendo os termos da ‘relação especial’ entre a Grã-Bretanha e os EUA, baseada em ‘valores partilhados’. Mas, adverte Blair, de forma a vencer as futuras batalhas económicas, sociais e de segurança, a simples manutenção das alianças clássicas não será suficiente. Pelo contrário, o processo de globalização força os Estados ocidentais a estender as suas alianças cada vez mais a Oriente. Perante o importante papel de «novas» potências como a China, a Índia, a Indonésia e a Rússia no quadro global, não só as alianças terão de mudar, alargando-se às novas potências (por exemplo, o G20), mas também terão de ser forjadas novas alianças mais profundas para lidar com os problemas globais.

Esta cooperação internacional terá de ser obrigatoriamente reforçada para combater os problemas enunciados na sua quinta lição. Em acréscimo aos problemas culturais, religiosos e identitários levantados pelo avanço do processo de globalização, existem ainda uma série de outros complexos desafios globais. Problemas como o crescimento demográfico, as mudanças climáticas, o problema actual da segurança alimentar, de recursos ou energética, bem como as doenças globais como a SIDA ou a Malária, representam desafios verdadeiramente globais, para os quais não pode haver soluções efectivas ao nível puramente nacional.

A sexta lição desta visão do futuro da política internacional no quadro da globalização é o encontro deste reforço e renovação das alianças com a necessidade da partilha de valores de cariz universalista. De acordo com o quadro avançado por Blair, se o processo da globalização continuar, os desafios que daí advêm requererão soluções globais baseadas em parcerias globais, que não irão funcionar baseadas em interesses nacionais paroquialmente definidos, mas sim em valores globais partilhados: a justiça, a compaixão e a solidariedade.

12 • PALESTRA

TONY BLAIR



TONY BLAIR



Apesar dos múltiplos desafios enunciados anteriormente, o processo de globalização é excitante e a ideia da cidadania global é poderosa. Dentro desta visão, informada pela sua experiência governativa, Blair acredita que o triunfo pertence aos optimistas, ainda que o compromisso a que todos nos propomos possa muitas vezes parecer inalcançável. A sua sétima e última lição consubstancia-se, portanto, na noção de que só este optimismo dará ao espírito humano a vontade para concretizar o futuro idealizado.

«Sou um optimista acerca do nosso futuro, não um pessimista, acredito que o nosso futuro é brilhante!»

Tony Blair



TONY BLAIR

12.1 • BIOGRAFIA



Tony Blair

Primeiro-Ministro Britânico de 1997 a 2007,
enviado do Quarteto ao Médio Oriente
Orador Convidado

Tony Blair foi Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte de Maio de 1997 a Junho de 2007. Foi também líder do Partido Trabalhista Britânico (1994 a 2007) e membro do Parlamento de 1983 a 2007. Actualmente, é o representante do Quarteto para o Médio Oriente (composto pelas Nações Unidas, a União Europeia, os Estados Unidos e a Rússia) – com a missão de ajudar a criar um Estado Palestino, parte integrante dos esforços da comunidade internacional para assegurar a paz na região.

Tony Blair foi sempre um defensor acérrimo de uma política externa baseada em valores, activa e multilateral – sustentando uma agenda que combinou a luta contra o terrorismo e as intervenções no Iraque, no Afeganistão, no Kosovo e na Serra Leoa, com acções em domínios como as alterações climáticas, a pobreza mundial, África e o processo de paz do Médio Oriente. Teve igualmente um papel importante no processo de paz da Irlanda do Norte, ao ajudar a negociar o Good Friday Agreement, promovendo a partilha de poderes ao nível governamental.

Em 2008, a revista *Time* considerou Tony Blair como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo.



12.1



13

PAINEL IV

13.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO

VALORES, IDENTIDADES E MERCADOS: A GLOBALIZAÇÃO É GOVERNÁVEL?



TARIK RAMADAM



As apresentações e o debate estruturaram-se fundamentalmente em torno de três eixos:

- A caracterização dos traços e moldes do actual modelo de globalização, etapa imprescindível para projectar a sua possível governação;
- A superação desta fase de diagnóstico para a proposição de estratégias e objectivos alternativos para uma nova globalização, bem como de medidas concretas para a efectivar;
- A discussão sobre os valores da globalização e o respeito pelas diversidades culturais ao nível das pertenças e construções identitárias dos indivíduos num mundo global.

Aceitando-se que a globalização é um processo inevitável, salvo circunstâncias extremas, das quais apesar da crise nos encontramos ainda muito longe, foram apresentadas várias visões críticas e problematizadoras sobre as especificidades do processo de globalização em que nos encontramos. Salientaram-se os seus aspectos positivos, como o crescimento da prosperidade e o progresso da humanidade nos últimos 30 anos, ilustrados por indicadores como a percentagem da população que ultrapassou o limiar da pobreza, o aumento da esperança média de vida e o crescimento da liberdade e da democracia, mas também alguns dos seus efeitos mais perversos. A manutenção de profundas desigualdades sociais, os desequilíbrios da economia e do sistema financeiro, a insustentabilidade ambiental, a imposição da uniformização nos estilos de vida, a ineficácia e a falta de democracia e, ainda, a (falta de) representatividade das instituições internacionais (este último ponto, já longamente debatido no primeiro painel das Conferências do Estoril). A crise que hoje vivemos, e que resulta sobretudo desses desequilíbrios, coloca novos desafios à globalização mas assume-se igualmente como uma oportunidade de reflexão e possível inflexão no sentido de uma globalização alternativa governada, ou, pelo menos, regulada.

Para essa governação, tornam-se imprescindíveis consensos alargados e medidas de curto a longo prazo que promovam a sustentabilidade ambiental, uma verdadeira reforma das instituições internacionais, o crescimento da cidadania global e o respeito pela diferença cultural. Esta valorização da diferença não deve ser encarada como impeditiva da assunção de um conjunto de valores universais e pode, pelo contrário, reforçar a criatividade e a importância das respostas locais e da cidadania activa na mudança do actual rumo da globalização. Aliás, uma ampla participação cívica em todas as áreas da vida social e política foi um dos factores transversalmente apontados, nos diversos painéis destas Conferências, como essencial para uma globalização assente em pilares económicos mais sustentáveis.

No debate vivo e mobilizador que se seguiu, foi possível aprofundar e fundamentar algumas das posições, por vezes contrastantes, mas sempre problematizadoras, sobre os rumos e a governação da globalização.

Consensual é a ideia de que o problema de governar a globalização é também um problema de liderança. Serão necessárias lideranças com visão, respeito pela diversidade cultural, capacidade de gerar consensos e a coragem de implementar medidas eficazes ao nível local, regional e internacional. Estas terão de visar o bem comum global, não apenas no curto prazo mas também no médio e longo prazo.

**13.2 • OS TRAÇOS DO ACTUAL MODELO DE
GLOBALIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA ACTUAL CRISE**



HOSSEIN ADELI



13.2

Para se poder projectar e discutir uma possível governabilidade da globalização é imprescindível que se comecem por apontar, de forma crítica, algumas das características e formas que esse processo de globalização tem assumido nas últimas décadas.

O conjunto de processos de crescente interconexão nos domínios económico, político, social e demográfico a que o mundo tem assistido, de forma cada vez mais acelerada, e aos quais se dá a designação genérica de globalização, é consensualmente encarado pelos membros do painel como inevitável e, em determinados moldes, absolutamente desejável. Como foi lapidarmente afirmado por Tariq Ramadan, «a globalização é um facto e ser contra a globalização é um absurdo». Pode-se, no entanto, ser crítico desta globalização. Se ela se pode constituir em si como uma fonte de oportunidades para o desenvolvimento e prosperidade ao nível global, as formas que esta tem assumido poderão não estar a seguir esse caminho.

Um dos oradores mais críticos dos actuais processos de globalização foi Hossein Adeli que identifica dois modelos opostos, pelos quais esta se pode pautar. Um baseado no progresso do conhecimento e na gradual e progressiva remoção das barreiras nacionais. Outro, que é actualmente o dominante, ao qual chama de globalização corporativa, alicerçada numa uniformização imposta (segundo a expressão iraniana, «tentando fazer sapatos de igual tamanho para todos») de estilos de vida e processos em áreas como a economia, a cultura e a política. Outros aspectos profundamente negativos deste modelo passariam pela negação de valores fundamentais como o respeito pela dignidade humana e pelos valores tradicionais e culturais, o excesso de individualismo e de ênfase na obtenção do lucro, bem como a falta de democracia ao nível internacional, alimentada pela tentativa de obtenção de benefícios e recursos estratégicos por parte das grandes potências face aos restantes países.

«Esta globalização tem imposto uma uniformização dos estilos de vida e processos em áreas como a economia, a cultura e a política.»

Hossein Adeli

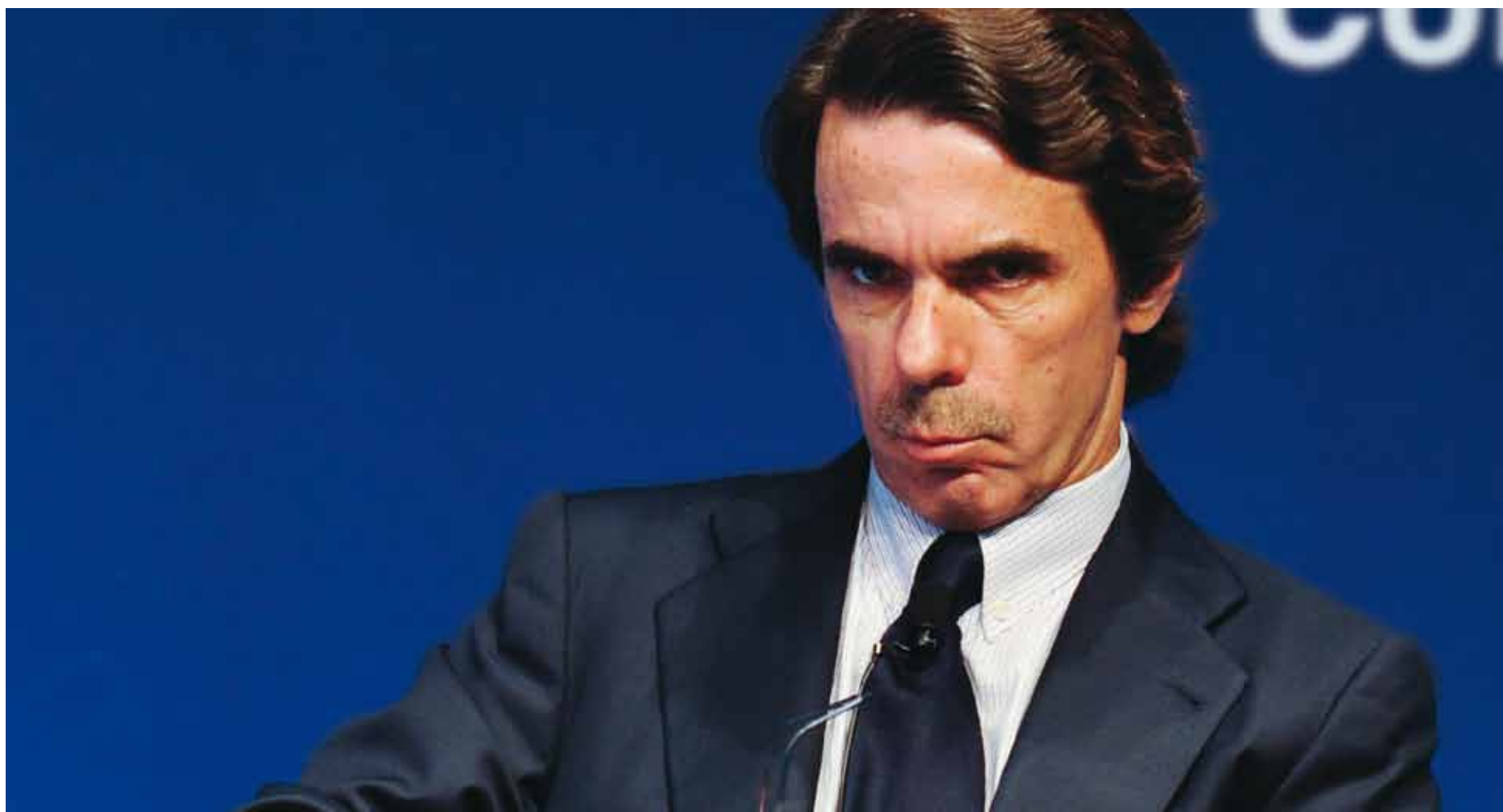
«A globalização é uma oportunidade e não a culpada de todos os males do mundo.»

José María Aznar

A falta de democracia nas instituições internacionais é, aliás, explicitamente referida pela generalidade dos oradores, como um dos principais traços negativos da governação ao nível global. Trata-se, por isso, de uma área de intervenção prioritária para a implementação de um novo modelo de globalização.

Outros aspectos negativos que foram sendo sucessivamente apresentados como característicos deste modelo de globalização, passam pela desregulação dos mercados financeiros e pela manutenção e aprofundamento das desigualdades, da pobreza e dos desequilíbrios e insustentabilidade ambiental.

**13.2 • OS TRAÇOS DO ACTUAL MODELO DE
GLOBALIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA ACTUAL CRISE**



JOSÉ MARÍA AZNAR



13.2

Como contraponto a esta visão mais crítica, José María Aznar procurou, na sua intervenção, salientar os aspectos positivos da globalização sobre a vida dos povos ao longo das últimas décadas. Rejeitando veementemente que a globalização seja responsável pelos males do mundo sobre a globalização, este orador afirma, ao invés, que nunca como nos últimos 30 anos se tinha assistido a um tão espectacular crescimento da prosperidade e progresso da Humanidade. Contrariamente ao lugar comum, que a globalização terá aumentado as desigualdades e a pobreza no mundo, nos últimos 25 anos, 500 milhões de pessoas ultrapassaram o limiar da pobreza, sobretudo na Ásia. Isto, também como consequência directa da entrada de 3 mil milhões de pessoas na economia livre global (URSS, China, Índia, etc). A diminuição da fome, o aumento da esperança média de vida e o crescimento da liberdade e da democracia ao nível global, são outros dos argumentos, usados por Aznar, para a defesa do que foi conseguido através dos processos de globalização dos últimos anos. Existem problemas graves e o mundo tem muitos que urge resolver, mas estes são, segundo o orador, sobretudo uma herança do passado e eram mais acentuados, por exemplo, há 50 anos, do que são actualmente.

«A globalização é um facto e ser contra a globalização é um absurdo. Pode-se, no entanto, ser crítico da globalização.»

Tariq Ramadan

Quer se acentuem mais os aspectos negativos ou os positivos das últimas décadas de globalização, a actual crise, cujas causas e implicações têm vindo a ser amplamente discutidas ao longo destas conferências, surge como um ponto incontornável

de reflexão, bem como de possível inflexão de todo um modelo de globalização e não apenas do sistema financeiro. Nesse sentido, deve ser encarada como uma oportunidade e como uma fonte de ensinamentos e de pistas sobre o que devem ser as prioridades imediatas e a longo prazo. No entanto, como é salientado por Tariq Ramadan, se é necessário que se atinja um consenso universal quanto aos desafios globais que enfrentamos, torna-se igualmente imprescindível uma atitude de responsabilização. Parar com a mentalidade de vitimização e de separação entre nós e os outros e aceitar que somos todos, independentemente da origem ou classe social, responsáveis pela situação actual. É necessário agora definir os problemas que enfrentamos e procurar respostas concertadas para esses mesmos problemas.

Em termos de prioridades imediatas de resposta global à crise, é fundamental, para Maria João Rodrigues, garantir que todos os países têm meios para sair da crise, sendo que essa dotação de meios passa, em alguns casos, necessariamente pelo reforço das ajudas ao desenvolvimento. Outras medidas estruturantes seriam a regulação do sistema financeiro, de forma a garantir que uma crise assim não volta a acontecer, a concertação nas respostas à questão das alterações climáticas e da sustentabilidade ambiental, e o reconhecimento da necessidade de (re)abrirmos os mercados mas melhorando os padrões ambientais e sociais globais.

Sobre esta questão da abertura dos mercados, António Vitorino coloca como pressuposto fundamental da governabilidade da globalização a nossa capacidade de contrariar as tendências proteccionistas em curso como resposta à actual crise – relembrando que 17 dos 20 países do G20 já adoptaram algum tipo de medidas proteccionistas, minando o impulso globalizacional. Ainda segundo António Vitorino, não basta pensar a arquitectura global da governação para daqui a 5 ou 10 anos, é necessário pensar no processo da sua construção. Para isso, são necessárias respostas de curto prazo para a globalização.

**13.3 • ESTRATÉGIAS E CONSENSOS PARA
UMA GOVERNAÇÃO AO NÍVEL GLOBAL**



MARIA JOÃO RODRIGUES



13.3

A melhor resposta, no sentido do aprofundamento da globalização, passa por medidas contra o proteccionismo, também em termos europeus, bem como pela resposta às ameaças, às regras e à filosofia do mercado único. Nesta visão anti-proteccionista recebe a total concordância de José María Aznar, que defende que existirão duas vias fundamentais para se sair da crise: ou mais intervencionismo ou mais liberdade. Os países que apostem em mais liberdade económica e social, maior abertura ao exterior e menos proteccionismo serão, segundo o seu prognóstico, os que sairão mais depressa da crise.

Perante estes desafios, perfilam-se vários possíveis caminhos para o futuro da globalização. Para Maria João Rodrigues os vários cenários para a evolução da globalização podem ser sintetizados em torno de três vias fundamentais. Uma que passa pelo aprofundamento da economia global nos moldes em que a temos estado a viver e que levou à crise actual (que se encontra ligada a desequilíbrios mais profundos do que o dos mercados financeiros). Outra, a da «desglobalização», uma resposta de recuo face aos desequilíbrios actuais, que constitui uma via improvável e indesejável mas apesar de tudo possível, no caso de um aprofundamento severo da actual ou de uma futura crise. Aznar reforçara já este ponto, afirmando que a globalização não terá, provavelmente,

marcha atrás, mas se a tivesse, seria a pior catástrofe que poderia acontecer à humanidade. E um terceiro cenário que é uma globalização mais equilibrada, defendida de diferentes formas pelos vários oradores presentes. Mas como, e através de que medidas e instrumentos, se pode reformar e governar de forma diferente (e *quixá* mais equilibrada) o processo de globalização?

«Existe um desfasamento entre o que é a globalização e as estruturas que temos para a governar.»

Maria João Rodrigues

ALGUMAS MEDIDAS APONTADAS PARA UM NOVO MODELO DE GLOBALIZAÇÃO:

- Reforço da cooperação e da concertação internacional na elaboração de uma nova agenda para a globalização;
- Democratização das instituições internacionais;
- Diminuição das desigualdades através da ajuda ao desenvolvimento e combate à pobreza;
- Negociação de uma agenda pós-Quito de combate às alterações climáticas;
- Maior integração de respostas locais nas soluções globais;
- Reforço da cidadania ao nível global.

**13.3 • ESTRATÉGIAS E CONSENSOS PARA
UMA GOVERNAÇÃO AO NÍVEL GLOBAL**



CARLOS LOPES



13.3

Uma dimensão significativa e extremamente profícua das intervenções iniciais dos oradores, continuada ao longo do debate, passou pela superação da fase de diagnóstico dos problemas e características da globalização para a efectiva proposta de filosofias de governação e objectivos alternativos, bem como de medidas concretas para a aplicação dessas mesmas filosofias.

Uma dimensão de intervenção prioritária para uma melhor governação da globalização passa, consensualmente, pela reforma das instituições internacionais e pela democratização dos processos de decisão ao nível dos organismos internacionais.

Para Carlos Lopes trata-se essencialmente de uma questão de falta de legitimidade e de representatividade das actuais instituições, razões às quais António Vitorino acrescenta a ineficácia dos instrumentos tradicionalmente ao dispor dessas instituições (caso das políticas de resposta à crise do FMI e do Banco Mundial). Essa legitimidade é crucial para que as instituições internacionais possam regular e estruturar as relações entre países e povos, promovendo a governação a nível global. Foi, no entanto, salientado por Carlos Lopes que, apesar de organismos como o Conselho de Segurança das Nações Unidas representar, com alguns ajustes, o equilíbrio de poder que emergiu da II Guerra Mundial, a verdade é que não se esgotaram ainda todos os mecanismos de democraticidade das Nações Unidas. É teoricamente possível alterar a composição e o funcionamento do Conselho de Segurança, se se obtiver uma maioria de 2/3 dos votos na Assembleia Geral. Embora, numa segunda fase, isso pudesse ser vetado por uma das potências presentes nesse organismo, a verdade é que nunca se chegou sequer a esse voto. Isto decorre do facto de que as propostas, até agora, irem apenas no sentido de acrescentar mais alguns países poderosos aos decisores, o que não mobiliza os restantes países. Neste ponto, aliás, também Maria João Rodrigues salienta o desfasamento entre o que é a globalização e as estruturas que temos para a

governar, defendendo uma profunda reforma da governação que conduza a um sistema integrado a múltiplos níveis, não apenas o internacional, mas também ao nível regional, nacional e local. Já no primeiro painel, «Arquitectura Multilateral e Desafios Globais», esta questão foi levantada, ao ser enfatizada a importância da dimensão multi-nível das futuras estruturas de governação da globalização, nomeadamente, no que concerne à reforma das instituições internacionais.

A integração de respostas locais nas soluções globais e a capacidade dos cidadãos se assumirem como cidadãos globais são, deste modo, vistos como elementos fundamentais da implementação desse sistema de globalização integrado a múltiplos níveis.

Para todos estes oradores o G20 é um passo na direcção certa, a da democratização internacional, mas ainda insuficiente para a prossecução desse objectivo. Se quisermos uma cidadania global são necessárias outras transformações, nomeadamente uma reforma profunda de toda a estrutura das Nações Unidas e dos seus instrumentos, até porque as formas de legitimação das estruturas que são necessárias para gerir os bens públicos globais nem sempre são perceptíveis para a generalidade dos cidadãos.

«A natureza multi-identitária dos indivíduos é uma tendência actual que se irá acentuar e que põe em causa a forma como tradicionalmente se definiam as identidades.»

Carlos Lopes

13.4 • IDENTIDADES E VALORES NUM MUNDO GLOBAL



ANTÓNIO VITORINO



13.4

Esta é, segundo Maria João Rodrigues, uma oportunidade única para que se ultrapasse a oposição entre os interesses do grupo restrito que é o G20 e os da totalidade dos países existentes, o chamado G192. Existe uma actual convergência internacional de agendas domésticas do lado europeu, do lado americano, mas também do lado asiático, sobre as prioridades de desenvolvimento a seguir. Esta convergência é naturalmente fundamental para que a globalização seja governável e para que se passe dos meros ‘acordos de cúpula’.

E neste ponto, é proposta então a possibilidade de um novo *New Deal*, à escala global, que passe essencialmente por reequilibrar a representatividade nas instâncias internacionais, promover políticas de apoio aos países em desenvolvimento, relançar a economia com regulação efectiva do sistema financeiro e o enfrentar objectivamente a questão das alterações climáticas.

O paralelismo com a crise da década de 1930 é salientado por Aznar ao voltar a alertar para os riscos do proteccionismo. Nesse sentido, o bloqueio da ronda de Doha é, também para este orador, um desastre para o mundo. A razão pela qual a crise financeira da década de 1930 se transformou na Grande Depressão foi precisamente a adopção generalizada de tremendas barreiras proteccionistas em todos os países do mundo. Os líderes de hoje têm uma grande responsabilidade em evitar que algo semelhante aconteça, impulsionando as conversações do livre comércio.

Tanto António Vitorino como Maria João Rodrigues alertaram para a necessidade de proceder ao equilíbrio da globalização em termos sociais, também dentro das próprias sociedades ocidentais. Para Maria João Rodrigues, se queremos garantir que a abertura recíproca dos mercados e das economias prossegue, ela tem de ser acompanhada da aplicação de instrumentos para uma maior solidariedade. A Europa, nesse domínio, é um grande laboratório para o que

pode acontecer à escala global. Não basta explicarmos às populações locais que não é do seu interesse fechar as fronteiras com o argumento de que os outros países farão o mesmo. Para manter as regras do mercado europeu elas têm de ser acompanhadas de instrumentos mais fortes de solidariedade. E esta conclusão é perfeitamente válida e aplicável no panorama internacional.

Não basta, portanto, reformar as instituições. É necessário enveredar por processos de concertação e identificação dos desafios que o mundo enfrenta, de forma a produzir uma nova agenda para a globalização. No terceiro painel destas conferências, subordinado à temática «Recursos e Sustentabilidade», foi referido, por exemplo, que para se conseguir promover um crescimento mais «verde», sobretudo em países emergentes, se deveria apoiar a construção (ou *upgrade*) de equipamento mais ecológico.

«Não basta pensar a arquitectura global da governação para daqui a 5 ou 10 anos, é necessário pensar em como podemos consegui-la.»

António Vitorino

13.4 • IDENTIDADES E VALORES NUM MUNDO GLOBAL



TARIQ RAMADAN, ANTÓNIO VITORINO, CARLOS LOPES e JOÃO DE DEUS PINHEIRO



13.4

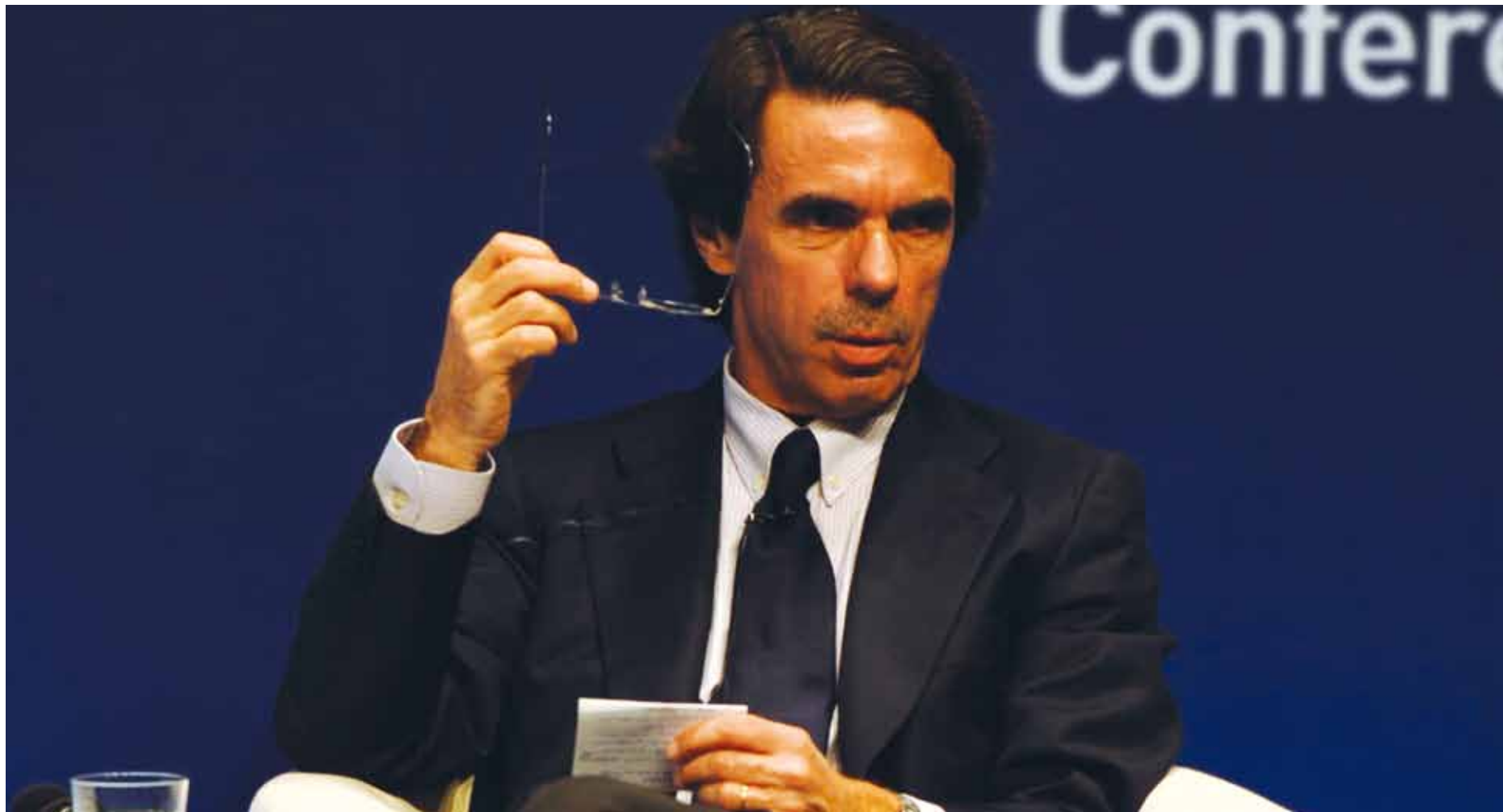
Desta nova agenda para a globalização deverão constar desafios tão complexos e prementes como a já referida necessidade de regulação dos mercados financeiros, o reforço da ajuda ao desenvolvimento, o combate efectivo à pobreza e às desigualdades, ou o combate às alterações climáticas num processo de negociação pós-Quoto. A esta já ambiciosa lista, António Vitorino adiciona como prioridades imediatas a conclusão rápida do processo de negociações da ronda de Doha e a manutenção da solidariedade dentro da União Europeia face aos países da Europa de Leste e Central.

É uma agenda que requer, como foi frisado por mais de um orador, novas lideranças que possuam, nos diferentes níveis de actuação, a capacidade, a energia e a coragem necessárias para obter os consensos indispensáveis, para uma resposta efectiva a um tão alargado e complexo conjunto de desafios.



**JOÃO DE DEUS PINHEIRO, JOSÉ MANUEL FERNANDES
e SEYED HOSSEIN ADELI**

13.4 • IDENTIDADES E VALORES NUM MUNDO GLOBAL



JOSÉ MARÍA AZNAR



13.4

Uma outra vertente da discussão, indissociável tanto do diagnóstico sobre as características desta globalização, como das filosofias de governação que se querem face a ela implementar, é a dos valores e do respeito pelas identidades culturais dos povos que integram esse mesmo processo.

Um dos pontos sumariamente abordados (e que já foi mais profundamente debatido no âmbito destas conferências, por exemplo, no painel «Negócio Internacional e Desafios Locais») tem a ver com a necessidade de mais ética e regulação nos negócios. Muitas pessoas não estão satisfeitas por verem tanto dinheiro directamente investido nos bancos e tão pouco aplicado na resolução dos seus problemas e na melhoria das suas condições de vida. Sendo que, segundo Tariq Ramadan, devemos ter sempre presente que esta é uma decisão política e não deve ser encarada como uma inevitabilidade – a crise serviu, pelo menos, para uma maior consciencialização sobre os valores que devem servir de referência na economia. Trata-se de conseguir ultrapassar a ideologia do crescimento económico, e incluir como pilares da governação e globalização, a justiça social e o bem estar das populações.

No entanto, o cerne da discussão nesta temática foi, efectivamente, a questão das identidades culturais contrastantes e a forma como o respeito e a valorização da diversidade e da diferença cultural podem servir de alicerce a um novo modelo de globalização, mais plural e multipolar. Uma das deficiências do modelo de globalização actual, apresentadas por Hossein Adeli, consistia, aliás, no que ele chamou de imposição de uma uniformização global com base num sistema de valores 'ocidental'. Neste ponto Carlos Lopes estruturou a sua intervenção recorrendo a um pensamento de Lévi-Strauss: *«a verdadeira contribuição de uma cultura consiste não na lista das suas invenções, mas na sua diferença em relação às outras. Deve haver humildade e respeito pela diferença sobretudo por aquela diferença que não entendemos pois também as outras culturas são o produto da natureza humana»*.

Mas a valorização da diferença não é de todo impeditiva, como sublinha Tariq Ramadan, da existência de um fundo comum de valores, para o qual todas as culturas e civilizações podem fazer uma contribuição responsável e consistente. É necessária e desejável mais criatividade vinda de todas as culturas. E volta-se assim a realçar a importância das iniciativas locais e da cidadania activa na mudança do actual rumo da globalização. Esta deve ser multipolar, multidimensional, com contributo de todos, consensos quanto a valores universais e consistência quanto a esses mesmos valores.

Uma das questões que assumiu algum protagonismo ao longo do debate foi a do respeito e tolerância no contexto da imigração, nomeadamente no contexto das minorias islâmicas a viver na Europa. Para Tariq Ramadan, quando se fala de respeito pela diversidade, não bastam os discursos ou os símbolos, há que se estar verdadeiramente empenhado na diversidade. Existe assim um problema de percepção na Europa, em que construímos ideias erradas como, por exemplo, que os nossos problemas têm a ver com a presença dos muçulmanos e com os imigrantes. A grande maioria dos imigrantes são cidadãos integrados e cumpridores das leis, e os problemas de integração que existem serão essencialmente socioeconómicos (embora, como António Vitorino refere, existam questões culturais, sociais e políticas que não devem ser minorizadas) e decorrentes portanto da ausência de políticas sociais adequadas.

José María Aznar fez questão de sublinhar que se as nossas sociedades enfrentam desafios relativamente novos, decorrentes das actuais vagas de imigração, por exemplo, esta tem de se basear numa necessidade básica: do mesmo modo que é necessário o respeito pela identidade, é igualmente necessário o respeito pelo princípio da igualdade perante a lei.

13.4 • IDENTIDADES E VALORES NUM MUNDO GLOBAL





13.4

E aqui foi dado o mote para a discussão de um tema, extremamente actual na UE, com particular incidência para o Reino Unido e para a França, e que passa pelo equacionar da existência nos países europeus de dois sistemas legais: um que aplique o sistema legal que, histórica e culturalmente, foi sendo desenvolvido nas nossas sociedades, e outro que aplique uma versão da *sharia* ou lei islâmica. Tanto Tariq Ramadan como José María Aznar ou António Vitorino se mostraram claramente contra essa situação de dualidade de leis. Tal como postulado pelo último, há um conjunto de valores básicos que justificam o nosso viver em comum e quem vem fá-lo com o compromisso de aceitar as leis do país que o recebe. Isso não invalida que esses valores não estejam sujeitos a transformação e, à medida que os imigrantes se vão integrando na sociedade de acolhimento, os valores desta também se vão alterando e incorporando as suas contribuições.

Também a questão de um suposto afrontamento ou aliança de civilizações monopolizou o debate durante largos minutos. Para Tariq Ramadan pode-se efectivamente falar em civilizações distintas, mas isso não invalida que não existam valores comuns. Estes devem servir de base para um processo de globalização inclusivo, que admita que as respostas têm de vir de diferentes civilizações e culturas.

Já para José María Aznar existem várias culturas mas civilização há só uma, logo não faz sentido usar um conceito fechado, como a aliança de civilizações, que pode igualmente ser usado para o confronto de civilizações. O que não quer dizer que não se acredite no diálogo entre culturas e países, num processo de aliança dos civilizados, o qual é diferente de uma aliança de civilizações. Questionado sobre quem define quem é civilizado, e se esse conceito não pode ser exclusivo, essa ideia foi prontamente rejeitada. A aliança dos civilizados é, para Aznar, composta por pessoas que respeitam as regras, a tolerância, a igualdade entre homem e mulher, o Estado de direito e que não cometem actos de terrorismo. Dela se auto-excluem apenas os que não acreditam nestes valores básicos de convivência.

E em que medida se integra neste ponto a questão do terrorismo e das ameaças à segurança num mundo globalizado?

Para Aznar o combate ao terrorismo num mundo globalizado é muito difícil. Uma ameaça global tem de ter uma resposta global e, por isso mesmo, a aliança dos civilizados tem de ser alargada. Por outro lado, embora a solução ideal para o conflito no Médio Oriente passe pela coexistência de um Estado palestino com o Estado de Israel, esse é um objectivo actualmente muito difícil de concretizar.

Para Tariq Ramadan é necessário, sobretudo, consistência na aplicação dos valores universais. E assim, critica a instrumentalização da religião islâmica para a violência e intolerância e defende nos países muçulmanos que o seu caminho terá de passar pela democratização e pela dignidade de homem e mulher. Mas, do mesmo modo, não pode aceitar a aplicação de um duplo padrão moral em questões como a invasão do Iraque ou das responsabilidades de Israel na opressão dos palestinianos. Portanto, torna-se indispensável, segundo Tariq Ramadan, ter uma visão holista que não remeta questões que são essencialmente económicas para um suposto 'choque de civilizações', fomentado por motivos económicos e estratégicos. Por outro lado, devemos reconciliar-nos com a complexidade, evitando as respostas simplistas e padronizadas. Cada cultura, cada civilização, tem as suas próprias dinâmicas e é necessário usarmos essas mesmas dinâmicas para a resolução dos seus problemas.

Uma outra questão fundamental, levantada por Carlos Lopes, tem a ver com a formação das identidades num mundo globalizado. Uma das alterações mais significativa, traduz-se no crescente número de imigrantes e de pessoas com múltiplas pertenças culturais. Durante muito tempo existiu a noção de que a integração passava pelo abandono progressivo da nossa cultura e nacionalidade de origem em detrimento de outra, numa espécie de jogo de soma zero. Mas a natureza multi-identitária dos indivíduos é uma tendência actual que se irá acentuar, e que põe em causa a forma

13.5 • CONSIDERAÇÕES FINAIS





13.5

como tradicionalmente se definiam as identidades pelas autoridades (nacionais, religiosas, etc.), e que agora se encontram cada vez mais autonomizadas.

Por outro lado, o desenvolvimento das telecomunicações tem desempenhado um papel crucial não apenas no desenvolvimentos da actividade económica, mas também na circulação da informação e nos nossos padrões de comunicação e de relação com os outros. Já no segundo painel destas Conferências António Carrapatoso havia enfatizado esta ideia. As nossas identidades, que eram definidas de forma muito territorial, em função do espaço em que nos movíamos, cada vez mais se fazem de uma forma deslocalizada e com indivíduos aos quais eventualmente não teríamos acesso dentro do nosso espaço físico tradicional. A forma como exercemos as nossas actividades cívicas está, assim, completamente alterada em função dessa natureza deslocalizada das nossas comunicações.

As implicações disto para a governabilidade do mundo são enormes e passam também pela tentativa de resposta à questão levantada por Carlos Lopes: Quais as formas de governação que serão compatíveis com esta alteração significativa

dos processos de formação das identidades e dos padrões de comunicação e relacionamento a que estávamos habituados?

A finalizar o debate, e como resposta a uma solicitação de um dos muitos jovens presentes nos trabalhos da conferência e do painel, fica uma mensagem de optimismo para o futuro. Para António Vitorino, apesar do paradigma dos jovens ser hoje diferente do que em gerações anteriores, nomeadamente em termos de carreira e empregabilidade, existem motivos para confiar no futuro da globalização e das gerações futuras.

PARA SABER MAIS...

Organização Mundial do Comércio:

www.wto.org

Atlas Online dos Objectivos do Milénio:

devdata.worldbank.org/atlas-mdg

Acção End Poverty 2015:

www.endpoverty2015.org/goals/environmental-sustainability

World Future Council:

www.worldfuturecouncil.org

Aliança das Civilizações:

www.unaoc.org

13.5 • CONSIDERAÇÕES FINAIS





13.5

Para que a referida confiança no futuro da globalização seja justificada, são necessárias, sumariando as conclusões deste painel, duas condições essenciais: o reforço da concertação e cooperação internacional que, de uma forma multilateral e mais democrática, obtenha consensos e tome medidas em áreas como o combate à pobreza e às alterações climáticas ou a conclusão das negociações da ronda de Doha; o respeito pela diferença e diversidade cultural, que estimule o desenvolvimento de uma cidadania local e global cada vez mais activa em todas as áreas da vida social e política. No entanto, se no primeiro ponto, da concertação internacional, foram apontadas, de forma consensual, algumas medidas concretas a implementar, relativamente ao respeito pela diversidade cultural e ao papel da cidadania global e local na governação da globalização, as respostas parecem ser, simultaneamente, mais difusas e difíceis de concretizar.

A concluir os trabalhos deste último painel uma nota do presidente da mesa, o deputado europeu João de Deus Pinheiro, para a importância destas iniciativas e do diálogo e discussão que nelas se geram para a obtenção de consensos e resultados. Nesse sentido, os organizadores destas conferências ficaram por ele intimados a dar continuidade numa próxima edição a esta meritória iniciativa.



13.6 • BIOGRAFIA



José María Aznar

Presidente do Governo de Espanha de 1996 até 2004, presidente da FAES
Orador

José María Aznar foi Presidente do Governo de Espanha entre 1996 e 2004. Durante os seus mandatos promoveu a liberalização do mercado e a privatização do sector industrial, ajudando a tornar Espanha numa das dez maiores economias mundiais.

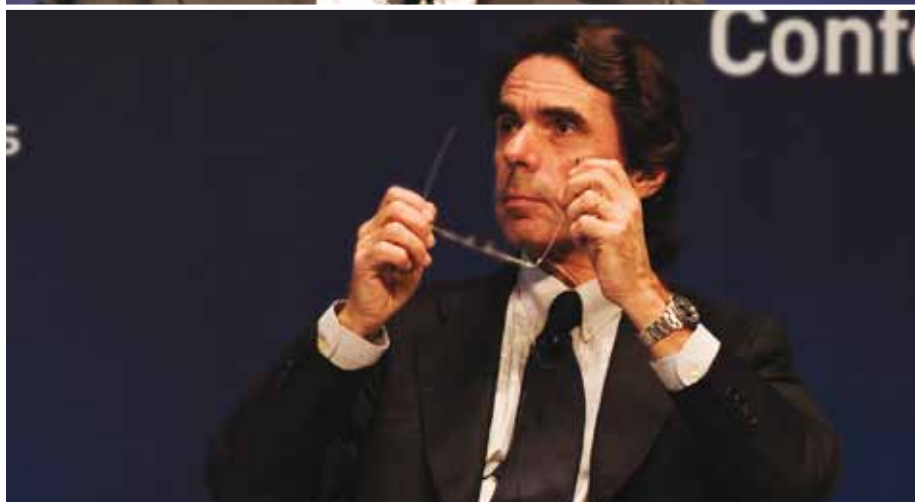
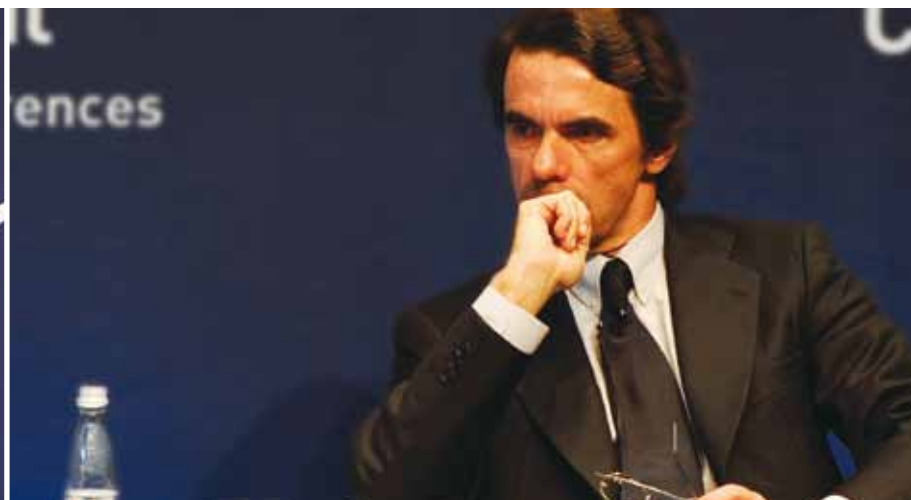
O terrorismo é uma das maiores preocupações de José María Aznar, que defende a necessidade de uma política firme, sem qualquer tipo de concessão política, sustentada numa estreita cooperação internacional entre os países democráticos.

Actualmente, Aznar é presidente executivo da Fundação de Estudos e Análises Sociais (FAES) e professor da Universidade de Georgetown onde tem leccionado vários seminários sobre política europeia contemporânea Edmund A. Walsh School. É membro da direcção da News Corporation.

Aznar é autor de vários livros, incluindo *Cartas a un Joven Español* (2007), *Retratos y Perfiles: de Fraga a Bush* (2005), *Ocho años de Gobierno* (2004), *La España en que yo creo* (1995), *España: la segunda transición* (1994) e *Libertad y Solidaridad* (1991).



13.6



14

DESAFIOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS

SÍNTESE





Lançados no contexto da actual crise internacional, os temas debatidos nas Conferências do Estoril foram inevitavelmente marcados por uma sensação: a de que algo fracassou. A globalização é um processo que se encontra evidentemente em desequilíbrio. As discussões revelaram, assim, a preocupação com a procura de um novo ponto de equilíbrio, e qual o caminho a trilhar para o alcançar, tomando como ponto de partida a reflexão profunda sobre três pilares fundamentais.

• **1** O reconhecimento que o processo de globalização não é neutro em si mesmo. Pelo contrário, ele é indissociável desta *weltanschauung*, desta visão do mundo da modernidade liberal, com a sua cultura e os seus valores. Implica um determinado modelo de desenvolvimento e a configuração de certas práticas económicas, laborais e sociais. Alguns dirão que esse modelo provoca assimetrias até nos próprios países chamados desenvolvidos. Mas é pelo menos consensual, hoje, que tal modelo provocou rupturas profundas com as estruturas e práticas em várias regiões do globo e que se manifestam cada vez mais em lutas identitárias, étnicas, religiosas, de soberania local ou nacional. Vozes locais que, no panorama global, terão de ser ouvidas com mais atenção.

Tudo isto se agrava porque não só a exportação do modelo ideológico e de desenvolvimento se revelou conflituoso, como o próprio modelo em si ancorou em assunções que hoje demonstram ser erradas, míopes, ou insuficientes. A ideia de um mercado que, supostamente, se regularia por si próprio, alimentado pela propaganda e o consumo massificado baseado no crédito fácil, e sustentado pelo progresso e capacidade de acumulação constantes a partir do esgotamento dos recursos naturais e do uso da tecnologia humana, foram pedras-de-toque de uma rápida expansão do liberalismo socioeconómico, mas também da ideia de um ser humano - de alguma forma ainda radicado historicamente no protestantismo anglo-saxónico - cuja concretização pessoal e social se mediria objectivamente na prosperidade financeira, na detenção de propriedade, nos sucessos profissionais.

A recente crise, pela sua dimensão verdadeiramente global, levou um outro discurso, antes considerado alternativo, a tomar proporções igualmente globais. Um discurso de moderação e da busca de um equilíbrio difícil, mas alcançável, entre a liberdade e a segurança, entre progresso e sustentabilidade, entre a dinâmica e inovação empresariais e a regulamentação dos sistemas financeiros, entre a defesa do modo de vida dito ocidental e a abertura para entender outras formas e padrões de desenvolvimento económico, social e pessoal, conquanto partilhem os valores básicos do respeito pela vida humana.

• **2** Esta abertura terá necessariamente de ser estendida ao funcionamento dos sistemas organizacionais internacionais – segundo pilar de reflexão – que, assumidamente, fracassaram. A evidente redistribuição de poder político e económico no mundo tornou claro que a putativa superioridade dos padrões de desenvolvimento ocidental – segundo os quais se criaram os sistemas e as regras, às vezes pouco transparentes, para zelar pelos seus próprios interesses – não pode levar à exclusão ou menorização da representatividade, equidade e democraticidade dos outros países nas instituições internacionais. Se as instituições pretendem a responsabilidade e capacidade de liderar programas para a resolução dos problemas à escala global – e quantos problemas hoje em dia não são sequer compreensíveis senão nesses termos – então também a sua representatividade tem de ser global e só daí poderá retirar a sua legitimidade.

• **3** Os novos equilíbrios que se procuram passam necessariamente pela compreensão conjunta das dinâmicas globais e das práticas locais. A globalização equilibrada não pode ser um processo que foge aos cidadãos – requer uma maior participação da sociedade civil, das suas configurações locais de inovação e empreendedorismo, pelas novas formas de partilha e solidariedade, que surgem à mesma velocidade com que se transaccionam derivados financeiros, embora conheçamos muito menos sobre as suas dinâmicas e processos.

14 • DESAFIOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS

SÍNTESE





14

E, no entanto, aí residem verdadeiramente as respostas para o facto de às vezes encontrarmos abertura, inclusão, diálogo e compreensão e, outras vezes, fechamento, ostracização, silêncio e violência. E temos de ter a coerência e a capacidade de reconhecer como e quando isto acontece – fora de portas, como dentro da nossa própria casa; naqueles que facilmente designamos de ‘outros’, como em nós mesmos.

As Conferências do Estoril espelharam as dúvidas de muitos intervenientes ao nível mundial: algum pessimismo na capacidade de repensar e reconfigurar a ordem internacional que tantos tomavam por garantida – e que garantidamente seria bem sucedida –, mas também muito optimismo em que o futuro trará uma grande abertura, partilha e valorização da pluralidade da experiência humana e com isso a construção de um mundo mais justo e solidário.



15 • BIOGRAFIAS



Álvaro de Vasconcelos

Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia
Presidente

Álvaro de Vasconcelos é Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia. Foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, que dirigiu entre 1981 e 2007, e onde liderou a formação de diversas redes internacionais, como o Fórum Euro-Latino-Americano e o EuroMeSco. Com presença assídua na imprensa internacional, Álvaro de Vasconcelos participa também regularmente como orador convidado em várias conferências. É autor e co-editor de vários livros, artigos e relatórios principalmente nas áreas da Política Externa e de Segurança da União Europeia, das relações Euro-Mediterrânicas e da ordem mundial, onde se incluem *La PESC: Ouvrir l'Europe au Monde*, *The European Union, Mercosur and the New World Order*, e *A European Strategy for the Mediterranean*.



Judite de Sousa

Directora Adjunta de Informação da RTP
Moderador

Judite de Sousa é jornalista e Directora Adjunta de Informação da RTP. É apresentadora do Telejornal, do programa *Notas Soltas* e coordenadora e apresentadora do programa *Grande Entrevista*. É docente no Instituto Superior de Comunicação Empresarial na área de televisão. Integra a RTP desde 1979, tendo sido enviada especial ao antigo Zaire e ao Ruanda em 1994, à Bósnia em 1995, a Macau em 1999 e ao Paquistão após o 11 de Setembro de 2001. Recebeu vários prémios pelo seu trabalho jornalístico, e em Março de 2005 foi condecorada com a Ordem de Mérito pelo Presidente da República.



Samir Amin

Director do Fórum do Terceiro Mundo
Orador

Samir Amin é o director do Fórum do Terceiro Mundo em Dakar e presidente do Fórum Mundial para Alternativas. Foi director do Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planeamento (1970-1980), professor nas Universidades de Poitiers, Dakar e Paris (1963-1970), e conselheiro no Ministério de Planeamento em Bamako, Mali (1960-1963). As suas reflexões centram-se essencialmente nos desafios que o capitalismo internacional coloca aos países em vias de desenvolvimento. Samir Amin é autor de um número substancial de artigos e livros, traduzidos em diversas línguas, e onde se incluem: *Le Développement Inégal* (1973), *Capitalism in the Age of Globalisation* (1996), *Lés Défis de la Mondialisation* (1996), *Pour un Monde Multipolaire* (2005) e *The World We Wish to See: Revolutionary Objectives for the 21st Century* (2008).



Yegor Gaidar

Presidente em exercício do Governo Russo entre Junho e Dezembro de 1992, político, escritor, 1956-2009
Orador

Yegor Gaidar foi director do Instituto para a Economia em Transição, em Moscovo. Entre os vários cargos governamentais que ocupou, foi Vice-Presidente do Governo russo encarregue dos assuntos económicos e Ministro da Economia e das Finanças em 1991, e Presidente em exercício do Governo russo entre Junho e Dezembro de 1992. Em 1993 venceu as eleições para o parlamento russo através do *Democratic Choice of Russia* – um partido a favor da liberalização de mercado que Yegor Gaidar fundou e presidiu. Actualmente, foi, também co-presidente do comité executivo da União das Forças de Direita, vice-presidente da União Democrática Internacional e professor honorário da Universidade da Califórnia. Yegor Gaidar foi autor de um número substancial de artigos académicos e livros, incluindo: *Anomalies of Economic Growth* (1997), *The Fall of the Empire* (2006) e *Economic Letters* (co-autor, 2008). Em 2008, a revista *Foreign Policy* incluiu Yegor Gaidar na lista dos 100 principais intelectuais do mundo.



David Held

Co-director do Centro para o Estudo da Governação
Orador

David Held é professor de Ciência Política e co-director do Centre for the Study of Global Governance na London School of Economics, onde coordena também o Programa de Mestrado sobre Política Internacional.

Ao longo dos últimos vinte anos tem desenvolvido vários projectos de investigação centrados nas temáticas da globalização e da democracia. O seu último projecto intitula-se «The Emerging System of Global Governance: Meeting the Challenges of Accountability». Desde 2001 é membro do Fórum Económico Mundial. Para além de apresentações públicas e académicas e de entrevistas regulares, David Held tem sido também consultor e editor convidado de reconhecidas publicações como o *European Journal of International Relations* e o *Contemporary Politics*.

Entre os seus principais livros destacam-se: *Democracy and the Global Order: from the Modern State to Cosmopolitan Governance* (1995), *Globalization/Anti-Globalization* (co-autor, 2002), *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance* (editor, 2002) e *Debating Globalization* (co-autor, 2005).



Robert Hunter

Consultor na Rand Corporation especialista em política externa e segurança
Orador

Robert Hunter é consultor sénior na Rand Corporation, em Washington. Foi representante dos Estados Unidos junto da NATO (1993-1998) e presidiu à Associação do Tratado do Atlântico (2003-2008).

Robert Hunter foi um dos principais arquitectos da 'nova' NATO, liderando o Conselho do Atlântico Norte na implementação das decisões resultantes das cimeiras realizadas entre 1994 e 1997 e que incluíram o alargamento e a reestruturação da NATO e a criação da Parceria para a Paz. Robert Hunter liderou as negociações que aprovaram a campanha aérea da NATO que pôs termo ao conflito na Bósnia e assegurou o apoio da organização às operações de manutenção da paz.

Com uma longa carreira no sector público norte-americano, Robert Hunter é especialista em questões de política externa e segurança nacional. Entre as suas principais publicações incluem-se: *ESDP: NATO's Companion or Competitor?* (2002) e *Integrating Instruments of Power and Influence in National Security: Starting the Dialogue* (co-autor, 2006).



Radha Kumar

Directora do Centro para a Paz e Resolução de Conflitos Nelson Mandela
Orador

Radha Kumar é directora do Nelson Mandela Centre for Peace and Conflict Resolution da Universidade Jamia Millia. Faz parte do Delhi Policy Group onde coordena o programa sobre Paz e Conflitos que tem como objectivo estimular a reflexão e o debate sobre a promoção de uma paz duradoura.

Radha Kumar foi investigadora associada do Council on Foreign Relations em Nova Iorque (1999-2003), e do Institute of War and Peace Studies da Universidade Columbia (1996-1998).

Foi também directora executiva da Helsinki Citizen's Assembly, em Praga (1992-1994), e integra os órgãos de governação de reconhecidas instituições, como o India International Centre.

Radha Kumar publicou vários livros e artigos académicos, incluindo *Divide and Fall?: Bosnia in the Annals of Partition* (1997) e *Making Peace with Partition* (2005).



Shi Yinhong

Académico, investigador, escritor,
Professor
Orador

Shi Yinhong é professor de Relações Internacionais e director do Centro de Estudos Americanos na Universidade Renmin, na China.

Foi professor em duas instituições académicas em Nanjing, entre 1996 e 2002, foi presidente da American Historical Research Association of China. Foi também investigador associado em diversas universidades e institutos e lecciona nas Universidades de Michigan, Denver e Aichi.

As suas principais áreas de investigação são história e relações internacionais contemporâneas, estudos estratégicos, segurança na região do Sudeste Asiático e políticas externas da China e dos Estados Unidos da América.

Os seus livros mais recentes são: *History of Modern International Relations: From the 16th Century to the end of the 20th* (2006), *International Politics and Statecraft* (2006) e *Thirty Studies on Strategy: Reflections of China's External Strategy* (2008).

15 • BIOGRAFIAS



Carlos Zorrinho

Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa
Presidente

Carlos Zorrinho é Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e Professor Catedrático do Departamento de Gestão de Empresas da Universidade de Évora. Foi Presidente do Conselho Directivo (1993-1995) e do Conselho Científico (2002-2004) da Área Departamental de Economia e Gestão da Universidade de Évora. Entre os cargos políticos exercidos foi Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS (1999-2000), Membro da União Inter Parlamentar (1995-1997 e 1999-2000) e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna do XIV Governo Constitucional (2000-2002). Entre as suas obras publicadas incluem-se: *Novo Ciclo* (2001), *Ordem, Caos e Utopia* (2001) e *Gerir em Complexidade* (2002).



Nicolau Santos

Jornalista, Director adjunto do jornal *Expresso*
Moderador

Nicolau Santos é jornalista, director adjunto do jornal *Expresso* e comentador de assuntos económicos da RDP – Antena 1. Licenciado em Economia, tem uma carreira jornalística de mais de 30 anos, iniciada em 1978 como colaborador no *Jornal de Notícias*. Na imprensa escrita, trabalhou em vários órgãos de comunicação social, entre os quais o já extinto *O Jornal*, *Semanário Económico* (do qual foi co-fundador), *Exame*, *Diário Económico* e *Público* (que dirigiu entre Outubro de 1996 e Setembro de 1997). Colaborou com vários programas televisivos e foi responsável pelos programas *Acerto de Contas* e *O Dinheiro Não Dorme*, ambos na RTP 2. Actualmente, é co-responsável do programa da SIC Notícias *Expresso da Meia-Noite*. Condecorado com a Ordem do Infante D. Henrique, é sócio honorário da Câmara de Comércio e Indústria Portugal/Angola.



Isabel Aguilera

Presidente da GE para Portugal e Espanha
Orador

Isabel Aguilera é presidente da General Electric em Espanha e Portugal. Antes de se juntar à GE, Isabel Aguilera ocupou cargos executivos em algumas das maiores empresas internacionais. A partir de 2006 dirigiu os negócios da Google em Espanha e Portugal e, de 2002 a 2005, foi directora de operações gerais da NH Hotels. Entre 1997 e 2002, foi CEO da Dell Computers em Espanha, Itália e Portugal. Isabel Aguilera integra a direcção de diversas companhias como a Spanish Indra Systems. Com mais de vinte anos de experiência em marketing internacional, Isabel Aguilera participa regularmente em vários fóruns internacionais e foi reconhecida pelo *Financial Times* como uma das principais executivas da Europa.



Belmiro de Azevedo

Presidente da Sonae SGPS
Orador

Empresário carismático e mentor do maior grupo económico não financeiro português, Belmiro de Azevedo é licenciado em Engenharia Química, tendo sucessivamente enriquecido a sua formação académica nas universidades de Harvard, Stanford e Wharton. Começou a sua carreira profissional em 1963, como técnico na indústria têxtil, ingressando na Sonae em 1965. Além de chairman da Sonae SGPS e CEO da Sonae Capital, é hoje presidente do conselho geral da Escola de Gestão do Porto, membro da direcção da COTEC-Portugal e do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). Participa igualmente do International Advisory Board da Allianz AG e é membro fundador do Forum Manufacture Portugal. Agraciado com diversas distinções, entre as quais a de Honorary Fellow da London Business School, Belmiro de Azevedo entende que «as empresas são agentes e motores de mudança para o desenvolvimento sustentável». A Sonae foi a primeira empresa portuguesa a tornar-se membro do WBCSD.



António Câmara

CEO, YDreams
Orador

António Câmara é CEO da YDreams e Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Tem desenvolvido projectos de investigação nas áreas de simulação, sistemas de informação geográfica, multimédia e realidade virtual. Foi Consultor Sénior de projectos como o Sistema Nacional de Informação Geográfica e a Expo 98. Em Junho de 2000 fundou, com outros investigadores da UNL, a Ideias Interactivas que, em 2002, se passou a chamar YDreams. Esta empresa desenvolve soluções de computação ubíqua para o mercado global. Os produtos da YDreams foram tema de artigos em vários meios de comunicação internacionais como *New York Times*, *Business Week*, *El País* e *The Economist*, entre outros. António Câmara obteve diversos prémios nacionais e internacionais, publicou mais de cento e cinquenta artigos, foi editor principal do livro *Spatial Multimedia and Virtual Reality* (1999) e autor do livro *Environmental Systems, a Multidimensional Approach* (2002).



António Carrapatoso

Presidente da Vodafone Portugal
Orador

Presidente da Vodafone Portugal desde 1991 e membro do CEO Council do Grupo Vodafone para a Europa, António Carrapatoso é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa. Antes, exerceu cargos de administração em diversas empresas, entre as quais o Banco Essi, Colgate-Palmolive, Nutasa – CUF Sanders, Sonadel e Quimigal. Foi assistente da Universidade Católica entre 1980 e 1988, membro do conselho directivo do Projecto «Aumentar a Competitividade de Portugal», sob a direcção de Michael Porter, em 1993-1994, e presidente da Apritel – Associação dos Operadores Privados de Telecomunicações, no período de 1995 a 2001. Está ligado à génese do movimento «Compromisso Portugal» desde 2003, sendo ainda hoje um dos dinamizadores deste *think tank*. Mantém uma ligação ao mundo universitário, sendo membro do conselho estratégico da Universidade Católica e da Universidade do Minho.



Basílio Horta

Presidente da AICEP Portugal Global
Orador

Basílio Horta é presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). Entre 2002 e 2005 foi Representante Permanente de Portugal junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Com uma longa carreira de cargos públicos, foi ministro do Comércio Turismo (1978 e 1980-1981), ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (1981), ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (1981-1983), conselheiro de Estado, vice-presidente da Assembleia da República e director-geral da Confederação da Indústria Portuguesa. Assumiu vários cargos partidários no CDS e foi deputado à Assembleia da República em três legislaturas. Basílio Horta é professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e foi agraciado com várias condecorações nacionais e internacionais.



Victor John Mallet

Jornalista *Financial Times* (Madrid)
Moderador

Victor Mallet é jornalista, comentador e autor com mais de duas décadas de experiência na Europa, Ásia, Médio Oriente e África. Actualmente, é o responsável pelo escritório do jornal *Financial Times* em Madrid, escrevendo sobre assuntos de Espanha, Europa e Mediterrâneo. Durante a sua passagem pela Ásia, venceu por duas vezes o prémio para jornalismo de opinião instituído pela Sociedade de Editores da Ásia. O seu muito elogiado livro sobre a revolução industrial no sudeste asiático e a crise financeira asiática de 1997-98, intitulado *The Trouble with Tigers* (HarperCollins), foi publicado pela primeira vez em 1999. Como correspondente do *Financial Times* e da Reuters, onde iniciou a sua carreira, no início da década de 80, Victor Mallet já esteve colocado em Paris, Joanesburgo, Cidade do Cabo, Lusaka, Banguécoque e Hong Kong. Está em Madrid desde 2008.

15 • BIOGRAFIAS



Vítor Martins

Consultor para os Assuntos Europeus da Presidência da República Portuguesa

Vítor Martins é Consultor para os Assuntos Europeus na Presidência da República. Especialista em questões europeias, Vítor Martins foi responsável pelas negociações de adesão de Portugal à CEE, desde 1979, tendo-lhe cabido a coordenação dos dossiers da indústria e da energia. De 1985 a 1995 foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Nessa qualidade coordenou as negociações do Mercado Único Europeu e participou nas negociações do Tratado de Maastricht, de Schengen e dos Pacotes Delors I e II. Entre 1995 e 1999 coordenou a unidade do alargamento da UE, no Center for European Policy Studies e foi membro do Forum Euro-Latino Americano. De Outubro de 2004 a Agosto de 2005 presidiu ao Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Actualmente, é também consultor sénior e membro do European Advisory Board do Citigroup, bem como membro do Conselho Directivo do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.



Leopoldo Guimarães

Reitor da Universidade Nova de Lisboa entre 2003 e 2007
Orador

Leopoldo Guimarães foi Reitor da Universidade Nova de Lisboa entre 2003 e 2007 e Reitor da Universidade Moderna de Janeiro a Novembro de 2008. Entre 1982 e 1990 dirigiu a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

É fundador e Presidente do UNINOVA e do Parque de Ciência e Tecnologia – Madan Parque.

Tem participado em vários eventos sobre energia, tendo sido Co-Presidente da 1ª conferência mundial sobre Conversão de Energia Fotovoltaica. Leopoldo Guimarães foi coordenador ou co-coordenador de onze Projectos Científicos no âmbito da União Europeia e autor ou co-autor de 143 publicações científicas. Integra o Conselho Editorial ou a Comissão Científica de cinco revistas científicas.



Carlos Pimenta

Director do Centro de Estudos para a Economia de Energia, Transportes e Ambiente
Orador

Carlos Pimenta é director do Centro de Estudos para a Economia de Energia, Transportes e Ambiente e coordenador do grupo de trabalho «Ambiente e Sustentabilidade» desenvolvido no âmbito do Fórum Europeu de Energia e Transportes da Direcção-Geral de Energia e Transportes da Comissão Europeia. Entre os vários cargos públicos que ocupou, foi Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (1985-1987), deputado à Assembleia da República e deputado ao Parlamento Europeu. Foi também membro e relator de diversas delegações do Parlamento Europeu e da GLOBE (Global Legislators for a Balanced Environment) no âmbito de diferentes convenções internacionais de defesa do ambiente.

Carlos Pimenta é autor de textos diversos sobre assuntos europeus, energia e ambiente.



Manuel Aranda da Silva

Director Adjunto para as Relações Exteriores e Conselheiro da Directora Executiva do Programa Alimentar Mundial
Orador

Manuel Aranda da Silva é Director Adjunto para as Relações Exteriores e Conselheiro da Directora Executiva do Programa Alimentar Mundial. Entre 2004 e 2007 foi o Representante especial adjunto da ONU para o Sudão. Enquanto responsável pela equipa das Nações Unidas no país, Manuel Aranda da Silva liderou a resposta à crise humanitária no Darfur e coordenou os esforços de recuperação e desenvolvimento.

Com uma longa carreira nas Nações Unidas, foi Director Regional do Programa Alimentar Mundial para a África Ocidental (2001-04), Coordenador Regional da ajuda humanitária no Corno de África (2000) e Coordenador da ajuda humanitária em Angola durante o período da guerra civil (1993-1994). Antes de ingressar nas Nações Unidas, Manuel Aranda da Silva ocupou vários cargos no governo de Moçambique, entre os quais se inclui Ministro do Comércio, da Indústria e do Turismo, de 1980 a 1989.



Chris Skrebowski

Editor da *Petroleum Review*
Orador

Chris Skrebowski é um reconhecido especialista na indústria petrolífera, com uma carreira dividida entre o jornalismo e a análise de mercados. Tendo começado em 1970 como long term planner na BP, Chris Skrebowski foi posteriormente analista do Ministério do Petróleo da Arábia Saudita (1985-1994) e editor da revista *Petroleum Economist* (1994-1997). É fundador e director de uma empresa de consultadoria – Peak Oil Consulting – que tem como objectivo apoiar as organizações na identificação e adaptação aos desafios colocados pelas transformações dos mercados energéticos. Chris é também editor da *Petroleum Review* publicada mensalmente pelo Instituto de Energia, em Londres – onde é igualmente investigador associado. É um dos membros fundadores da Associação para o Estudo do Pico do Petróleo (ASPO) e faz parte da direcção do Oil Depletion and Analysis Centre (ODAC). Autor de várias publicações, Chris Skrebowski é um comentador regular nos meios de comunicação internacionais sobre as questões energéticas.



Alfredo Valladão

Professor no Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po), em Paris
Orador

Alfredo Valladão é Professor no Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po), em Paris. Coordena o grupo de trabalho sobre as negociações União Europeia-Mercosul e a conferência anual sobre «Segurança e Defesa no Diálogo Europa-América do Sul». Alfredo Valladão é investigador sénior associado no Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia e no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI). Foi correspondente do jornal *Libération* para as questões de defesa e relações externas e é um comentador regular da BBC e da CNB, no Brasil. Alfredo Valladão organiza e participa regularmente em várias conferências e *workshops* internacionais sobre comércio internacional, diplomacia e questões de segurança, particularmente no âmbito das relações entre a América Latina e o Brasil e entre a Europa, os EUA e a América Latina. É também autor de várias publicações sobre estas temáticas.



Nuno Rogeiro

Analista e investigador em política internacional
Moderador

Nuno Rogeiro é analista e investigador em política internacional, particularmente em questões de estratégia, defesa e segurança. Foi Professor na Faculdade de Direito de Lisboa e um dos fundadores do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada. Em 2003, ingressou na SIC, e mantém, há cinco anos, na SIC Notícias, o programa semanal de análise internacional, “Sociedade das Nações”. É membro fundador da Associação Portuguesa de Ciência Política e co-director do Instituto Euro-Atlântico. Tem sido leitor e conferencista de várias instituições nacionais e internacionais, nas áreas da Ciência Política, Geopolítica e Geoestratégia. Foi comentador e analista de várias televisões e rádios. Publicou recentemente *Obama em Guantánamo: A Nova Segurança Americana*.



João de Deus Pinheiro

Deputado ao Parlamento Europeu
Presidente

João de Deus Pinheiro é deputado ao Parlamento Europeu e Vice-Presidente do grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus. Em 1992 foi Presidente do Conselho de Ministros da União Europeia e, entre 1993 e 2000, foi Comissário Europeu. Desempenhou funções no sector público como Ministro da Educação e Cultura (1986-1987), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1987-1992) e Encarregado de Missão para a Reforma da administração pública (2003-2004). Foi Reitor da Universidade do Minho e da Universidade Moderna e, no âmbito empresarial, foi Administrador da Galp (2000-05) e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Lusomundo Media (2003-05). João de Deus Pinheiro foi distinguido com várias condecorações, incluindo a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

15 • BIOGRAFIAS



José Manuel Fernandes

Director do jornal *Público*
Moderador

José Manuel Fernandes é director do *Público*, jornal que ajudou a fundar em Maio de 1989. Anteriormente, era jornalista do *Expresso*, tendo iniciado a sua carreira jornalística em 1976.

Professor convidado da Escola Superior de Comunicação Social (Lisboa) e da Universidade Católica Portuguesa, é também membro da direcção do Observatório de Imprensa e membro do *board* do Fórum Mundial de Directores. Entre os prémios de jornalismo com que foi distinguido incluem-se o Prémio Gazeta de Jornalismo Ambiental (1994) e o Grande Prémio do Clube Português de Imprensa (1998).

É autor de três livros sobre temas de defesa do património natural e cultural: *O Homem e o Mar – O Litoral Português* (1988); *Rios de Portugal* (1990); e *Serras de Portugal* (1994). Além disso, é também autor de uma colectânea de textos de opinião e editoriais, intitulada *Ninguém é Neutro – de Nova Iorque a Bagdad* (2003).



Seyed Hossein Adeli

Director do Ravand Institute for Economic and International Studies
Orador

Seyed Hossein Adeli é o fundador e director do Ravand Institute for Economic and International Studies, em Teerão. Hossein Adeli foi embaixador do Irão no Japão, no Canadá e no Reino Unido.

Entre 1984 e 1985 foi também conselheiro do Ministério do Petróleo do Irão, representando o país nos vários encontros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Posteriormente, Hossein Adeli foi governador do Banco Central do Irão, entre 1989 e 1994, e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para os Assuntos Económicos, de 1999 a 2004.

Para além das funções governamentais, leccionou em várias universidades, publicou diversos livros e artigos académicos, e recebeu vários prémios de fundações internacionais.



Carlos Lopes

Sub-Secretário Geral da ONU
Orador

Carlos Lopes é actualmente Assistant Secretary General das Nações Unidas e dirige duas das suas instituições, o UN Institute for Training and Research (UNITAR), em Genebra, e o UN Staff College, em Turim. Carlos Lopes foi fundador e primeiro director do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) da Guiné-Bissau, de onde é originário, antes de ingressar nas Nações Unidas, onde ocupou diversos lugares de chefia no PNUD, entre os quais representante no Zimbabué e no Brasil, director-adjunto do Planeamento Estratégico, director do gabinete político e chefe do Programa Global. Nos últimos anos da gestão de Kofi Annan, desempenhou as funções de director político do Secretário-Geral. Carlos Lopes é doutorado em História pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, e tem um doutoramento Honoris Causa da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. Faz parte de órgãos de governação de 12 instituições académicas e publicou mais de 20 livros e 170 artigos académicos.



Tariq Ramadan

Professor na Universidade de Oxford
Orador

Tariq Ramadan é professor de Estudos Islâmicos na Faculdade de Teologia da Universidade de Oxford, investigador no St. Antony's College (Oxford), na Universidade Doshisha (Quioto) e na Fundação Lokahi (Londres) e professor convidado da Universidade Erasmus (Holanda), onde lecciona a cátedra Identidade e Cidadania.

Tariq Ramadan tem contribuído para a promoção do debate sobre os muçulmanos no Ocidente e analisado o revivalismo islâmico no mundo muçulmano, numa carreira que se reparte entre a academia e as iniciativas da sociedade civil, sobretudo no domínio da justiça social e do diálogo entre civilizações.

Tariq Ramadan preside ao *think tank* European Muslim Network, em Bruxelas. Entre as suas publicações incluem-se: *Radical Reform, Islamic Ethics and Liberation* (2008), *Globalisation: Muslim Resistances* (2003), e *Islam, the West and the Challenges of Modernity* (2003). Em 2008, a revista *Foreign Policy* incluiu Tariq Ramadan na lista dos 100 principais intelectuais do mundo.



Maria João Rodrigues

Conselheira Especial para a Agenda de Lisboa
Orador

Maria João Rodrigues é Conselheira Especial para a Agenda de Lisboa e professora de Políticas Económicas Europeias no Instituto de Estudos Europeus, Université Libre de Bruxelles, e no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em Lisboa.

Desde a sua concepção que tem contribuído activamente para o desenvolvimento da Agenda de Lisboa, auxiliando as instituições europeias a concretizarem a Estratégia de Lisboa numa agenda operacional de objectivos e medidas comuns em domínios diversos como a investigação, a inovação, a educação, o emprego, a inclusão social e o desenvolvimento e a integração regionais.

Foi ministra da Qualificação e do Emprego entre 1995 e 1997 e presidente do Conselho das Ciências Sociais da Comissão Europeia de 1998 a 2001. Maria João Rodrigues é autora de mais de uma centena de publicações e recebeu vários prémios pelo seu contributo para a integração europeia.



António Vitorino

Advogado, Presidente do European Policy Centre
Orador

António Vitorino é advogado e Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Foi Deputado à Assembleia da República entre 1980 e 2006. Entre 1989 e 1994 António Vitorino foi Juiz do Tribunal Constitucional e em 1994 foi eleito Deputado ao Parlamento Europeu.

Foi Ministro da Presidência e da Defesa Nacional entre 1995 e 1997 e Comissário Europeu para a Justiça e os Assuntos Internos de 1999 a 2004. É Presidente da Mesa da Assembleia geral do Banco Santander Totta desde 2005 e integra a direcção de vários outros organismos.

António Vitorino é comentador regular sobre a actualidade nacional e internacional e autor de diversas obras de direito constitucional, ciência política e direito comunitário.

FICHA TÉCNICA

Conferências do Estoril - Organização:

Câmara Municipal de Cascais (CMC)

DNA Cascais

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)

Coordenação das Actas das Conferências do Estoril:

Instituto Transatlântico Democrático (ITD)

Instituto de Lisboa para o Desenvolvimento Científico (IL)

Coordenação Geral (CMC):

Miguel Pinto Luz

Equipa:

Rui Paulo Figueiredo - Coordenador (ITD)

Rita Lírio (ITD)

Ricardo Migueis (IL)

Catarina Falcão (ITD)

Daniel Pinéu (IL)

Filipe Ferreira (ITD)

Hugo Gaspar (ITD)

Nélia Ribeiro (IEEI)

Pedro Videira (IL)

Teresa Cunha (IL)

Vítor Barros (IL)

Criação e Desenvolvimento Gráfico:

Julio Pisa

Estrutura Orgânica das Conferências do Estoril 2009

Para o desenvolvimento e acompanhamento das Conferências do Estoril (CE), a Organização foi composta por:

1) Conselho de Acompanhamento Estratégico (CAE)

2) Comissão de Organização (CO)

1) Conselho de Acompanhamento Estratégico (CAE)

O Conselho de Acompanhamento Estratégico (CAE), deverá acompanhar o desenvolvimento de todas as acções que venham a ser realizadas por parte da Comissão de Organização (CO) e bem assim, pugnar pelo cumprimento dos prazos e objectivos propostos.

Membros:

António d'Orey Capucho – Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Luís Pais Antunes – Director Executivo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

Carlos Carreiras – Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente do Conselho de Administração da DNA Cascais

António Figueiredo Lopes – Membro do Conselho Geral do IEEI

Maria João Rodrigues – Membro do Conselho Geral do IEEI

Vítor Martins - Membro do Conselho Geral do IEEI

2) Comissão de Organização (CO)

A Comissão de Organização (CO) foi responsável pela realização das CE. O apoio logístico e administrativo à organização e realização das CE foi prestado pela DNA Cascais.

Membros:

Gonçalo Capitão – Presidente da Comissão de Organização

Fernando Jorge Cardoso – Co-Presidente da Comissão de Organização

Miguel Pinto Luz

Maria João Seabra

Bernardo Corrêa de Barros

Miguel Casaca

Gabriel Goucha

Miguel Santos Neves

Bruno Cardoso Reis

Manuel Rodrigues

Coordenador Geral:

João Salgado

Secretariado:

Cláudia Ferreira

Gina Soares

Filipa Máximo

Helena Guimarães

Comunicação (EMIREC):

José Nunes Pereira

Luís Fonseca